



**TESSITURAS DO MOVIMENTO SINDICAL:
LINHAS DE RESISTÊNCIA DA
DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL À
GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL?**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

CRISTIANE MARIA MAINARDI

TESSITURAS DO MOVIMENTO SINDICAL:

linhas de resistência da docência da Educação Infantil à governamentalidade neoliberal?

OSÓRIO

2024

CRISTIANE MARIA MAINARDI

TESSITURAS DO MOVIMENTO SINDICAL:

linhas de resistência da docência da Educação Infantil à governamentalidade neoliberal?

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Educação, Culturas, Linguagens e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rochele da Silva Santaiana

OSÓRIO

2024

Catálogo de Publicação na Fonte

M224t	<p>Mainardi, Cristiane Maria.</p> <p>Tessituras do movimento sindical: linhas de resistência da docência da Educação Infantil à governamentalidade neoliberal? / Cristiane Maria Mainardi. – Osório, 2024.</p> <p>165 f.</p> <p>Orientadora: Rochele da Silva Santaiana.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Educação, Unidade em Osório, 2024.</p> <p>1. Movimento sindical. 2. Governamentalidade neoliberal. 3. Governo docente. 4. Resistência. I. Santaiana, Rochele Silva. II. Título.</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por **Lais Nunes da Silva** CRB 10/2176

CRISTIANE MARIA MAINARDI

TESSITURAS DO MOVIMENTO SINDICAL:

linhas de resistência da docência da Educação Infantil à governamentalidade neoliberal?

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Educação, Culturas, Linguagens e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rochele da Silva Santaiana

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rochele da Silva Santaiana
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Prof.^a Dr.^a Helena Venites Sardagna
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Prof.^a Dr.^a Martha Giudice Narvaz
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Prof.^a Dr.^a Morgana Domenica Hattge
Universidade do Vale do Taquari – Univates

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, faço meus agradecimentos ao plano espiritual que movimentou as energias para que eu tivesse a oportunidade de iluminação através do conhecimento e emano vibrações positivas de reconhecimento e carinho a todas pessoas que contribuíram comigo nesse (des)caminho do saber. A gratidão é um sentimento maravilhoso, por isso sou grata:

Aos meus pais que já partiram, minha mãe Nilza e meu pai Elio, por terem me deixado de herança a consciência da importância da educação e teriam muito orgulho desse momento e da mulher que me tornei.

A minha família pelo amor, são as pessoas mais importantes da minha vida, que sempre acreditaram em mim e com quem sempre posso contar, que compreenderam minhas ausências quando tive que dispendir tempo para o estudo, abdicando de momentos juntos para o meu crescimento pessoal e profissional.

O apoio e a compreensão do/as colegas de trabalho, a Rosi, a Greice e o Felipe que me ajudaram a levar o sindicato através de uma grande parceria que chamo de amizade, sem ele/as essa pesquisa não seria possível.

A minha orientadora Rochele da Silva Santaiana por ter me encontrado, me desafiado, me acolhido como orientanda, pelo cuidado, pelo carinho, pela orientação certa e exigente de “mãos de tesoura”, que foi imprescindível para as costuras dessa pesquisa, pois me fez re-existir, passando a fazer parte de quem sou agora, morando no meu coração!

A minha banca formada pelas professoras Helena Venites Sardagna, Martha Giudice Narvaz e Morgana Domenica Hattge por terem aceitado o convite de qualificar essa dissertação e, com um olhar atento e cuidadoso, contribuíram muito para desatar os nós e alinhar ideias e os ideais da pesquisa.

Aos(às) docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) pelo conhecimento e pelas discussões que realizamos nas aulas e que me auxiliaram a tricotar as linhas desse emaranhado da pesquisa acadêmica.

Aos(às) colegas do meu Grupo de Estudos e Pesquisa que, talvez não saibam, mas seu apoio nessa caminhada serviu de base para meus movimentos de pesquisa. Poderia citar muitos nomes das colegas do mestrado que fizeram parte desse trabalho, mas não quero correr o risco de esquecer ninguém. Somente dizer o quanto foi muito importante a troca de conhecimentos entre nós!

À Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional (PPGED-MP), instituição que me acolheu e

que tive a alegria de realizar o Mestrado Profissional em Educação, me proporcionando experiências de (trans)formação.

Finalizo dizendo o que caminho da pesquisa é cheio de desafios, me despedi de meu velho pai e vivenciei a calamidade da maior enchente da história do Rio Grande do Sul. Foram momentos difíceis, mas também de muito amor e solidariedade. Me sinto imensamente feliz e realizada e compartilho com todos vocês a minha GRATIDÃO por estarem ao meu lado nessa jornada!

Somos quem podemos ser

Um dia me disseram que as nuvens não eram de algodão;
Um dia me disseram que os ventos às vezes erram a direção.

E tudo ficou tão claro, um intervalo na escuridão;
Uma estrela de brilho raro, um disparo para um coração.

A vida imita o vídeo, garotos inventam um novo inglês
Vivendo num país sedento, um momento de embriaguez

Somos quem podemos ser; sonhos que podemos ter.

Um dia me disseram, quem eram os donos da situação,
Sem querer eles me deram, as chaves que abrem essa prisão.

E tudo ficou tão claro, que era raro ficou comum,
Como um dia depois do outro, como um dia, um dia comum.

A vida imita o vídeo, garotos inventam um novo inglês,
Vivendo num país sedento, um momento de embriaguez.

Somos quem podemos ser, sonhos que podemos ter.

Um dia me disseram, que as nuvens não eram de algodão;
Sem querer eles me deram, as chaves que abrem essa prisão
Quem ocupa o trono tem culpa, quem oculta o crime também;
Quem duvida da vida tem culpa, quem evita a dúvida também tem.

Somos quem podemos ser, sonhos que podemos ter.

Música da Banda Engenheiros do Hawaii (1988)

Álbum: Ouça o que eu digo, não ouça ninguém.

Compositor: Humberto Gessinger

© Warner/chappell Edições Musicais Ltda.

RESUMO

A presente dissertação problematizou as estratégias de governo da docência da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo e que provocam a (des)mobilização no movimento sindical e de busca coletiva de direitos. A metodologia de pesquisa foi realizada no campo das ciências humanas, de abordagem qualitativa, e as análises empreendidas através da grade de inteligibilidade da racionalidade neoliberal, a partir das ferramentas teórico-analíticas de Michel Foucault: poder-saber e governo biopolítico. O exercício analítico se estruturou com base nas políticas públicas de valorização profissional do magistério municipal, o Plano de Cargos e Carreiras de São Leopoldo – Lei Municipal nº 6.573/2008 – e o Plano Municipal de Educação – Lei Municipal nº 8.291/2015 –, e através de análise documental junto Secretaria Municipal de Educação e ao Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses (CEPROL), assumindo como *corpus* empírico as narrativas docentes produzidas através de Roda de Conversas. De maneira geral, as considerações sobre os pontos analisados podem ser assim sistematizados: a) as relações de poder e saber mostraram-se indissociáveis e dispersas em todo o tecido social, constituindo regimes de verdade sobre modos de ser docente; b) a biopolítica é um conceito importante para compreender o poder atuando através de políticas sobre a gestão da vida; c) o governo possibilitou demonstrar a condução da conduta docente através de dispositivos legais; d) a governamentalidade se apresenta como um pensamento político e econômico que organiza a sociedade, e alinhada à racionalidade neoliberal, coloca em ação estratégias que regulam indivíduos e populações, operacionalizando práticas de governo biopolítico que conduzem a conduta docente a fazer de si mesma capital humano. Assim, as análises empreendidas apontam para os entrelaçamentos históricos da economia na constituição da docência, produzindo uma docência da Educação Infantil governada por políticas públicas de Estado afeitas a governamentalidade neoliberal, regulamentando a carreira e a formação profissional docente como condição para melhoria salarial nos moldes do ideário neoliberal. Os achados de pesquisa mostram que, mesmo legislações idealizadas para garantia de direitos e construídas coletivamente junto ao CEPROL Sindicato, são capturadas pela governamentalidade neoliberal, fornecendo as condições de possibilidade para as estratégias do neoliberalismo de produzir a individualização em detrimento da coletividade, enfraquecendo a luta coletiva e desmobilizando a participação no movimento sindical. As tessituras do movimento sindical indicam que é preciso reorganizar a luta coletiva e se unir em torno do comum, pois onde há poder, há sempre formas de resistência.

Palavras-chave: movimento sindical; governamentalidade neoliberal; governo docente; resistência.

ABSTRACT

This dissertation problematized the governance strategies exercised in teaching Early Childhood Education at the Municipal Education Network of São Leopoldo and which provoke (de)mobilization in the union movement and the collective search for rights. The research methodology was carried out in the field of Human Sciences, with a qualitative approach, and the analyzes were undertaken through the intelligibility grid of neoliberal rationality, based on Michel Foucault's theoretical-analytical tools: power-knowledge and biopolitical governance. The analytical exercise was structured based on public policies for the professional development of municipal teaching, the Positions and Careers Plan of São Leopoldo – Municipal Law nº 6.573/2008 – and the Municipal Education Plan – Municipal Law nº 8.291/2015 –, and through documentary analysis with the Municipal Department of Education and the Union of Municipal Teachers in São Leopoldo (CEPROL), assuming as an empirical corpus the teaching narratives produced through the Conversations Circle. In general, the considerations on the points analyzed can be systematized as follows: a) the notions of power and knowledge proved to be inseparable and dispersed throughout the social fabric, constituting regimes of truth about ways of being a teacher; b) biopolitics is an important concept for understanding power acting through policies on the management of life; c) the government made it possible to demonstrate the conduct of teaching through legal provisions; d) governmentality presents itself as a political and economic thought that organizes society, aligned with neoliberal rationality, puts into action strategies that regulate individuals and populations, operationalizing practices of biopolitical governance that lead teaching conduct to make itself human capital. Thus, the analyzes undertaken point to the historical intertwining of the economy in the constitution of teaching, to the production of Early Childhood Education teaching governed by State public policies aligned with neoliberal governmentality, regulating the career and professional training of teachers as a condition for salary improvements. along the lines of neoliberal ideology. The research findings show that even legislation designed to guarantee rights and collectively constructed together with the CEPROL Union, are captured by neoliberal governmentality, providing the conditions of possibility for neoliberalism's strategies to produce individualization to the detriment of collectivity, weakening the collective struggle and demobilizing participation in the union movement. The fabrics of the union movement indicate that it is necessary to reorganize the collective struggle and unite around the common, because where there is power, there are always forms of resistance.

Keywords: trade union movement; neoliberal governmentality; teacher governance; resistance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados gerais da dissertação	17
Quadro 2 – Dissertações do portal da CAPES com as palavras-chave “movimento sindical educação”.....	30
Quadro 3 – Trabalhos apresentados na ANPEd no GT 03 “Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos”.....	34
Quadro 4 – Material empírico	56
Quadro 5 – Roda de Conversas: a luta coletiva em perspectiva.....	58
Quadro 6 – População docente da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo.....	76
Quadro 7 – Professores/as da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo associados/as.....	77
Quadro 8 – Professores/as da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo por matrícula em relação ao cargo e ao gênero.....	78
Quadro 9 – Total de professores/as da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo.....	80
Quadro 10 – Formação de professores/as da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo	81
Quadro 11 – Diretoria do CEPROL Sindicato Gestão 2023-2026.....	84
Quadro 12 – Presenças de professores/as em assembleias 2023	86
Quadro 13 – Presenças de professores/as em assembleias 2024.....	86
Quadro 14 – Presenças de professores/as no Conselho Político Sindical 2023	86
Quadro 15 – Presenças de professores/as no Conselho Político Sindical no 2024	87
Quadro 16 – Plano de Cargos e Carreiras do Magistério de São Leopoldo	108
Quadro 17 – Plano de Cargos e Carreiras do Magistério de São Leopoldo	111
Quadro 18 – Plano Municipal de Educação de São Leopoldo	114
Quadro 19 – Narrativas docentes (Parte 1).....	118
Quadro 20 – Narrativas docentes (Parte 2).....	121
Quadro 21 – Narrativas docentes (Parte 3).....	124
Quadro 22 – Narrativas docentes (Parte 4).....	129
Quadro 23 – Regimento Interno do II Congresso de Educação do CEPROL Sindicato.....	133
Quadro 24 – Carta Compromisso dos/as Prefeituráveis com a Educação 2024.....	136
Quadro 25 – Roteiro da cartilha	137

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPROL	Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COMED/SL	Conferência Municipal de Educação de São Leopoldo
CONCEPROL	Congresso de Educação do CEPROL Sindicato
CONFETAM	Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal
COVID-19	Doença do Coronavírus
CPERS	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Rio Grande do Sul
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPS	Conselho Político Sindical
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EC	Emenda Constitucional
ECH	Extensão de Carga Horária
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil
FGEI	Fórum Gaúcho de Educação Infantil
FME	Fórum Municipal de Educação
FORPEI/SL	Fórum Permanente de Educação Infantil de São Leopoldo
GT	Grupo de Trabalho
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MIEIB	Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil
PCC	Plano de Cargos e Carreiras
PEC	Proposta de Emenda Constitucional

PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
RME	Rede Municipal de Ensino
SL	São Leopoldo
SMED	Secretaria Municipal de Educação
TAI	Termo de Autorização Institucional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Unochapecó	Universidade Comunitária da Região de Chapecó

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	17
APRESENTAÇÃO.....	18
1 ALINHAVANDO IDEIAS: QUEM SOMOS NÓS?	22
1.1 O EU, SUJEITO ASSUJEITADO: PERSPECTIVAS INDIVIDUAIS E CERTEZAS PROVISÓRIAS	25
2 ESTADO DO CONHECIMENTO: SOBRE CERTOS SABERES.....	30
3 COSTURANDO OS (DES)CAMINHOS DO SABER: CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO.....	38
3.1 TRICOTANDO COM MICHEL FOUCAULT O INDISSOCIÁVEL SABER-PODER.40	
3.2 NAS TEIAS DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL.....	43
3.3 AS REDES DO GOVERNAMENTO BIOPOLÍTICO.....	48
3.4 TECENDO OS MATERIAIS ANALÍTICOS E OS SUJEITOS DA PESQUISA: O <i>CORPUS</i> EMPÍRICO	52
4 ARREMATES DO MOVIMENTO SINDICAL: A LUTA COLETIVA.....	60
4.1 OS NÓS DO CAPITALISMO: DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO À MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA	61
4.2 O VIÉS DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL COMO SUJEITO DA HISTÓRIA: CONTESTAÇÃO E CONFORMAÇÃO	65
4.3 LINHAS DO CEPROL SINDICATO: A GARANTIA DE DIREITOS PARA QUÊ/QUEM?.....	69
4.4 APONTAMENTOS DA (DES) MOBILIZAÇÃO DOCENTE.....	74
4.5 OS FIOS E DESAFIOS DA DOCÊNCIA	89
4.6 ENTRELACEMENTOS HISTÓRICOS DA PROFISSÃO DOCENTE	90
4.7 EMARANHADOS DA FORMAÇÃO DOCENTE.....	94
4.8 CRUZAMENTOS DE GÊNERO E DOCÊNCIA: RECORTES CONTEMPORÂNEOS 96	
4.9 AS TRAMAS DA CONTEMPORANEIDADE LÍQUIDA E A LIQUEFAÇÃO DA DOCÊNCIA.....	99
4.10COSTURAS DO GOVERNAMENTO BIOPOLÍTICO: INVESTIMENTOS EM CAPITAL HUMANO.....	103
5 A DOCÊNCIA ENREDADA E GOVERNADA EM SÃO LEOPOLDO	107
5.1 ARREMATES DO GOVERNAMENTO DA DOCÊNCIA EM SÃO LEOPOLDO.....	107

6	COSTURANDO OS FIOS: NARRATIVAS DOCENTES.....	117
7	REVERBERANDO DISCURSIVIDADES DE INSURREIÇÃO: O PRODUTO DE PESQUISA.....	132
8	FINALIZANDO COM A UNIDADE NA COLETIVIDADE, LINHAS DE RESISTÊNCIA E BORDADOS EM COMUM	145
	REFERÊNCIAS	149
	ANEXOS	156
	ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA.....	156
	ANEXO 2 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL SMED	161
	ANEXO 3 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL CEPROL SINDICATO.....	162

PRÓLOGO

Inspirada no trabalho da minha colega Andreia do Nascimento Santos (2022) de nosso grupo de pesquisa, considero importante apresentar inicialmente, os dados gerais, construídos ao longo da dissertação, com o propósito de familiarizar o/a leitor/a com a escrita do trabalho.

Quadro 1 – Dados gerais da dissertação

Capa	Traz recortes de imagens da minha trajetória como uma tessitura, a constituição de um tecido que forma quem sou.
Título	Tessituras do Movimento Sindical: linhas de resistência da docência da Educação Infantil à governamentalidade neoliberal?
Problema de pesquisa	Que estratégias de governo são exercidas nos/nas docentes da Educação Infantil de São Leopoldo e que provocam a (des)mobilização no movimento sindical e de busca coletiva de direitos?
Objetivo Geral	Reconhecer as práticas institucionais que governam e que desmobilizam o/a docente no engajamento coletivo.
Objetivos específicos	a) Entender as relações de poder-saber em Foucault que constituem os sujeitos contemporâneos; b) Compreender as forças de saber e poder que podem ocasionar a desmobilização pela luta coletiva; c) Refletir sobre o movimento sindical e a classe trabalhadora como sujeitos da história social; d) Compreender como se estabelece a racionalidade neoliberal e as mudanças econômicas e sociais na docência; e) Reconhecer como se exerce o governo biopolítico na população docente da Educação Infantil; f) Produzir um espaço de formação através do sindicato para fomentar o debate e a reflexão sobre o governo neoliberal e a importância da resistência coletiva.
Noções-ferramenta	Poder-saber, governo, biopolítica.
Metodologia	Análise documental do Plano de Cargos e Carreiras (PCC), do Plano Municipal de Educação (PME) e dos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) e Sindicato dos Professores Municipais de Leopoldenses (CEPROL Sindicato). Análise discursiva da Roda de Conversa;
Primeira unidade de análise.	a) Aprofundamento teórico das ferramentas analíticas poder-saber, governamentalidade neoliberal e governo biopolítico. b) O sistema capitalista e o movimento sindical.
Segunda unidade de análise.	a) A docência governada. b) O movimento sindical como resistência à governamentalidade neoliberal: recortes do comum.
Produto final	II Congresso de Educação do CEPROL e Cartilha.

Fonte: Autora (2024).

APRESENTAÇÃO

“A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder. Eu penso que o termo ‘resistência’ é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica.”
(Foucault, 2004b, p. 268)

O presente estudo nasce de uma provocação de repensar o movimento sindical à luz das teorias pós-criticas. Em minha trajetória acadêmica me encontrei com Michel Foucault, e o pensamento do filósofo desestabilizou as minhas certezas e verdades. O Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), através da minha orientadora Prof.^a Dr.^a Rochele da Silva Santaiana, proporcionou mais uma vez o estudo de Foucault, me desafiando a fazer o exercício de me despir de mim mesma, colocando em suspeita aquilo que acredito, desacomodando a sair do lugar que ocupo para olhar pelas lentes foucaultianas o conhecido. É nesse sentido que apresento minha dissertação, uma pesquisa que, novamente, me transformou ao questionar quem sou e o que estou fazendo nesse mundo.

Desenvolvo a pesquisa me utilizando da metáfora dos *fiões*, pois, de certo modo, escrever é tecer as tramas do conhecimento, compor e recompor pensamentos através de um emaranhado de leituras e reflexões. Uma pesquisa não é somente escrever uma dissertação, mas o entrelaçamento de concepções e representações através das palavras; nós que precisamos ser desatados para formar um tecido que reúna sentidos, significados e ressignificações. Este estudo é fruto de uma inquietação por compreender as tramas que nos transformaram nessa sociedade contemporânea, buscando alinhar ideias, tecer perspectivas e bordar sonhos.

Escolho a palavra *resistência*, na concepção de Foucault, para apresentar esta pesquisa, pois sem ela não seguiria na árdua luta comigo mesma para me desconstituir e reconstituir, para em seguida poder repensar o movimento sindical e as redes de poder que nos aprisionam. Tampouco, sem a resistência seria impossível pensar a luta coletiva contra o sistema capitalista, tecer as tramas da *governamentalidade neoliberal*, costurar as reflexões com as ferramentas do *governo biopolítico*, para então me rebelar da submissão pelo bem comum.

O processo da pesquisa está estruturado em nove capítulos. No primeiro, intitulado “Alinhando ideias: quem somos nós?”, faço uma introdução ao estudo apresentando meu problema de pesquisa. Justifico o trabalho na busca por compreender as relações de governo biopolítico que permeiam o município de São Leopoldo (SL), Rio Grande do Sul, por meio da grade de inteligibilidade da racionalidade neoliberal, e que conduzem a conduta da população docente da Educação Infantil, subjetivando a categoria em relação à

desmobilização do movimento sindical. Esse capítulo possui uma única seção, “O Eu, sujeito assujeitado: perspectivas individuais e certezas provisórias”, que trata sobre minha constituição e trajetória como sujeito docente e sindicalista.

O segundo capítulo é dedicado ao estado do conhecimento, um aprofundamento de estudo e análise de produções científicas com afinidade ao tema do trabalho. Dois portais reconhecidos pelo Ministério da Educação foram utilizados para pesquisa: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Foram utilizados determinados critérios de mapeamento de trabalhos acadêmicos produzidos em mestrado, estabelecendo um recorte temporal mais recente e filtro com as palavras-chave “movimento sindical educação”. O levantamento da produção científica foi muito importante para conhecer e refletir sobre as publicações relacionadas ao meu tema no campo científico, demonstrando um movimento acadêmico que pulsa por mudanças estruturais da sociedade, tendo a educação um papel fundamental nesse processo.

O terceiro capítulo é denominado “Costurando os (des)caminhos de saber: campo teórico-metodológico” no sentido de estabelecer os caminhos a trilhar e o campo teórico da perspectiva das teorias pós-críticas e pós-estruturalistas que orientam o percurso metodológico. Este é um caminho investigativo que traz a possibilidade de me afastar de convicções pré-estabelecidas e tomar distância da minha própria realidade. O capítulo está dividido em cinco seções: a primeira traz as reflexões acerca da relação indissociável entre poder-saber; a segunda faz apontamentos sobre a racionalidade neoliberal como grade de inteligibilidade; a terceira discorre sobre as ferramentas teórico-analíticas de Foucault sobre governo biopolítico; a quarta estabelece o *corpus* empírico: material analítico e sujeitos da pesquisa; e a quinta apresenta a experiência de passar pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos.

O quarto capítulo, intitulado “Arremates do movimento sindical: a luta coletiva”, é destinado a refletir sobre o sistema capitalista e os movimentos de resistências da classe trabalhadora. Na primeira seção sobre o “Os nós do capitalismo: da exploração do trabalho a mercantilização da vida”, faço um recorte do sistema capitalista e suas transformações, os caminhos encontrados pela racionalidade neoliberal para se estabelecer em nossa sociedade contemporânea. A segunda seção trata sobre “O viés da classe trabalhadora no Brasil como sujeito da história: contestação e conformação” e narra a perspectiva da trajetória de lutas da classe trabalhadora frente à exploração do capital. Seguindo o fluxo do movimento da classe trabalhadora no Brasil de institucionalização da representação coletiva, conto sobre a formação do Sindicato dos Professores Municipais de São Leopoldo (CEPROL) na seção “Linhas do

CEPROL Sindicato: a garantia de direitos para quê/quem?”. A última seção desse capítulo, “Apontamentos da (des)mobilização docente”, faz uma análise documental para sustentar minha suspeita quanto à desmobilização do movimento sindical, traçando um perfil da população docente de São Leopoldo e sua relação com o movimento sindical.

O quinto capítulo chamei de “Os fios e desafios da docência” e se propõe a alinhar perspectivas sobre a docência, levando em consideração aspectos sociais, políticos e econômicos que se entrecruzam na profissionalização docente. A seção “Entrelaçamentos históricos da profissão docente” expõe que, historicamente, a educação e a docência estão relacionadas aos modos de produção, e que a escolarização em massa possibilitou a constituição de uma população de docentes para formação de sujeitos adequados à economia de cada época. Na seção “Os emaranhados da formação docente”, falo sobre organização do campo educacional como um emaranhado que perpassa por interesses econômicos que incidem na profissionalização e na qualificação profissional docente, considerando os interesses que permeiam a produção de políticas públicas para a educação. Em “Cruzamentos de gênero e docência: recortes contemporâneos”, trabalho as marcas indenitárias da docência constituída, em sua grande maioria, por mulheres. Na penúltima seção sobre “As tramas da contemporaneidade líquida e a liquefação da docência”, desenvolvo a metáfora da liquidez de Zygmunt Bauman para refletir sobre a sociedade líquida contemporânea, regida pelo sistema capitalista neoliberal, que captura a docência através de dispositivos voltados aos interesses de uma economia de mercado. Por fim, a seção “Costuras do governo biopolítico: investimentos em capital humano” aborda a educação como um investimento importante para o desenvolvimento econômico de uma sociedade, refletindo sobre a teoria do capital humano para compreender as relações do contexto econômico e político na constituição de uma população de docentes alvo de governo biopolítico.

O capítulo seis, “A docência enredada e governada em São Leopoldo”, é um exercício analítico que discorre sobre a biopolítica e o governo da docência da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de São Leopoldo. Primeiramente, demonstro o governo da docência através de regimes jurídicos que regem a profissão no município: o Plano de Cargos e Carreiras (PCC), Lei Municipal nº 6.573/2008, e o Plano Municipal de Educação (PME), Lei Municipal nº 8.291/2015. Em seguida, aponto a constituição de uma docência governada por dispositivos legais de garantia de direitos, conduzindo sua conduta para fazer de si mesmo capital humano, e, assim, capturando a luta coletiva.

No capítulo sete, “Costurando os fios: narrativas docentes”, apresento as narrativas docentes da minha aproximação com os sujeitos da pesquisa ao realizar a metodologia da Roda

de Conversas¹, que foi idealizada como uma técnica para possibilitar pautar questões sobre a docência e o movimento sindical, compreender como circulam os *regimes de verdade* na Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo (RME/SL), coletar as percepções de professoras da Educação Infantil, e proceder a análise discursiva.

No capítulo oito “Reverberando discursividades de insurreição: o produto de pesquisa”, apresento duas propostas de produto da pesquisa: (1) o Regimento Interno da realização do “II Congresso de Educação do CEPROL Sindicato” (II CONCEPROL), que teve com o tema “Perspectivas sociais, políticas, econômicas e ambientais em Educação”. O CONCEPROL trouxe o painel “Empresariamento da Educação: efeitos nas políticas educacionais e na profissão docente” com as panelistas Prof. Dra. Rochele da Silva Santaiana (UERGS) e Prof. Dra. Viviane Klaus da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), que resultará na revista *CEPROL em Ação*. E foi realizado o debate dos prefeituráveis, sendo entregue a Carta Compromisso com a Educação 2024, construída coletivamente e que apresentou as pautas da educação. A outra proposta de produto é a (2) confecção da cartilha *Linhas de resistência da Educação Infantil: tecendo histórias de lutas e direitos*, em que faço o compartilhamento de conhecimentos históricos e de direitos sobre a Educação Infantil e apresento uma breve consideração sobre as tramas governamentalidade neoliberal tratada nesta pesquisa. Proponho com esses produtos promover a rebelião, pois o levante se inicia quando se passa a questionar a ordem estabelecida, a contestar verdades únicas e, como consequência, pensar estratégias de resistências.

O capítulo dez, “Bordados em comum: linhas de resistência e unidade na coletividade”, traz as considerações finais na pesquisa, sem a pretensão de finalizar ou estabelecer verdades, mas propor perspectivas sobre o movimento sindical, apontando na primeira seção linhas de resistência que possam nos movimentar da submissão à rebelião, pensando a possibilidade da unidade na coletividade na luta pelo comum.

¹ A metodologia envolveu várias pessoas que falaram, por isso “conversas” está no plural.

1 ALINHAVANDO IDEIAS: QUEM SOMOS NÓS?

Realizar uma pesquisa é como tecer fios: são pontos e nós que se conectam na busca de respostas sobre o que forma o tecido social. Descrevo a seguir uma breve introdução para posicionar meu movimento de pesquisa, que tem o intuito de olhar a realidade sob outras perspectivas, pensar formas produtivas de agir no presente, buscando o entendimento das relações de poder-saber que permeiam nossas vidas.

Mas, afinal, quem somos nós, sujeitos contemporâneos? É na esteira da fundamentação teórica pós-estruturalista, junto ao pensamento do filósofo Michel Foucault, que me lanço na análise das mudanças sociais contemporâneas impostas pelo sistema capitalista, por meio da grade de inteligibilidade da racionalidade neoliberal, operando analiticamente com o conceito foucaultiano de *governamentalidade* como uma ferramenta “para designar as práticas de governo ou da gestão governamental” (Veiga-Neto, 2007, p. 72) sobre a condução da conduta dos indivíduos e das populações. Nesse entrelace de conceitos foucaultianos, busco compreender as amarras do *governo biopolítico* a que está submetida a categoria de docentes e as tessituras em relação ao movimento sindical.

O período que atravessamos é fruto de uma construção histórica e tem colocado em movimento uma nova economia de poder, ocasionando velozes e profundas mudanças nas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais que precisam ser analisadas, compreendidas e enfrentadas. A forma como o sistema capitalista se reorganiza através da racionalidade neoliberal encontra novas bases para o exercício do poder, constituindo o sistema econômico e utilizando novos mecanismos de controle e regulação da população, incutindo na sociedade uma política cada vez mais orientada por princípios de mercado. Segundo Brown (2019, p. 31), “mais importante do que a reinicialização do capitalismo pelo neoliberalismo é sua alteração radical dos valores, coordenadas e princípios de realidade que governam, ou conduzem a conduta nas ordens liberais”.

Pensar criticamente a sociedade leva a compreender as estratégias de poder que produzem determinados tipos de saberes e que nos constituem como sujeitos contemporâneos. Pelas lentes de Foucault, as relações de poder-saber são indissociáveis e estão dispersas em toda a sociedade através das práticas discursivas que determinam conhecimentos e verdades. Para Veiga-Neto (2007, p. 129), “Foucault nos oferece um saber como construção histórica. E, como construção histórica, um saber que produz, ele mesmo, suas verdades”. Compreender as relações de poder-saber, no sentido de trazer estratégias analíticas e ferramentas teóricas

necessárias, para entender como nos tornamos quem somos, sujeitos subjetivados pelo capitalismo.

Nossa sociedade está impregnada de poder-saber que nos assujeita ao capitalismo e orienta nossas vidas para uma economia de mercado, e é nesse contexto econômico e político que se instaura a *racionalidade neoliberal* que, segundo Brown (2019, p. 28-29), está associada “a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social”. O pensamento neoliberal desmonta o Estado Democrático de Direito para impor sua agenda, se utiliza do processo eleitoral para assumir o poder e, ao assumir o governo do Estado, constrói todo um aparato de tecnologias de governo para controle das populações. Estaria a racionalidade neoliberal constituindo sujeitos docentes através de tecnologias que permitem exercer um poder-saber para regular essa população?

Investigando sobre as estratégias neoliberais de controle da população docente, utilizo a associação de dois conceitos foucaultianos – *governo* e *biopolítica* – para demonstrar não somente as relações de forças do controle político e econômico, mas a gestão da vida. O governo aliado à biopolítica são modos de controlar a vida e o corpo social. Na biopolítica é colocado em ação o *biopoder*, conceitos que destacam a relação entre o poder e o controle sobre a vida. A biopolítica é uma nova tecnologia de dominação, e conforme o entendimento de Sylvio Gadelha (2016, p. 120), a “governamentalidade biopolítica tem como objeto fundamental a população, como saber privilegiado a economia”. Faço o destaque quanto a centralidade da vida ser o interesse do biopoder, que perpassa por relações de poder-saber presentes no contexto educacional. Ou seja, a biopolítica se utiliza da educação como tecnologia de governo, *governo biopolítico*, que, alinhado à racionalidade neoliberal, é campo de construção da governamentalidade neoliberal.

A exploração de novos territórios proporcionados pelos estudos foucaultianos desacomoda, leva a questionamentos, problematizações e desconstruções. Enquanto professora de Educação Infantil da RME/SL e presidenta do CEPROL Sindicato, me arrisco em averiguar do lugar que ocupo o quanto a docência e o movimento sindical vêm sendo influenciados por relações de poder que modificam o modo de ser do ser humano e enfraquecem a coletividade, que luta por direitos, por justiça social e que, historicamente, enfrenta o sistema. Como e por que a racionalidade neoliberal incide sobre a educação? Quando e por que nos tornamos sujeitos-docentes/população-docente nas relações de poder-saber? Veiga-Neto (2007) nos aponta que: “Essas são perguntas típicas do historicismo radical de Foucault, sempre perguntando porque, quando e como essa ou aquela prática, esse ou aquele pensamento se constituíram como problema” (p. 80-81).

A investida em responder ao meu problema de pesquisa suscita muitas outras reflexões de como ele se tornou um problema. Foucault nos faz pensar que não existe neutralidade e ninguém está livre das relações de poder-saber e, com esse entendimento, compreendo toda uma rede discursiva e de tecnologias de poder operando dispositivos para o *governamento docente*, levando a uma posição de não reflexão-crítica social-pedagógica e não participação político-coletiva. Assim, meu **problema de pesquisa** é: Que estratégias de governamento constituem as docentes da Educação Infantil de São Leopoldo e que provocam a (des)mobilização no movimento sindical e de busca coletiva de direitos?

Justifico este estudo com intuito de realizar um exercício analítico no campo das teorias pós-críticas e pós-estruturalistas, para buscar compreender as relações de governamento biopolítico que permeiam o município de São Leopoldo, por meio da grade de inteligibilidade da racionalidade neoliberal, que conduzem a conduta docente da Educação Infantil e interferem no movimento sindical dos professores e das professoras municipais. Movimento-me no sentido de utilizar essas ferramentas teóricas para compreender o espaço do movimento sindical em relação à população docente na Educação Infantil de São Leopoldo e a subjetivação dessa categoria quanto a desmobilização na busca por direitos.

Para conduzir a feitura do estudo, tenho como **objetivo geral**: Reconhecer práticas que governam e que desmobilizam o/a docente no engajamento coletivo. Como **objetivos específicos**, aponto as seguintes questões: a) Entender as relações de poder-saber em Foucault que constituem os sujeitos; b) Compreender as forças de saber e poder que podem ocasionar a conformação docente e a desmobilização pela luta coletiva; c) Refletir sobre o movimento sindical e a classe trabalhadora como sujeitos da história social; e) Compreender como se estabelece a racionalidade neoliberal, as mudanças econômicas e sociais em relação à docência; d) Reconhecer como se exerce o governamento biopolítico na população docente da Educação Infantil de São Leopoldo; f) Promover formação e fomentar o debate e a reflexão sobre o governamentalidade neoliberal e a importância da resistência coletiva.

Pensar a docência e o movimento sindical exige a compreensão de como se opera o governamento dessa população que produz sua desmobilização política. Para Veiga-Neto (2001), segundo os estudos foucaultianos, “poderemos viver no permanente trabalho político (mas não messiânico) de promover a crítica radical e a insurreição constante. Usando a conhecida máxima de Foucault: ao invés da grande revolução, pequenas revoltas diárias [...]” (p. 25). E é através do movimento sindical que busco fazer a diferença, entendendo o movimento sindical como um campo amplo de luta coletiva e de movimentos de resistência contra a investida do capital na docência, para que (quem sabe) possamos não somente resistir,

mas nos transformar para colaborar na construção de uma sociedade mais humana, justa e sustentável.

1.1 O EU, SUJEITO ASSUJEITADO: PERSPECTIVAS INDIVIDUAIS E CERTEZAS PROVISÓRIAS

“Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo.”
(Foucault, 2008a, p. 20)

Falar da minha pessoa suscita muitas outras perguntas, pois a perspectiva teórico-analítica que me acompanha na realização do trabalho traz os aportes do referencial pós-crítico e de autores/as foucaultianos/as, colocando em suspeita quem sou eu, sujeito assujeitada que se (as)sujeita, se submete e é subjetivado nas relações de poder-saber, mas não sem resistência, diria Foucault. Uma identidade talvez seja um fetiche na ânsia por responder uma das perguntas mais importantes em nossa vida: *quem sou eu?* Carregamos um nome, uma família, somos números e constantemente definidos por discursos. Assumimos uma identidade (mulher, meia idade, mãe, professora, estudante) que assume as formas necessárias à sociedade de androides do sistema: trabalhe, produza, seja o melhor, compre, consuma, assista etc. Mergulhada na rotina da sobrevivência, na qual impera a concorrência, a acumulação e a produtividade crescente do trabalho, penso o quanto somos impedidas de ver as infinitas possibilidades de escolhas. Assim, refaço a pergunta: serei eu mesma?

Uma apresentação pessoal pressupõe saber quem é a pessoa que fala e traz um problema em foco. Nesse sentido, alerto que eu não sou eu, mas estou sendo constituída de diversas formas nessa minha história de vida. Tratar a questão de uma apresentação pessoal, muitas vezes, nos esconde por trás de máscaras de uma identidade a que nos submetemos e estamos submetidos. Sigo em constante transformação e este breve ensaio traz alguns recortes da minha jornada de subjetivação com a contribuição de autores/as que me constituíram enquanto sujeita, pesquisadora, professora da Educação Infantil do município de São Leopoldo/RS e dirigente sindical.

O olhar investigativo que permeia o trabalho é situado no meu lugar de fala como mulher branca, classe média, com Ensino Superior, uma das primeiras professoras de Educação Infantil a ingressar por concurso público na RME/SL no ano de 2000 e atualmente presidenta do CEPROL Sindicato. Pensar o governmentamento docente na Educação Infantil no município de São Leopoldo faz parte da minha constituição histórica como professora e sindicalista, protagonista de inúmeras lutas coletivas por direitos trabalhistas, em especial, pelos avanços na carreira

docente da Educação Infantil. Portanto, nesta tentativa de falar sobre mim mesma, vou me ater a minha constituição como profissional.

Tornar-me uma profissional da educação aconteceu em minha vida com a escolha da formação em magistério, e se efetiva na prática como professora devido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que obrigou os estados e municípios a disponibilizar espaços adequados e profissionais capacitados para atender a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica. Foi a LDB que instituiu a exigência do atendimento às crianças em instituições escolares e por profissionais com formação em educação, mudando a concepção do cunho assistencial para educacional. Nessa esteira da regulamentação, o município de São Leopoldo teve que se adequar a LDB, decretando a alteração das creches para Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), Decreto nº 3.379/1999, e realizando o primeiro concurso público para o cargo de professora de Educação Infantil (30h), quando ingressei na RME da cidade no ano de 2000.

Na busca de qualificação, e com as exigências da formação contidas na LDB, no mesmo ano que iniciei como docente em São Leopoldo, ingressei no curso de Pedagogia (com ênfase em Educação Infantil) na Unisinos. A exigência da LDB tinha o objetivo de que, no prazo de 10 anos, o país contasse apenas com professores/as com formação de nível superior, conforme o Art. 87, § 4º. No *caput* do Art. 87 do documento legal, ficou instituída a “Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei”, ou seja, a partir de 23 de dezembro de 1997 até 23 de dezembro de 2007. O texto da LDB, promulgado em 1996, define a formação do/da professor/a para a Educação Básica, em seu Art. 62, considerando que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996).

Me constituí como docente em um momento histórico de lutas para que as creches e as pré-escolas fossem concebidas como espaços educacionais, perpassando pelos direitos para as professoras da Educação Infantil. Até esse momento, as crianças eram atendidas por profissionais sem formação específica na área da Educação, cargos denominados como “monitoras”. O ingresso das professoras nas EMEIs não foi tranquilo, passando por um processo de adaptação à nova realidade, com a categoria do magistério imprimindo um perfil educacional e o enfrentamento a práticas assistenciais arraigadas nessas instituições. A luta da nossa categoria era pela concepção dessas instituições escolares de Educação Infantil como

espaços indissociáveis de cuidado e educação e por isonomia de direitos com as professoras que atuavam nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs).

Minha trajetória acadêmica na Unisinos foi baseada em pesquisas com o referencial teórico-metodológico de Michel Foucault e a investigação sobre o disciplinamento dos corpos na Educação Infantil. Concluí o curso de Pedagogia na Unisinos com a monografia intitulada *Educação Infantil: clausura e disciplinamento?*, orientada pela professora doutora Mirian Dolores Baldo Dazzi. Esses estudos me levaram a desconstruir a concepção de educação que tinha, refletindo sobre como a domesticação dos corpos e o adestramento social a um padrão cultural hegemônico fazem parte da educação institucionalizada. Na escola, a criança passa a ser sujeito/objeto cultural, constituída através de discursos, o que me levou a colocar sob suspeita práticas e verdades estabelecidas, considerando que sempre podemos repensar modos de fazer a educação.

Em 2005, com a nova gestão do prefeito Ary Vanazzi, do Partido dos Trabalhadores (PT), o CEPROL Sindicato construiu a retomada da gestão democrática nas escolas da rede, inclusive nas EMEIs. A indicação das equipes diretivas (diretora, vice-diretora e supervisora pedagógica) passa a ser feita através de eleições diretas nas comunidades escolares, possibilitando profissionais da educação na gestão escolar. Nessa oportunidade, fui eleita supervisora pedagógica da EMEI Acácia Mimosa, no outro mandato fui para a direção e depois novamente para a supervisão, ficando na equipe diretiva da instituição durante três mandatos.

Os desafios da gestão escolar, juntamente com os estudos acadêmicos, me trouxeram diversas inquietações e me levaram a buscar a especialização na área de gestão escolar. No curso de pós-graduação em Gestão Escolar na Universidade Castelo Branco, investiguei como a identidade docente contribui para a constituição da subjetividade infantil através do currículo, concluindo o curso com a monografia intitulada *Identidade docente e subjetividade infantil*, orientada pela professora doutora Susan Kratochwill. Seguindo o referencial teórico foucaultiano, a formação contribuiu para a reflexão sobre novas formas de se perceber a Educação Infantil através de interações culturalmente positivas e reestruturar o currículo contemplando questões sociais e culturais.

Paralelo a minha trajetória acadêmica estava a luta pela educação. Em julho de 2006, através do CEPROL Sindicato, compomos um grupo de professoras de Educação Infantil do município de São Leopoldo que idealizaram um fórum de debates em defesa da infância, de políticas e projetos para a Educação Infantil. Nessa época, nossas inquietações nos levaram a constituir o “Fórum Permanente de Educação Infantil de São Leopoldo” (FORPEI/SL), um movimento com caráter suprapartidário, interinstitucional, aberto ao debate público e

democrático com o objetivo de proporcionar espaços de socialização, informações e experiências, garantindo amplo e permanente debate de pensamentos sobre as políticas para a Educação Infantil. O FORPEI/SL possuía como princípios básicos: ser agregador de pessoas e instituições interessadas e comprometidas com a criança e com a qualidade do seu processo de vida e educação; a construção de uma cultura de valorização da infância e da criança, na qual o cuidar e o educar sejam concebidos partes interdependentes e complementares das ações pedagógicas voltadas para a criança; e ser agente de articulação entre movimentos de defesa dos direitos da criança. Como um importante espaço de socialização de saberes e práticas, o FORPEI/SL garantiu um amplo e permanente debate de pensamentos sobre as políticas e eixos pedagógicos para a Educação Infantil do município de São Leopoldo. O FORPEI/SL se tornou referência da defesa do direito à infância, da criança como um sujeito sociocultural em desenvolvimento e, junto ao CEPROL Sindicato, contribuiu para a implementação de políticas de carreira e remuneração digna às/aos profissionais da área e programas de formação em serviço.

Como professora de Educação Infantil, me constituí nesse campo de luta permanente pela educação no município de São Leopoldo. Em 2011, ingressei na rede municipal como professora da etapa de Ensino Fundamental (20h). Como profissional da educação da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo desde 2000 na Educação Infantil, e depois no Ensino Fundamental, me dediquei na busca de novos modos de ver e conceber a educação como prática social. Para tanto, percebi o quanto é imprescindível a nossa organização coletiva, através do movimento sindical, para avançar nas conquistas de direitos e nos articular por uma educação de qualidade. Dessa forma, passei a ser mais atuante no CEPROL Sindicato: como conselheira política, compondo o Conselho Fiscal da gestão da entidade, e como representante do sindicato no Conselho Municipal de Educação, dentre outros movimentos que eram realizados na época.

Em 2014, fui eleita pela categoria de professores/as municipais de São Leopoldo como diretora do CEPROL Sindicato, na função de vice-presidenta. Desde a posse da nossa gestão, estou desempenhando licença de mandato classista, liberada para exercer a função no sindicato, atuando junto à diretoria executiva. Atualmente, assumi a função de presidenta da entidade. Nossa gestão protagonizou os maiores avanços na educação do município de São Leopoldo, garantindo direitos e avançando nas conquistas. Nossa história no movimento sindical é marcada por organização, lutas, conquistas e muitos desafios. Somos um sindicato filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal (CONFETAM) o que tornou nossa luta muito mais forte, organizada e ampla. Ultrapassamos os limites do município e nosso sindicato passou a ser reconhecido

nacionalmente como exemplo de luta, unidade, resistência e articulação em defesa da classe trabalhadora e de uma sociedade mais justa.

Minha constituição como sujeito se modificou muito com o olhar do sindicalismo. Tenho muito gratidão de estar à frente de um sindicato como o CEPROL, pois movimentos como esse não tratam somente sobre questões de direitos trabalhistas de uma categoria, mas trazem a oportunidade de nos tornarmos seres humanos melhores através da luta por respeito, dignidade, igualdade, direitos sociais, justiça social e democracia.

Acredito na possibilidade de fazer a diferença através do sindicato no sentido de contribuir para a reflexão crítica da sociedade, pensar os dispositivos de subjetivação dos sujeitos (individual e coletivo) à racionalidade neoliberal, demonstrando a importância da organização coletiva e do movimento sindical como um vetor para evidenciar a investida do capital sobre as relações de trabalho e sobre a educação. Almejo pensar caminhos alternativos para a docência e para o movimento sindical, colocando em suspeita discursividades, trazendo à luz o projeto ideológico de uma sociedade estrategicamente pautada pelo capitalismo e por forças políticas e econômicas que incidem sobre a educação para mantê-lo. Almejo pensar a docência da Educação Infantil e o movimento sindical como propulsores de mudanças, capazes de abrir infinitas possibilidades e combinações para resistir a uma razão única, problematizando paradigmas educacionais existentes, considerando as inúmeras paisagens culturais, econômicas, políticas e sociais.

2 ESTADO DO CONHECIMENTO: SOBRE CERTOS SABERES

O estado do conhecimento é um aprofundamento de estudos e análise de fontes, além de ser uma importante etapa do trabalho de pesquisa, pois ao buscar as produções científicas com afinidade ao tema do trabalho, isso me auxiliou na fundamentação teórica e contribuiu para delimitação e organização da investigação. Nesse movimento de busca, compreendi que para qualificar minha pesquisa seria imprescindível que a produção científica já produzida fundamentasse meu trabalho em construção.

Na escolha das fontes de produção científica e dos caminhos a seguir em minha investigação, elegi para minha busca dois portais reconhecidos pelo Ministério da Educação: o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e a ANPEd. No portal da CAPES, utilizei como critérios para mapeamento o recorte temporal mais recente, entre 2019 a 2021. Usei o filtro de trabalhos acadêmicos produzidos em mestrado e selecionei como descritor de busca de teses e dissertações as palavras-chave “movimento sindical educação”. Já o portal da ANPEd me permitiu retroceder um pouco no recorte temporal, trazendo um período maior em que estava à frente do movimento sindical. Dediquei minha busca de trabalhos acadêmicos da ANPEd elegendos os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho (GT) 03 “Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos” para mapear trabalhos acadêmicos, pois este se aproximava mais do meu tema de pesquisa.

O primeiro movimento foi o rastreamento de dissertações no portal da CAPES com o descritor “movimento sindical educação”, no período temporal de 2019-2021, que produziu 8778 resultados. Porém, é importante frisar que, com utilização dessas palavras-chave na busca, uma infinidade de dissertações que se apresentaram não condiz com o tema de pesquisa aqui proposto. Com base nisso, selecionei quatro trabalhos que mais se aproximavam aos objetivos de pesquisa. Segue abaixo a apresentação das dissertações selecionadas, sendo abordada resumidamente a propositura de cada uma delas e a justificativa de tal escolha.

Quadro 2 – Dissertações do portal da CAPES com as palavras-chave “movimento sindical educação”

TÍTULO	AUTOR/A	INSTITUIÇÃO	ANO
Organização e luta sindical face ao neoliberalismo no Brasil: do novo sindicalismo à construção de alternativas à esquerda	Denise de Jesus Albuquerque	Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	2019
A educação na Central Única dos Trabalhadores no contexto da crise do sindicalismo brasileiro:	Lucas Sola Losa	Mestrado em Educação da Universidade de São Paulo (USP Ribeirão Preto)	2019

TÍTULO	AUTOR/A	INSTITUIÇÃO	ANO
apontamentos sobre a apropriação da Pedagogia Libertadora			
A liberdade sindical no Brasil e sua importância para a formação da identidade coletiva do movimento sindical	Rodrigo Perrone	Mestrado em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)	2020
Movimento sindical urbano na Paraíba: organização, lutas por direitos e repressão aos trabalhadores (1958-1964)	Paula Tamyres Verissimo da Silva	Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB João Pessoa)	2021

Fonte: Autora (2024).

O primeiro trabalho escolhido é intitulado *Organização e luta sindical face ao neoliberalismo no Brasil: do novo sindicalismo à construção de alternativas à esquerda*, da pesquisadora Denise de Jesus Albuquerque, para mestrado em Políticas Públicas pela UFMA, e data de 26 de abril de 2019. Sua linha de pesquisa é Estado, Trabalho e Políticas Públicas, e a área de concentração é em Políticas Públicas e Movimentos Sociais. O trabalho não possui divulgação autorizada, mas a temática dialoga diretamente com minha pesquisa e, portanto, a análise se situa através da leitura do resumo apresentado no portal. A dissertação faz uma análise do movimento sindical brasileiro no bojo da implementação do projeto neoliberal, buscando compreender as repercussões do processo de reestruturação capitalista ancorado na ideologia neoliberal dos anos 1970. Assim como minha proposta, essa produção traz um breve histórico do movimento sindical brasileiro, com destaque para o novo sindicalismo que dá origem à CUT, na década de 1980. A escolha dessa dissertação se justifica pois coloca em evidência o papel do movimento sindical e aponta suas divergências e aproximações face ao neoliberalismo e sua reorganização, com reflexões sobre a construção de alternativas do sindicalismo no tocante à organização das lutas sindicais no Brasil, no confronto ao neoliberalismo do século XXI (Albuquerque, 2019).

A segunda dissertação trata sobre *A educação na Central Única dos Trabalhadores no contexto da crise do sindicalismo brasileiro: apontamentos sobre a apropriação da Pedagogia Libertadora*, do autor Lucas Sola Losa – mestrado em Educação pela USP Ribeirão Preto –, datada de 19 de dezembro de 2019. A linha de pesquisa é fundamentos filosóficos, científicos e culturais da educação e a área de concentração é a Educação. O trabalho também não possui divulgação autorizada, portanto a análise se dá através do resumo e se justifica por estar diretamente ligado ao meu interesse de pesquisa. A pesquisa analisa a formação sindical desenvolvida pela CUT no final dos anos 1990 e visa compreender o movimento sindical em relação ao avanço das políticas neoliberais no Brasil sob a perspectiva da Pedagogia Libertadora, proposta por Paulo Freire, justificando as mudanças em suas práticas educativas.

Mesmo não dialogando em referencial teórico, pois minha pesquisa aborda as teorias pós-estruturalistas, a temática é deveras muito interessante, já que trata sobre a formação sindical baseada na pedagogia de Paulo Freire para refletir sobre o neoliberalismo. Cabe aqui ressaltar que, no meio sindical a questão da formação e análise conjuntural são uma constante, e esses movimentos estão presentes na prática combativa da própria CUT (Losa, 2019).

Elenquei esses trabalhos para demonstrar que há estudos científicos ligados à área que me proponho a pesquisar. Dessa forma, procuro demonstrar que é necessário avançar nas análises e ampliar as concepções acerca do movimento sindical como resistência à subjetivação capitalista, mas também com a possibilidade de ele próprio estar cooptado por forças econômicas e de poder.

Continuo minha pesquisa no portal da CAPES com o mesmo refinamento de busca dos primeiros, utilizando o filtro de mestrado e nos descritores de busca as palavras-chave “movimento sindical educação”, mas o recorte temporal passa a ser o ano de 2020, sendo encontrados 7823 resultados.

Dentre esses resultados, escolhi como terceira dissertação a ser analisada o trabalho intitulado *A liberdade sindical no Brasil e sua importância para a formação da identidade coletiva do movimento sindical*, do autor Rodrigo Perrone – mestrado em Direito pela PUCSP –, datado de 1º de junho de 2020. O que me chama a atenção nessa dissertação é que ela se propõe a analisar a importância da liberdade sindical para a sociedade moderna e sua relação com a formação da identidade coletiva do movimento sindical brasileiro. Na introdução, considera a liberdade sindical como protagonista das “relações coletivas de trabalho” e “essencial para a existência dos sindicatos, os quais são responsáveis pelas discussões envolvendo capital e trabalho” (Perrone, 2020, p. 11). Nesse sentido, relaciono o trabalho com meu problema de pesquisa: um sindicato de profissionais da educação que busca a reflexão sobre o fazer pedagógico e as relações de poder e governo do capital (Perrone, 2020).

Através da análise de dispositivos legais, a dissertação apontada acima propõe que somente por meio da democracia sindical é possível a formação de uma identidade coletiva, com representantes que defendam interesses em comum, fortalecendo essas entidades para que não se tornem “submissas diante do Estado e do poder econômico” (Perrone, 2020, p. 84). É desse lugar de representatividade que ocupo no sindicato, como o apoio e a voz da categoria de professores/as, mas também para fazer do sindicato uma alternativa para se refletir sobre a educação, o fazer docente e o sistema capitalista que organiza nossa sociedade atual. A conclusão do trabalho de Perrone (2020) revela que “somente alcançando a verdadeira identidade coletiva, por meio da união dos representados, será possível enfrentar as novas

relações de trabalho” (p. 90), intimamente ligadas à prática pedagógica, ao empresariamento da educação e o modelo neoliberal do capitalismo. Mesmo um trabalho na área de concentração do Direito se fez muito produtivo nas minhas reflexões acerca da pesquisa (Perrone, 2020).

A quarta dissertação analisada do portal da CAPES, com a busca feita com os mesmos critérios das anteriores e recorte temporal de 2021, possui o título *Movimento sindical urbano na Paraíba: organização, lutas por direitos e repressão aos trabalhadores (1958-1964)*, da pesquisadora Paula Tamyres Verissimo da Silva – dissertação de mestrado em História da UFPB João Pessoa, datada de 27 de outubro 2021. O trabalho versa sobre as lutas dos setores da classe trabalhadora brasileira, as práticas repressivas do período da Ditadura Militar (1964) e a desarticulação da organização coletiva como projeto político das elites. Além disso, utilizou como perspectiva teórica e metodológica a História Social do Trabalho, e as fontes de pesquisa são parte do acervo organizado pela Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. A dissertação segue a linha de pesquisa História e Regionalidades do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, e tem por objetivo fomentar discussões sobre os/as trabalhadores/as paraibanos/as e suas organizações de classe (Silva, 2021).

Com uma abordagem marxista, a dissertação propõe a reflexão dos/as profissionais de história sobre os processos sociais e políticos das relações de exploração, e a compreensão da relação entre capital e trabalho. Utilizando a metodologia da pesquisa documental de produções historiográficas, o trabalho busca compreender de um novo projeto de capitalismo brasileiro que oferecia algumas vantagens trabalhistas enquanto exercia controle da organização da classe trabalhadora, sujeitando-a a diversos mecanismos de controle social (Silva, 2021). Nesse ponto do trabalho, fiz a relação de como a educação é um desses mecanismos de controle e de construção de subjetividades para servir ao sistema e nos categorizar dentro das relações de poder-saber sociais.

A dissertação trata dos movimentos da classe trabalhadora como resistência à política das classes dominantes e das elites civis e militares, em um contexto de conflito e repressão da ditadura militar, analisadas para buscar o entendimento da organização do movimento sindical, na Paraíba, neste caso, e o enfrentamento ao capital. Na conclusão, a autora ressalta o papel do golpe de 1964 na amplificação da exploração da classe trabalhadora; a repressão de organização coletiva; o cerceamento da liberdade de expressão; as violações de direitos que advinham de um projeto econômico em curso do capitalismo para implementar os ideais burgueses às custas da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as da saúde através dos baixos salários; e a falta de condições de trabalho em nome de um “progresso” brasileiro (Silva, 2021). É muito interessante

o estudo, pois mostra que os tempos mudam, mas a subjetivação da população, através do governmentamento como projeto econômico que envolve relações poder, não.

Um segundo movimento me levou a buscar produções científicas nos anais da ANPED, que realiza reuniões anuais nacionais e regionais que se constituem como um importante espaço de debate, de produção e de divulgação do conhecimento em Educação. A associação se dedica a debater sobre uma temática, definida coletivamente por GTs, que reúnem pesquisadores/as docentes e discentes da pós-graduação em Educação do país. Os temas são pertinentes ao momento histórico e se propõem a análise e reflexão, através da pesquisa educacional brasileira. Em minha busca, percebi que inúmeras das pesquisas expostas possuem uma grande relevância para o debate educacional, porém muitos dos temas dos trabalhos apresentados fogem ao meu interesse de pesquisa. Assim, selecionei algumas produções que considere mais relevantes para poder servir de subsídio acadêmico a propositura da minha pesquisa e retrocedi um pouco no recorte temporal para o ano de 2015-2021, contemplando ao menos uma pesquisa para cada reunião, conforme segue abaixo.

Quadro 3 – Trabalhos apresentados na ANPED no GT 03 “Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos”

TÍTULO	AUTOR/A	INSTITUIÇÃO	REUNIÃO/ANO
A educação na pauta de lutas da FETRAF-SUL/CUT	Celso Francisco Tondin	Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)	37ª/2015
O Estado e as Leis como mecanismo de dominação.	Gisély Damasceno Furtado	Universidade Federal do Pará (UFPA)	38ª/2017
Movimentos sociais do campo e educação na Amazônia: as lutas e resistências num cenário de negação de direitos.	Salomão Antônio Mufarrej Hage (UFPA), Hellen do Socorro de Araújo Silva (UFPA) e Dilenno Dustan Lucas de Souza (Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF)	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	39ª/2019
A pedagogia da juventude: forma e conteúdo das lutas juvenis na era da ofensiva neoliberalista.	Andréa Wahlbrink Padilha da Silva e Conceição Paludo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	40ª/2021

Fonte: Autora (2024).

Minha primeira busca se dá a partir da 37ª Reunião Nacional, realizada no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em outubro de 2015, com a temática “Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira”. O trabalho selecionado é intitulado “A educação na pauta de lutas da FETRAF-SUL/CUT”, do autor Celso

Francisco Tondin (Unochapecó). No parágrafo que segue, trarei um breve panorama da pesquisa que trouxe muitas contribuições e outras perspectivas acerca da educação como um dispositivo de controle e subjetivação do capitalismo.

A pesquisa traz a pauta de lutas da educação do campo e a defesa de que as escolas devem “promover e preservar a cultura camponesa” considerando a realidade do meio rural e políticas públicas para a educação do campo. A metodologia de pesquisa utilizada foi a análise documental de um projeto que contempla a articulação da educação e do movimento sindical como possibilidade alternativa ao agronegócio. O trabalho é muito interessante, pois aponta a organização e luta contra a concentração de terras e a violência decorrente dela, por reforma agrária e pela permanência das famílias no meio rural; disserta sobre a luta por terra, articulada a luta por direitos sociais, e a educação como um projeto de desenvolvimento rural transformador das atuais condições do capitalismo e da sociedade. Concluo minha análise apontando a importância desse trabalho para o combate às desigualdades, discriminações e preconceitos sociais, abordando a educação como inclusão social e instrumento para a transformação social: “Em chão onde se planta educação colhe-se Terra Solidária” (Tondin, 2015).

A 38ª Reunião Nacional da ANPEd aconteceu na UFMA, em outubro de 2017, com a temática “Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência”. O tema é a síntese de um conjunto de preocupações da defesa do direito à educação como elemento constituinte de uma sociedade democrática e as consequências do golpe de 2016, com a deposição da presidenta Dilma Rousseff, no sentido das políticas de justiça social no país, para compreender e enfrentar as rupturas sociais, através da resistência contínua aos ataques aos direitos sociais. O trabalho selecionado é intitulado “O Estado e as Leis como mecanismo de dominação”, da autora Gisély Damasceno Furtado (UFPA). O artigo traz um panorama de um Estado de Direito aparelhado pelo capitalismo, a subtração das mulheres nessa ordem e a organização dos movimentos sociais.

Pautado em uma análise marxista, o trabalho aponta que o Estado se utiliza de um aparato legal para normatização e controle da classe trabalhadora, em especial, demonstrando as questões de gênero e a subjugação das mulheres. Aborda que as leis criam a ilusão de neutralidade e igualdade, submetendo a todos os cidadãos e as cidadãs, inclusive o Estado. Os aparatos jurídicos, assim como a educação, garantem um padrão de normalidade que assegura o domínio ideológico e cumprem o papel de manutenção da ordem política e econômica vigentes. Mesmo não sendo a minha linha de pesquisa, considerei o trabalho de extrema relevância, pois é muito importante compreender a perspectiva apresentada por Marx de que o

Estado não representa o bem-comum, mas é a extensão do poder da classe burguesa. Há todo um esforço em separar conceitualmente economia e política, esvaziando o capitalismo de conteúdo social e permitindo a manutenção do poder da classe burguesa sobre o Estado, a maximização de lucros e o domínio dos explorados. O presente trabalho também ajuda no entendimento de como a educação está a serviço do Estado para disciplinar e moldar os sujeitos sociais que perpetuam esse sistema capitalista excludente e opressor (Furtado, 2017).

A 39ª Reunião Nacional da ANPED ocorreu na Universidade Federal Fluminense, Niterói, em outubro de 2019, como tema “Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências”. O tema incita a análise crítica da educação pública e da pesquisa comprometidas com as lutas e as resistências por justiça social e democracia, e as possibilidades de os processos educacionais contribuírem para uma sociedade mais justa. O tema da reunião é muito pertinente ao meu interesse de pesquisa, e a dissertação escolhida é voltada para o movimento da educação no campo e a negação de políticas educacionais que garantam o direito à educação dos povos do campo na Amazônia Paraense. O trabalho intitulado “Movimentos sociais do campo e educação na Amazônia: as lutas e resistências num cenário de negação de direitos” foi financiado pelo CNPq e realizado por um coletivo de pesquisadores/as, conforme segue: Salomão Antônio Mufarrej Hage (UFPA), Hellen do Socorro de Araújo Silva (UFPA) e Dileno Dustan Lucas de Souza (UFJF).

O trabalho dialoga muito com meu tema de pesquisa, pois traça um paralelo da mercantilização do Estado, da lógica rentista do sistema capitalista e a exploração do ser humano como fatores protagonistas da política de negação do direito à educação de qualidade. A falta de investimento adequado, aliadas à desvalorização profissional e a inadequada formação docente, se constituem em estratégias das empresas do capital e do agronegócio na subjetivação de sujeitos do campo. A precarização e o sucateamento proposital da educação negam aos povos tradicionais e camponeses o direito à educação de qualidade, impedindo que estes possam reagir à exclusão educacional, política, social e humana. A luta pela educação do campo é histórica, marcada pela organização dos movimentos sociais e sindicais, e articula o direito à terra e a educação com o combate às desigualdades. A proposta da pesquisa é demonstrar a possibilidade de articular a intencionalidade educativa aos novos padrões sociais. Uma nova organização social e das relações de trabalho incluem novas formas de produção nos territórios rurais, baseadas na “associação livre das/dos trabalhadoras/es, na solidariedade e na justa distribuição social da riqueza produzida coletivamente pelos seres humanos” (Fórum Nacional de Educação do Campo, 2018).

A 40ª Reunião Nacional da ANPEd ocorreu em outubro de 2021, na UFPA, Belém do Pará, e teve como tema “Educação como prática de liberdade: cartas da Amazônia para o mundo!”. A reunião foi realizada no formato virtual devido ao período de continuidade da pandemia da COVID-19. O encontro trouxe os desafios da defesa vida e da ciência e a produção de conhecimentos em torno do contexto amazônico, bem como do centenário de Paulo Freire, patrono da educação brasileira, e suas famosas “cartas”. Os debates foram permeados por assuntos como a gestão inconsequente das políticas públicas nacionais, os ataques à educação no atual governo, mas também a resistência e a luta da educação e dos movimentos sociais.

O trabalho escolhido dos anais da 40ª Reunião Nacional da ANPEd é intitulado “A pedagogia da juventude: forma e conteúdo das lutas juvenis na era da ofensiva neoliberalista”, das autoras Andréa Wahlbrink Padilha da Silva (UFRGS) e Conceição Paludo (UFRGS), tendo como instituição financiadora a CAPES. A pesquisa tem como objetivo principal as lutas da juventude como resistência ao neoliberalismo, buscando compreender a educação dentro desse contexto. O trabalho aponta a importância da organização histórica da juventude na construção social frente às questões políticas e culturais que representam um potencial renovador na luta de classe. A juventude, como sujeitos de luta por direitos e combate ao preconceito e às desigualdades sociais, se constituindo como novas forças à ofensiva neoliberalista. A proposta central é denominada *pedagogia da juventude*, entendida como um campo que integra teoria e prática, política e organização social no fazer pedagógico da ação juvenil. Seu objetivo é pensar as lutas sociais travadas pela juventude na resistência ao neoliberalismo no Brasil e compreender que pedagogia se forja nesses processos (Silva; Paludo, 2021).

Os trabalhos analisados neste mapeamento são somente um esboço do que vem sendo produzido e publicado, uma delimitação temporal na busca de se compreender as construções acadêmicas acerca do meu problema de pesquisa, não demonstrando uma totalidade. Nessa construção de levantamento da produção científica, mesmo que vários dos trabalhos não operassem no mesmo campo teórico pós-estruturalista do enfoque da minha propositura de pesquisa, foi muito importante para conhecer e refletir sobre as publicações relacionadas ao meu tema no campo científico. O conhecimento dos paradigmas que perpassam o objeto das pesquisas, trajetórias de estudos, registros e conclusões, demonstram nitidamente um movimento acadêmico que pulsa por mudanças estruturais da sociedade, tendo a educação um papel fundamental nesse processo.

3 COSTURANDO OS (DES)CAMINHOS DO SABER: CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO

“De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.”
(Foucault, 1998, p. 13)

Um campo teórico-metodológico é uma via que determina o solo por onde caminhar, “trata-se de caminhos a percorrer, de percursos a trilhar, de trajetos a realizar, de formas que sempre têm por base um conteúdo, uma perspectiva ou uma teoria” (Meyer; Paraíso, 2012, p. 15). Mas por que escolher este ou aquele caminho? Ao longo da minha vida acadêmica, o campo teórico que mais contemplou os meus questionamentos foi o de autores/as da perspectiva das teorias pós-críticas e pós-estruturalistas. E é sob as sendas das paisagens pós-críticas que oriento minhas trilhas metodológicas, me direcionando para vislumbrar e compreender o que essas teorias ainda têm a me ensinar. As teorias pós-críticas como caminho investigativo trazem a possibilidade de me afastar de convicções pré-estabelecidas, colocando em suspeita a visão estável de oposição binária como vetor das relações de poder centrada na luta de classes, como a proposta do marxismo, de que o movimento sindical está impregnado. Me movimento no sentido de tomar distância da minha própria realidade, “daquilo que é rígido, das essências, das convicções, dos universais [...], de rever tradições e de experimentar outros pensamentos que construímos nossas metodologias de pesquisas pós-críticas” (Meyer; Paraíso, 2012, p. 16). Esse movimento exige uma mente sempre aberta para a ressignificação, outros olhares e a probabilidade de rompimento com as próprias verdades.

As pesquisas pós-críticas se relacionam com a abordagens teóricas do pós-estruturalismo como uma crítica à pretensão científica do estruturalismo para as ciências sociais. Os estudos pós-estruturalistas trazem a oposição da concepção de sujeito racionalista do iluminismo, considerando o sujeito uma invenção cultural, social e histórica. Nessa perspectiva, as relações de poder-saber são indissociáveis; o conhecimento é concebido como uma forma de poder, a linguagem é carregada de significações, e o saber é produzido pelo que Dagmar Estermann Meyer (2012) considera a “centralidade da linguagem para a significação do mundo” (p. 50), podendo ser usado para controlar as pessoas e moldar a sociedade.

Michel Foucault, um dos principais pensadores do campo pós-crítico, questiona qualquer conjectura pretensamente livre de poder, e os estudos foucaultianos propõem que o

poder se exerce na forma horizontal, está disperso nas tramas sociais, faz parte das nossas rotinas e produz saberes específicos que conduzem indivíduos e populações a formas de pensar e agir. Segundo Reginaldo Santos Pereira e Nilson Fernandes Dinis (2017, p. 75), “as problemáticas de pesquisa surgem de uma inquietação epistemológica, de uma busca que coloca em disputa as relações de saber e poder que podem abalar nossas crenças, princípios e práticas sobre determinado objeto”. É com esse olhar de insubmissão que escolho como ferramenta metodológica e analítica as relações de poder-saber, promovendo o desapego do habitual e colocando em suspeita discursos e práticas como escape do que é normalizado.

Portanto, me arrisco na análise das relações poder-saber trilhando pelo campo teórico de pesquisa das teorias pós-críticas e estudos pós-estruturalistas. Através da grade de inteligibilidade da racionalidade neoliberal, utilizo como ferramenta teórico-analítica os conceitos produzidos por Foucault sobre governo e biopolítica, buscando compreender as estratégias que colaboram na constituição da docente na Educação Infantil e o papel do movimento sindical como força política e de resistência. Essas abordagens teóricas embasarão a metodologia dessa pesquisa, com os quais colete informações sobre meu interesse de pesquisa, estabelecendo relações, construindo interrogações, articulando teoria e método e construindo conhecimentos para responder ao problema.

O caminho foi de muita leitura, de compor e recompor, de interrogar, analisar e refletir sobre as relações de poder, adotando a postura de que a “inquietação constante, a experimentação, os (re)arranjos, o refazer, o retomar inúmeras vezes é parte do nosso modo de fazer pesquisa” (Paraíso, 2012, p. 41). Tal postura envolve:

[...] envolve a construção de objetos de investigação que se conectam com, ou derivam de, perguntas como: Quem pode conhecer? O que se pode conhecer? Como se pode conhecer? Com que efeitos, para quem? Ou, dito de outro modo: quem são os sujeitos/instituições enunciativos dos discursos em foco? A quem esses discursos se dirigem? Qual é o conjunto de enunciados que compõe tais discursos? Ou ainda: quem fala, o que, para quem? Como se fala com e para os diferentes sujeitos a serem interpelados, em que circunstâncias e condições? Com que efeitos, para quem? (Meyer, 2012, p. 51-52).

Alerto para as possibilidades transgressoras que esse caminho investigativo proporcionou, redirecionando meu modo de pesquisar e me levando a suspeitar de meus próprios pensamentos e verdades na busca por responder as inquietações. Me aventurei na subversão de determinadas interpretações analíticas, já que este estudo não está baseado em modos tradicionais de problematizações e se encontra permeado por minha constituição como pesquisadora do gênero feminino, docente da Educação Infantil, dirigente sindical e acadêmica

que procede reflexão crítica sob a luz das teorias pós-estruturalistas. Entendo benéfico este estudo, pois considero fecunda a oportunidade de pensar sob diferentes perspectivas o movimento sindical, como força política e espaço de resistência a racionalidade neoliberal e ao governo docente, problematizando as relações de poder-saber e contribuindo com reflexões necessárias sobre a racionalidade neoliberal e o governo biopolítico.

3.1 TRICOTANDO COM MICHEL FOUCAULT O INDISSOCIÁVEL SABER-PODER

Michel Foucault trata em suas obras de uma forma importante de conceber a relação entre poder e saber, e nos coloca que as sociedades produzem verdades que “não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem as produções de verdades” (Foucault, 1989, p. 229). O autor compreende poder e saber como indissociáveis, pois o poder é disperso em toda a rede social e necessariamente produz saberes através de práticas discursivas, conhecimentos utilizados para conduzir e moldar a sociedade.

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (Foucault, 1989, p. 30).

A busca por compreender poder-saber pelas lentes de Foucault é no sentido de trazer estratégias analíticas e ferramentas teóricas necessárias para discutir meu problema de pesquisa, pois são nas relações de poder, articulado ao saber, produzido por práticas discursivas ou não, que os sujeitos são constituídos – em especial, no interesse da pesquisa, os sujeitos docentes. As relações de poder não estão centradas no Estado, na política ou na economia, estão em todos os domínios sociais, produzindo intencionalmente determinados conhecimentos de acordo com os interesses de cada época.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizada aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de

exercer este poder e de sofrer sua ação: nunca é o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outro termo, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 1985, p. 183).

Para Alfredo Veiga-Neto (2007), o que passa a interessar a Foucault, então, é “o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos” (p. 55). A grande maioria das vezes não percebemos como o poder age, pois ele é exercido de forma sutil e discreta, dentro das nossas rotinas, em práticas discursivas que julgamos neutras, mas “saberes se constituem com base em uma vontade de poder e acabam funcionando como correias transmissoras do próprio poder a que servem” (Veiga-Neto, 2007, p. 117).

[...] o poder é uma ação sobre ações. Ele age de modo que aquele que se submete a sua ação o receba, aceite e tome como natural, necessário. E para que isso seja possível, o saber entra como elemento condutor do poder, como correia transmissora e naturalizadora do poder, de modo que haja consentimento de todos aqueles que estão nas malhas do poder (Veiga-Neto, 2007, p. 119).

A inspiração em Foucault desacomoda, colocando em suspeita nossa visão da realidade, levando a pensar criticamente as relações de poder, que a sociedade foi/está construída intencionalmente por um poder-saber que colabora para constituir os sujeitos da contemporaneidade. Foucault buscou compreender como, também, de que maneiras nós mesmos nos constituímos como sujeitos modernos. O autor enfatiza processos de objetivação que tornam indivíduos em sujeitos dentro das redes de poder, produto de um conhecimento produzido nas relações de poder. Conforme Foucault (1985, p. 27) “poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”.

Sylvio Gadelha (2016) afirma que, para Foucault, “o poder se exerce difusamente, aqui e ali” (p. 39) e que “devemos ter em conta que, dentre outras coisas, o poder também produz saber” (p. 42). Tomando o poder em sua positividade, ele deve ser “pensado de forma constitutiva, criadora de novas realidades – valores, práticas, saberes, funcionamentos subjetividades, etc.” (Gadelha, 2016, p. 41). O saber é produzido, e o conhecimento é inventado e articulado às relações de poder que o institui como uma verdade; um saber que é situado na esfera da cientificidade, conhecimentos-verdades que se consolidam por práticas discursivas, nunca imparciais e que colocam em prática o poder. Ou seja, não são as pessoas que produzem um saber, mas o poder-saber que determina as formas do conhecimento.

O poder-saber está nas relações sociais, constituído através de práticas discursivas que legitimam um conjunto de ideias originárias nas relações de poder e produzidas de acordo com interesses. São as práticas discursivas que colocam em circulação diversas estratégias que controlam e regulam a produção de determinados sujeitos em nossa sociedade contemporânea. Uma palavra não é só uma palavra: está carregada de significação e atravessada por poderes. O saber se define pela apropriação de um discurso como conhecimento, “o que somos como sujeitos de conhecimento e como assujeitados ao conhecimento” (Veiga-Neto, 2007, p. 44). Para Foucault (2001), são discursos científicos que demarcam a subjetividade:

[...] onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc.; sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificados [...] (p. 33).

A formação dos sujeitos necessariamente passa pela escola, lugar validado socialmente como o espaço de educação dos seres humanos, de discursividades e de relações de poder-saber. Para Gadelha (2016, p. 55), podemos fazer a “aproximação da genealogia do poder e educação, no âmbito das sociedades disciplinares”. A escola como aparelho de dominação funcionou primeiramente como instituição de sequestro dos corpos individuais, proporcionando a possibilidade do exercício de um poder disciplinar para, em seguida, operar sobre a vida, sobre as subjetividades. Para Foucault (2005, p. 298), “temos, pois, duas séries: a série corpo-organismo-disciplina-instituições; e a série população-processos biológicos-mecanismos regulamentadores-Estado”. Com o disciplinamento em ação, se torna muito mais fácil governar as populações. A população como corpo coletivo exige uma nova forma de poder, que Foucault (2005) trata como uma nova tecnologia de poder que não é aplicada somente ao indivíduo, mas à coletividade:

É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. E a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento” (Foucault, 2005, p. 293).

Os novos objetos de poder-saber que se criam se aplicam à vida e destinam-se ao controle da própria espécie, um poder que Foucault denomina como *biopoder*. O que busco demonstrar é que o poder e o saber interligados produzem determinados sujeitos. Considerando que o poder age em todo o corpo social e que os/as professores/as são profissionais

capacitados/as para atuar nas intuições educacionais, podemos considerar que estes/as também são alvo das relações de poder-saber, e é sobre esta abordagem poder-saber que busco compreender as estratégias de governmentação que subjetivam a população docente da Educação Infantil, articulando o que a conforma, acomoda e desmobiliza como força política de coletividade no movimento sindical.

A busca por entender a aproximação entre saber-poder como um processo que permite pensar o campo educativo, um espaço de formação de docentes, se dá no sentido de trazer a compreensão de como nos tornamos quem somos através de saberes da ordem regulamentar, para podermos repensar o que somos. As relações de saber-poder e suas múltiplas práticas “se articulam e se combinam e nos atravessam e nos conformam, ao nível individual e ao nível político” (Veiga-Neto, 2007, p. 119). Descortinar as relações de saber-poder investidas em políticas públicas traz a oportunidade de constituir zonas de fuga para que possamos driblar o que nos aprisiona na individualização crescente. A importância de se pensar saber-poder como ferramenta ocorre em dois sentidos: para compreender como os/as docentes vêm sendo governados/as por meio de regimes jurídicos, e outros tantos regimes discursivos que individualizam, enfraquecem a luta coletiva e desmobilizam o movimento sindical; mas também no sentido de trazer a possibilidade de momentos de resistência.

3.2 NAS TEIAS DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Após estabelecer com Michel Foucault o conceito de poder-saber, dou sequência ao exercício analítico de pensar: como nos tornamos sujeitos e como somos governadas? Começamos estabelecendo que, para Foucault, a racionalidade neoliberal possui duas características básicas: “a elaboração de princípios de mercado como princípios de governo onipresentes e o próprio governo reformatado para servir aos mercados – estão entre aquelas que separam a racionalidade neoliberal daquela do liberalismo econômico clássico” (Brown, 2019, p. 31). É nessa linha de estudo que me utilizei da grade de inteligibilidade da racionalidade neoliberal para compreender de que forma se opera o governmentação da docência na Educação Infantil, que provoca a desmobilização da luta coletiva no movimento sindical.

No liberalismo, o governo era exercido através do Estado com a potencialização da economia, garantindo direitos fundamentais e a igualdade perante a lei, dando surgimento ao Estado de Bem-Estar Social. Wendy Brown (2019) nos coloca que Michel Foucault, em seu curso no Collège de France (1978-79), conceitua o neoliberalismo como “reprogramação do liberalismo”, e reforça a importância dele como “uma nova racionalidade política, cujo alcance

e implicações vão muito além da política econômica e do fortalecimento do capital” (p. 30). O neoliberalismo reposiciona o liberalismo com arranjos sociais “regulados pela lógica de mercado” (Lopes, 2015, p. 292).

Brown (2019) trata que, para Foucault, na racionalidade neoliberal “os princípios do mercado se tornam princípios de governo aplicados pelo e no Estado, mas também que circulam através de instituições e entidades em toda a sociedade – escolas, locais de trabalho, clínicas etc.” (p. 30). Não há como estabelecer definições simplórias ao neoliberalismo, dada a complexidade dessa reestruturação social, mas é necessária a compreensão de que há relações de poder que vem orientando a sociedade através de estratégias e dispositivos voltados para a economia de mercado. É o governo da sociedade o objetivo da prática neoliberal. Para Foucault (2008b, p. 201):

A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos da concorrência. São esses mecanismos que devem ter o máximo de superfície e de espessura possível, que também devem ocupar o maior volume possível na sociedade. Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial.

O interesse neoliberal para Foucault (2008b, p. 203), “trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade”. A questão do neoliberalismo, que tem em seu bojo os princípios de uma economia de mercado e dissemina a concepção da concorrência e do empreendedorismo por todo o corpo social, agora tem como alvo o Estado. Para governar por meio do Estado e regular o exercício de poder político, social e econômico, será preciso legislar, pois o Estado é um poder público regido por leis e só irá deliberar de acordo com suas disposições legais. O Estado de Direito é o que garante o bem comum a uma certa justiça social.

Com o Estado subjetivado pela racionalidade neoliberal, os interesses passam a ser meramente mercadológicos, de privatização do Estado, de sequestro dos bens públicos comuns básicos, como a saúde e a educação, para exercer seu poder, se utilizando do Estado para subjetivação dos sujeitos ao capital. Foucault (2008b) considera que “trata-se de filtrar toda a ação do poder público em termos de jogo de oferta e procura, em termos de eficácia quanto aos dados desse jogo, em termos de custo implicado por essa intervenção do poder público no campo do mercado” (p. 338).

O neoliberalismo, além de dispensar o Estado de Bem-Estar Social, o concebe como algo negativo, enfraquecendo a coletividade que luta por justiça social e pelo bem-comum. A

luta por justiça social precisa ser enfraquecida na racionalidade neoliberal, pois é ela que tensiona pela garantia de direitos fundamentais e a redução das desigualdades, buscando atenuar as sequelas do poder exercido pelo capitalismo sobre os sujeitos.

Brown (2019) trata da importância do social, da prática política de igualdade e justiça social como bases da democracia, e caracteriza a racionalidade neoliberal por “economicizar todos os aspectos da existência, das instituições democráticas à subjetividade” (p. 20), porque uma sociedade desprovida do entendimento do bem-comum é própria para a ação dos poderes econômicos.

Para Foucault (2008b), toda a sociedade está atravessada por interesses econômicos, e o Estado tem a função de estabelecer essas regras e garantir que ninguém esteja fora delas, ou seja, “essa ideia de que a economia é um jogo, de que há regras de jogo da economia garantidas pelo Estado e de que o único ponto de contato entre o econômico e o social e a regra de salvaguarda que faz que nenhum jogador seja excluído dele” (p. 278).

A neoliberalização da vida nos transformou em uma sociedade de consumo, orientada por princípios morais submetidos à lógica de mercado. A racionalidade neoliberal, com o Estado dominado pelo capital e por interesses econômicos, além de enfraquecer a ideário do bem-comum e estabelecer uma aversão à política, inscreve a todos/as como indivíduos-empresa. Segundo Foucault (2008b, p. 331-332):

A vida do indivíduo não tem de se inscrever como vida individual num âmbito de grande empresa, que seria a firma ou, no limite, o Estado, mas [tem de] poder se inscrever no âmbito de uma multiplicidade de empresas diversas encaixadas e entrelaçadas, de empresas que estão, para o indivíduo, de certo modo ao alcance da mão, bastante limitadas em seu tamanho para que a ação do indivíduo, suas decisões, suas opções possam ter efeitos significativos e perceptíveis, bastante numerosas também para [que ele] não fique dependente de uma só; e, enfim, a própria vida do indivíduo – com, por exemplo, sua relação com a sua propriedade privada, sua relação com a sua família, com o seu casamento, com os seus seguros, com a sua aposentadoria de fazer dele como que uma espécie de empresa permanente e de empresa múltipla.

A razão neoliberal reorganiza o Estado e a sociedade e opera, em todos os lugares, estratégias de poder que governam nossas vidas. Aponta Brown (2019) que, para Foucault, o neoliberalismo reinventa o capitalismo, considerando que “mais importante do que a reinicialização do capitalismo pelo neoliberalismo é sua alteração radical dos valores, coordenadas e princípios de realidade que governam, ou ‘conduzem a conduta’ nas ordens liberais” (p. 31). O pensamento neoliberal deprecia e utiliza da descrença e da despolitização do povo para agir por meio do Estado e legislar em seu benefício. Assim, instituições públicas como a escola passam a ser aparatos estratégicos para governar os sujeitos e as populações.

A educação pública é um alvo do neoliberalismo, por ser lugar privilegiado para a produção de subjetividades para o mercado. Cynthia Veiga (2002, p. 91) afirma que “a escola não é o dispositivo, mas a escolarização [...] uma estratégia inscrita em jogos de poder, ligada a configurações de saber que deles nascem e também os condicionam; enfim, a escolarização como estratégia de poder”. Ou seja, a escolarização como uma tecnologia de governo permite exercer um poder-saber capaz de disseminar conhecimentos que visam governar conduzindo a conduta da população com políticas públicas do Estado orientadas pela lógica do mercado.

O poder é um campo de relações que Foucault (2008b) denominou de “governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens [e das mulheres], não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder” (p. 258). Kamila Lockmann (2020) aponta o entendimento de Foucault de que governamentalidade é “uma forma de racionalidade, uma forma de ser do pensamento político, econômico e social que organiza as práticas de governo desenvolvidas em um determinado tempo e em uma determinada sociedade” (p. 4). Já quando tratamos de governamentalidade do tipo neoliberal, ela precisa ser compreendida como uma forma de poder que coloca em ação tecnologias de gestão e regulação dos indivíduos e das populações para operacionalizar práticas de governo alinhadas ao mercado.

A educação tem sido fundamental para o exercício da governamentalidade neoliberal como uma tecnologia de gestão dos saberes capaz de programar comportamentos. Submetida à lógica neoliberal, o processo primordial de ensino-aprendizagem como construção coletiva e social cede lugar à competitividade e a uma pedagogia empreendedora.

Alexandre Alves, Viviane Klaus e Carine Bueira Loureiro (2021, p. 13) apontam que o “objetivo da pedagogia empreendedora é justamente o de condicionar os indivíduos desde a infância a se conceberem e se comportarem de acordo com tal modelo normativo”. A competição e o empreendedorismo são fatores importantes para o sistema econômico, pois fornecem indivíduos subjetivados a enfrentar a concorrência e a buscar qualificação profissional como investimento em capital humano.

Segundo Foucault (2008b), os neoliberais consideram o investimento educacional como “elementos que entram na constituição de um capital humano”, mesmo que esse conceito faça referência a algo bem maior e mais complexo do que “o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional” (p. 315). Sylvio Gadelha (2016, p. 145) comenta que “um dos principais desenvolvimentos teóricos da Escola de Chicago [...] consiste na teoria do capital humano”. Para o autor, o capital agora são “as competências, as habilidades e as aptidões de um indivíduo [...] que se vê induzido, sob essa lógica, a tomar a si mesmo como um capital”

(Gadelha, 2016, p. 149). Nessa modalidade de governamentalidade neoliberal, conhecimentos e habilidades adquiridos pela formação e capacitação profissional são elementos estratégicos de investimento. A economia do conhecimento permite o aumento de produtividade, movida pela concorrência e pelo aumento de renda. Conforme Gadelha (2016), a importância da educação para o capital humano está “no sentido desta funcionar como investimento cuja acumulação permitiria não só o aumento da produtividade do indivíduo-trabalhador, mas também a maximização crescente de seus rendimentos ao longo da vida” (p. 150). É nesse sentido que minha pesquisa toma corpo, ao problematizar como nos tornamos uma população de docentes governada por uma racionalidade neoliberal, formada em sua maioria por mulheres que se assumem como capital e investem em si mesmos para obter um retorno de renda.

Na razão neoliberal, a economia não precisa mais se preocupar com a lógica da produção, pois converte o trabalho em capital humano e constitui os sujeitos que veem a si mesmo como empresas: o *homo economicus* (*homo æconomicus*). Esse conceito remete à ideia de que os seres humanos são racionalistas e visam a maximização de seus lucros, investindo em si mesmos para a concorrência no mercado. De acordo com Foucault (2008b, p. 201), “o *homo economicus* que se quer reconstruir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção”. O capital humano representa um campo econômico inexplorado e possibilidade de ressignificar a economia:

Penso que o interesse desta teoria do capital humano reside no seguinte: esta teoria representa dois processos, um que poderíamos designar pelo avanço da análise económica num domínio até então inexplorado e, em segundo lugar, a partir desse avanço, a possibilidade de reinterpretar em termos económicos, e em termos estritamente económicos, todo domínio que, até então, podia ser considerado, e era de facto considerado, não económico (Foucault, 2004b, p. 279).

Assim, trago as reflexões sobre racionalidade neoliberal e como o capital se utiliza de tecnologias de poder-saber que subjetivam os indivíduos ao capitalismo. Esses indivíduos subjetivados em individualidades, além de não resistir aos desmontes do Estado e do bem-comum para a coletividade, clamam pela agenda político-econômica neoliberal de concessão do poder público ao mercado. A coletividade se perde em meio ao que Brown (2019) considera “individualidades entorpecidas por políticas de subjetivação que são levadas à passividade política e ao adoecimento psíquico” (p. 158), considerando que “a compreensão declina quando não é necessária para a sobrevivência e quando o sujeito não emancipado é imerso nos prazeres e estímulos da mercadoria capitalista” (p. 204), e assim nos tornamos sujeitos assujeitados por relações de poder-saber de uma racionalidade neoliberal.

A racionalidade neoliberal traz consigo uma série de consequências, rebaixando o ser humano ao poder econômico e constituindo uma massa de *homo economicus*, “o homem da empresa e da produção” (Foucault, 2008b, p. 201). O/a próprio/a trabalhador/a é concebido/a como uma empresa, e a concepção de trabalho-renda se modifica para “capital-competência” que recebe certa renda-salário, “de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesma” (Foucault, 2008b, p. 310). Para Foucault (2008b, p. 311), “o *homo economicus* é um empresário, é um empresário de si mesmo [...] sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda”.

A racionalidade neoliberal produz indivíduos-empresas, empreendedores de si mesmo, e as desigualdades sociais são compreendidas como meritocracia. Forças hegemônicas de uma sociedade constituída por princípios de civilidade da cultura eurocêntrica, branca e masculina, que produz a indiferença humana para com os/as outros/as, assegura o patriarcado para expandir o poder do capital e legitima a violência contra determinados grupos. De certo modo, o neoliberalismo nos captura em suas teias, nos transformando em andróides sem propósito; traz a descrença política, a desunião e nos faz esquecer da nossa própria humanidade, nos tornando incapazes de pensar coletivamente.

3.3 AS REDES DO GOVERNAMENTO BIOPOLÍTICO

“Governar pessoas, no sentido geral da palavra, não é um modo de forçá-las a fazer o que o governo quer; é sempre um ponto de equilíbrio, com complementariedades e conflitos entre técnicas que garantem a coerção e os processos pelos quais o sujeito é construído e modificado por ele mesmo.”
(Foucault, 2011, p. 156)

Nesta seção busco estabelecer o entendimento sobre os conceitos de governo e biopolítica e a associação de ambos segundo Foucault. Um governo pode ser concebido como um poder centralizado, mas quando estivermos tratando de práticas de governo, o termo mais indicado a ser utilizado é o *governamento*.

Para Veiga-Neto (2005), as práticas de governo não estão centralizadas no Estado, em uma autoridade ou regime político que governa uma nação, “mas são ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social; por isso, soa bem mais claro falarmos em práticas de governo” (p. 83). Andreia Santos (2022, p. 36) coloca que “em linhas gerais, o conceito de governo diz respeito a como o poder se exerce, a partir da ação de uns sobre outros ou sobre si mesmo”. O governo é o que irá operar determinado tipo de governamentalidade, vinculada a uma racionalidade e a determinado poder-governo.

A biopolítica é uma forma de governo exercida nas sociedades modernas, um conjunto de estratégias de controle da vida e do corpo social. Ela atua através de políticas do Estado para controlar e regular a população a partir de uma perspectiva de saúde pública, que abrange questões como natalidade, mortalidade, higiene, alimentação etc. Dessa forma, o governo biopolítico não envolve somente o controle do comportamento político e econômico na sociedade, mas também seus corpos e suas vidas; é a gestão da vida humana. De acordo com Gadelha (2016, p. 17), “foi Foucault quem efetivamente abordou a biopolítica como tecnologia política, explorando sua constituição, sua lógica, suas dimensões e suas interfaces com outras tecnologias de dominação e formas de governamentalidade”. Segundo Gadelha (2016, p. 121):

O liberalismo e neoliberalismo são movimentos que colocam a biopolítica em outra perspectiva, tendo como fio condutor a noção de governo – racionalidades que envolvem mecanismos e instrumentos para dirigir a conduta dos homens – Foucault nos mostra como a governamentalidade biopolítica tem como objeto fundamental a população, saber privilegiado a economia e dispositivo a segurança.

Segundo Michel Foucault, a biopolítica está inscrita em uma questão mais ampla, “a da arte de governar; mais exatamente, reinscrevendo-a no que ele designou governamentalidade” (Gadelha, 2016, p. 119). A biopolítica é uma forma de poder que coloca em funcionamento o *biopoder*, um poder exercido sobre corpos vivos e suas múltiplas formas de vida, tornando-os objetos de manipulação e controle através de práticas e tecnologias. O autor Edgardo Castro (2004, p. 327) coloca que “Foucault passa à análise das reelaborações modernas do poder pastoral, à formação das disciplinas modernas e da biopolítica, ou seja, ao aparecimento do *biopoder*”.

Na sociedade moderna, o *biopoder* é exercido principalmente por meio do Estado, mas “o *biopoder* não é um conceito aplicável exclusivamente ao governo considerado institucionalmente, mas ao funcionamento entrelaçado de saber e poder em geral nas sociedades modernas” (Castro, 2004, p. 327). *Biopoder* e biopolítica são conceitos que destacam a relação entre poder e controle sobre a vida em sociedade e seus múltiplos aspectos. Conforme Gadelha (2016), a biopolítica é uma nova tecnologia de dominação e de:

[...] regulação e regulamentação do corpo-espécie da população [...] uma nova leitura da biopolítica tomando como fio condutor a noção de governo, isto é, tipos de racionalidade que envolvem conjuntos de procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens. Seguindo esse fio, Foucault nos mostrará como e porque a governamentalidade biopolítica tem como objeto fundamental a *população*, como saber privilegiado a *economia* (Gadelha, 2016, p. 120, grifos do autor).

Embora Foucault não tenha tratado a biopolítica na educação, essa relação pode ser estabelecida pela centralidade da vida do sujeito ser o interesse do biopoder, pelas relações de poder-saber presentes em instituições governamentais como a escola, que têm controle sobre a vida dos indivíduos e da população, encaixando-se perfeitamente aos interesses da biopolítica. Segundo Gadelha (2016, p. 178), “a escola se viu investida como principal agência de socialização”, influenciando decisivamente na família ao acolher saberes exteriores e “operando cotidianamente com uma série de ações [...] sobre ações possíveis de um sem número de indivíduos, a escola talvez constitua um dos lugares mais exemplares e um veículo, por excelência”. Portanto, governo biopolítico envolve a educação por ser a escola a instituição que se utiliza do processo de escolarização como um dispositivo, pois “para o efetivo governo das populações, desenvolve-se a biopolítica que atua, sobretudo, pelo controle, assentada primordialmente em dispositivos” (Gadelha, 2016, p. 136) que agem no gerenciando a vida humana, constituindo identidades e determinando formas de ser e estar, agir e pensar regulados e controlados, formando sujeitos sujeitados aos interesses do poder-saber.

O governo biopolítico da educação coloca em ação dentro das escolas o biopoder, com o objetivo de administrar a vida das pessoas. Veiga-Neto (2007, p. 72, grifo do autor) nos diz que “Foucault tematizou sobre um novo tipo de poder, o *biopoder*, que apareceu no final do século XVIII. Tomando o corpo coletivamente, num conjunto de corpos, esse novo poder inventou um novo corpo, a população”. A população é o novo propósito das tecnologias de poder, o corpo coletivo a ser regulado e controlado, tornando a população o corpo-espécie a ser gerenciado. Assim, a biopolítica age na educação como tecnologia de governo, conduzindo a conduta individual e coletiva, atuando em nível micro e macro a governamentalidade neoliberal, reduzindo a mobilização político-coletiva e potencializando cada vez mais a lógica do capital. Para Veiga-Neto (2007, p. 73):

O biopoder faz uma biopolítica da espécie humana. [...] Trata-se de uma biopolítica porque os novos objetos de saber que se criam “a serviço” do novo poder destinam-se ao controle da própria espécie; e a população é o novo conceito que se cria para dar conta de uma dimensão coletiva que, até então, não havia sido uma problemática no campo dos saberes.

Ao pensar nas condições de exercício do biopoder na população, através da biopolítica, estamos lidando com práticas de poder espalhadas por todos os aspectos da vida social. Por tanto, Veiga-Neto (2005, p. 82) nos aponta que, “nos casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou ato de governar”, o termo mais adequado a ser utilizado é mesmo o *governo*. Para o autor, quando nos referimos a práticas de governo, essas não devem ser

concebidas pela centralidade do Estado, “mas são ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social; por isso, soa bem mais correto falarmos em ‘práticas de governo’” (Veiga-Neto, 2005, p. 84).

Dessa forma, vou tratar a ferramenta do governo biopolítico com a ciência de que é um recorte de uma governamentalidade biopolítica. O uso do termo *governo biopolítico* é para fazer referência a um governo que utiliza o biopoder não apenas para controle político e econômico, mas para gestar os comportamentos e a vida dos sujeitos em uma sociedade. Diante disso, pensemos o governo biopolítico sob o prisma da racionalidade neoliberal, que impõe uma lógica de mercado na produção de sujeitos e se concentra na gestão e regulação do indivíduo e das populações.

Como o governo biopolítico está inscrito em um conceito bem mais amplo da governamentalidade, a governamentalidade neoliberal irá governar as ações do Estado orientadas pela lógica dos mercados, com a ideia de que a livre concorrência, a eficiência e o empreendedorismo são os caminhos para o sucesso. A governamentalidade neoliberal também assume que os indivíduos são agentes sociais responsáveis por seus próprios destinos, e que as políticas públicas devem visar capacitar os indivíduos a buscar efetivamente seus interesses e potencialidades.

Rochele Santaiana (2015) sustenta que o investimento em capital humano vai se aprimorando, “partindo de uma prerrogativa muito simples do neoliberalismo: a capacidade de reajustar-se para cada vez mais governar macro e micropoliticamente, atravessando e constituindo, mas nunca estando na verdade desatualizado” (p. 116). Em outras palavras, a governamentalidade neoliberal é uma racionalidade que governa por meio de tecnologias de poder macro (população) e micro (sujeitos), ou seja, a todos e a cada um, sendo o governo as estratégias que são operacionalizadas para isso.

Segundo Foucault (2008b, p. 37), o exercício da dominação ocorre “mediante a ação de múltiplos micropoderes (policia, professor, pai, médico) – com mecanismos de regulamentação e normalização – instauram relações de saber e poder – que apoiam-se um nos outros perfazendo”, o que Foucault denomina de *microfísica do poder*. O que significa que a governamentalidade neoliberal age de forma a governar pela lógica do mercado através de estratégias de governo, que podem ser legislações, políticas e programas, colocadas em movimento atingindo a constituição de sujeitos.

Considero essencial para entender como a sociedade contemporânea funciona, perceber como o poder segue o percurso da governamentalidade neoliberal e o governo biopolítico como uma prática de governar a população através de dispositivos que atuam de acordo com

interesses econômicos e de mercado. “Para Foucault, o dispositivo constitui tanto um diagrama estratégico de relações de forças que suportam tipos de saber, como relações de saber que suportam determinadas relações de força (relações de poder)” (Gadelha, 2016, p. 43). É possível observar as conexões entre práticas de governo e regimes de verdade dentro da governamentalidade neoliberal que produzem relações de poder-saber alinhadas à racionalidade neoliberal. Segundo Gadelha (2016, p. 50), “não se pode pensar o exercício do poder como se dando desvinculado de certa economia de saber, e vice-versa”.

Nesse sentido, as ferramentas da racionalidade neoliberal e do governo biopolítico são fundamentais para compreender as relações de poder-saber que instituem regimes de verdade através de tecnologias que tem o objetivo de governar a docência, identificando os mecanismos e as estratégias políticas da governamentalidade neoliberal, que fazem parte de um conjunto de outras tecnologias, que incidem e colaboram para o enfraquecimento da coletividade e fragilizam a mobilização sindical.

O fio condutor que me auxilia nas análises é a ferramenta do governo biopolítico como um conceito que destaca as redes de poder, a gestão da vida e a governamentalidade neoliberal. A população docente da RME/SL é um corpo coletivo a ser controlado, sendo alvo de tecnologias de poder que a regulam, conduzindo sua conduta individual e coletiva. A biopolítica exerce o governo através de dispositivos que, inscritos numa racionalidade neoliberal, produzem sujeitos afeitos a lógica mercadológica, inserindo a docência numa perspectiva econômica a fazer de si mesma capital humano, individualizando e desmobilizando a luta coletiva. Assim, busco em documentos e em narrativas docentes as estratégias do governo biopolítico exercido na população docente da Educação Infantil da RME/SL, que provocam a (des)mobilização no movimento sindical e de busca coletiva de direitos.

3.4 TECENDO OS MATERIAIS ANALÍTICOS E OS SUJEITOS DA PESQUISA: O *CORPUS* EMPÍRICO

O desafio de produzir um conjunto de materiais analíticos e interpretativos para dar visibilidade à realidade em foco da pesquisa exige considerar sua natureza social e histórica. Para Norman Denzin e Yvonna Lincoln (2006, p. 23), “os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação”. Portanto, determino os sujeitos a serem investigados estabelecendo relações sobre o modo como são produzidos e representados historicamente, utilizando a pesquisa qualitativa para viabilizar diversos

instrumentos e proceder a análise na busca de estabelecer quem é a população de docentes da Educação Infantil de São Leopoldo e sua relação com o movimento sindical. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa é um campo de possibilidades:

[...] o campo da pesquisa qualitativa agora caracteriza-se por um embaraço de opções. Nunca houve tantas estratégias de investigação, tantos paradigmas, ou métodos de análise, para os pesquisadores utilizarem... estamos em um momento de descoberta e redescoberta, à medida que se debatem e se discutem novas formas de observar, de interpretar, de argumentar e de escrever... o ato da pesquisa qualitativa não pode mais ser visto a partir de dentro de uma perspectiva positivista neutra ou objetiva. A classe, a raça o gênero a etnicidade influenciam o processo de investigação fazendo da pesquisa um processo multicultural (p. 32).

A organização da pesquisa se dá com uma abordagem qualitativa, definida de forma descritiva, exercitando e buscando demonstrar os arranjos e as aproximações do poder inspirada em Foucault. Conforme Denzin e Lincoln (2006), considero a investigação qualitativa de suma importância, como um campo “para estudo da vida de grupos humanos [...] interpretada como um processo multicultural, marcado pelo gênero”, e oferece a vantagem da coleta de uma infinita “variedade de materiais empíricos” (p. 15-17). Escolhi a investigação qualitativa como campo de estudo para entender os fenômenos sociais da contemporaneidade, refletindo sobre a racionalidade neoliberal, a biopolítica e o governo docente na Educação Infantil, que vem enfraquecendo a identidade coletiva docente como categoria e a organização sindical.

Delimito a população-alvo para fazer as interpretações teóricas devido a minha relação próxima com a categoria, para “mostrar os efeitos imediatos de certos programas sobre esses grupos e isolar as restrições que agem contra as mudanças das políticas nesses cenários” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 37). O material de análise também faz parte da relação entre pesquisadora e pesquisados/as, se tratando da construção de políticas públicas que interferem na vida da população docente investigada.

Feitas as considerações iniciais sobre o material analítico e os sujeitos da pesquisa, estabeleço o grupo social dos/as professores/as de Educação Infantil da RME/SL, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como objeto de análise. O período temporal de análise segue o retrocesso no tempo até o ingresso em 2000 das primeiras professoras de Educação Infantil, mas o foco principal é a partir de 2015 quando passo a ser dirigente sindical.

A escolha desse corpo analítico ocorre devido a minha constituição como docente na Educação Infantil dessa rede e por ocupar o lugar de representação dessa categoria como presidente do CEPROL Sindicato. A perspectiva interpretativa do meu lugar de fala como pesquisadora vai muito além da profissional da educação e de sindicalista, mas como mulher

branca, classe média, com descendência italiana e formação superior. Evidencio aqui meu entendimento da importância das possibilidades de interpretação da realidade que a influência das variáveis em relação à raça, à classe e ao gênero imprimem na investigação. Para Denzin e Lincoln (2006, p. 32),

[...] a biografia do pesquisador, o qual fala a partir de uma determinada perspectiva de classe, raça, gênero, cultura e comunidade étnica. Esse pesquisador marcado pelo gênero, situado em múltiplas culturas, aborda o mundo como um conjunto de ideias, um esquema [...] que especifica determinadas questões [...]. Cada pesquisador fala a partir de uma comunidade interpretativa distinta que configura, em seu modo especial, os componentes multiculturais marcados pelo gênero, do ato da pesquisa.

No primeiro movimento, foi feito o levantamento de dados sobre a população docente de Educação Infantil da RME/SL, no sentido de traçar um perfil dessa população e estabelecer a estrutura da Educação Infantil pública do município de São Leopoldo. Em seguida, analisei os aparatos legais relacionados aos direitos e às políticas públicas, construídos coletivamente com o movimento sindical.

O primeiro documento legal a lançar olhar investigativo foi o PCC/SL do magistério municipal, Lei Municipal nº 6.573/2008, pois é a lei que traz disposições preliminares e disciplina o regime jurídico dos/as trabalhadores/as em educação docentes de São Leopoldo; regula o provimento e a vacância de seus cargos; estabelece seus direitos e vantagens; define os respectivos deveres e responsabilidades; e cria a estrutura e a respectiva carreira, nos termos e em consonância com os princípios básicos da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e demais legislações correlatas. Sob os holofotes de análise estão os direitos e os avanços da Educação Infantil, a carreira, as vantagens, o regime de trabalho, a qualificação profissional, os deveres e as responsabilidades. Na época, essa legislação foi debatida e construída coletivamente com o sindicato.

Outro aparato legal eleito para análise é o PME/SL, Lei Municipal nº 8.291/2015, colocando sob foco: a meta 16: “Formar, em nível de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, na área de atuação, 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação docentes que atuam na Educação Básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir que todos tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades, as demandas e as contextualizações dos sistemas de ensino”; e a meta 18: “Adequação do plano de carreira dos profissionais da Educação Básica pública dos sistemas de ensino”. Elegei este aparato legal por ser um texto elaborado coletivamente pelos diversos segmentos da sociedade, incluindo o movimento sindical, e aprovado na “III Conferência Municipal de Educação de São Leopoldo” (COMED/SL), realizados os debates por temas, no mês de maio de 2015. A formulação dessa

Lei, enquanto documento orientador e organizador do sistema educacional, propõe uma política que objetiva diretrizes educacionais para o Sistema Municipal de Ensino de São Leopoldo, vigente até 2025.

A ideia de analisar as relações de poder e saber presentes no PME/SL é a de olhar uma proposta de política pública norteadora de metas e estratégias como objeto de controle da população docente e de governo biopolítico. O PME, mesmo sendo debatido na esfera municipal como parte de uma construção local, está baseado no Plano Nacional de Educação (PNE), que é uma elaboração mais ampla e que contribui como orientador das políticas públicas de qualificação e valorização profissional do magistério para todo o país. Nesse sentido, entendo que tais documentos produziram formas de ser docente, conforme Roberto Rafael Dias da Silva (2014, p. 409):

[...] a docência é produzida por meio de um conjunto de saberes, normas e práticas específicas. Esses saberes e normas são instituídos a partir das condições políticas de um determinado tempo. Assim, pensar a constituição da docência implica em um mapeamento dos modos de regulação dessa atividade.

Também foi produzido material analítico para o levantamento de dados através de documentos fornecidos pela SMED/SL e junto ao CEPROL Sindicato, utilizado para construir o perfil da população docente e sua participação no movimento sindical. Em termos documentais, organizando de forma a ficar mais descritivo, elenco como material empírico os documentos apresentados no quadro abaixo:

Quadro 4 – Material empírico

Documento	Finalidade
Plano de Cargos e Carreiras do magistério municipal – Lei Municipal nº 6.573/2008	Analisar o regime jurídico dos/as trabalhadores/as em Educação Docentes de São Leopoldo que regula o cargo e a carreira, estabelecendo direitos e vantagens e, ao mesmo tempo, gesta a vida individual e coletiva desta população através de uma governamentalidade neoliberal que assujeita a docência a fazer de si mesma capital humano.
Plano Municipal de Educação de São Leopoldo (PME/SL), Lei Municipal nº 8.291/2015	Analisar as metas e estratégias do PME/SL que demonstrem a condução da conduta docente, como uma política pública que exerce controle da população docente e um dispositivo de poder-saber que exerce governo biopolítico.
Relatório da SMED de professores/as por nome, matrículas, cargo e local de designação	Estabelecer o número de professores/as da Educação Infantil da RME/SL, o número de professores/as da Educação Infantil da RME/SL por escola e o número profissionais do gênero feminino para elaborar um panorama geral de docentes da RME/SL e o perfil da população docente da Educação Infantil da RME/SL identificando a população que está em análise.
Relatório da SMED quanto a formação de professores/as por matrículas e cargos na RME/SL	Definir o nível de formação da RME/SL para pensar a formação de capital humano.
Lista de associadas ao CEPROL Sindicato.	Verificar o número de associadas ao sindicato em relação ao número de profissionais da RME/SL para apontar a sindicalização da categoria e a suspeita de desmobilização do movimento sindical.
Lista de presenças de professores/as em assembleias 2023	Levantamento da participação da categoria no movimento sindical para verificar sua mobilização.
Lista de presenças de professores/as em assembleias 2024	Levantamento da participação da categoria no movimento sindical para verificar sua mobilização.
Lista de presenças de professores/as em Conselho Político Sindical 2023	Levantamento da participação da categoria no movimento sindical para verificar sua mobilização.
Lista de presenças de professores/as em Conselho Político Sindical 2023	Levantamento da participação da categoria no movimento sindical para verificar sua mobilização.
Ata de eleição e posse da diretoria do sindicato Gestão 2023-2026.	Elencar a diretoria da entidade para mapear as professoras de Educação Infantil e mulheres na direção do sindicato, sendo parte do panorama da rede e da participação no movimento sindical.

Fonte: Autora (2024).

Pensar esse caminho investigativo, juntamente com as orientações da banca de qualificação, me levou a perceber ser imprescindível tomar como objeto de análise as discursividades produzidas pelas docentes da rede dessa etapa de ensino. Para tanto, realizei a metodologia da Roda de Conversas para produção de material analítico. Contudo, para realizar uma pesquisa envolvendo seres humanos, há pontos que precisam ser considerados. O primeiro passo foi acessar a Plataforma Brasil e me remeter ao CEP da UERGS, pois é necessária uma série de cuidados éticos para garantir a segurança das participantes e a proteção da própria pesquisadora responsável. Como fundamentação básica em termos de ética em pesquisa, foram

seguidas as resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012 e nº 510/2016. Para realização do levantamento de dados junto à SMED/SL e ao CEPROL Sindicato, elencadas nos documentos do quadro acima (quadro 4), foi preciso o aceite tanto da mantenedora como do sindicato através da anuência e assinatura de Termo de Autorização Institucional (TAI). Assim, após aprovação do CEP, através da emissão de parecer consubstanciado em 26 de março de 2024 autorizando a pesquisa, o meu primeiro movimento foi de aproximação com as instituições parceiras para solicitação dos documentos que foram utilizados para análise de dados.

O levantamento de dados junto à SMED/SL se deu no sentido traçar um panorama da RME/SL mais detalhado e junto ao sindicato quanto a participação das professoras de Educação Infantil no movimento sindical para investigar sobre a (des)mobilização dessa categoria. Esse é um ponto importante, pois a análise de qualquer documento que não seja público precisa do aceite a instituição.

A organização da Roda de Conversas apresentada ao CEP considerou que a pesquisa com seres humanos sempre envolve alguns riscos, mas também benefícios. Pontuei como risco a possibilidades das envolvidas se sentirem constrangidas, por algum motivo ou algum questionamento e, por isso, o roteiro de entrevista foi disponibilizado com antecedência, proporcionando a decisão de participar ou não da pesquisa. Todo o cuidado para minimizar quaisquer riscos deve ser observado, acolhendo as participantes de forma que se sintam confiantes e à vontade para externalizar suas percepções. Os benefícios decorrentes da participação na pesquisa foram pontuados às participantes como a oportunidade de se fazer a reflexão crítica sobre o sistema capitalista, sobre a racionalidade neoliberal e as formas como a docência é subjetivada, entendendo como benéfico poder pensar formas resistência à governamentalidade neoliberal no sentido de combater a individualização e proporcionar a unidade e o fortalecimento da luta coletiva através do movimento sindical.

A proposta do encontro da Roda de Conversas tem a pesquisadora como organizadora e mediadora, e os sujeitos de pesquisa são as professoras de Educação Infantil da RME/SL, associadas ao CEPROL Sindicato. O objetivo dessa metodologia foi a produção de dados para investigação que evidenciassem processos de subjetivação e me auxiliassem a pensar o espaço do movimento sindical em relação à mobilização dessa categoria na busca coletiva por direitos. A aproximação com as participantes foi feita através de convite pessoal, escolhidas conforme critérios de serem mulheres, professoras de Educação Infantil e afinidade com a pesquisadora para que a minha condição de presidente do sindicato não interferisse nas narrativas. A proposta de pesquisa às docentes foi apresentada com antecedência e a Roda de Conversas foi autorizada

pelas participantes através de concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e teve como fio condutor o roteiro apresentado abaixo no quadro 5, previamente disponibilizado às participantes com a proposta e as perguntas referentes ao encontro.

Quadro 5 – Roda de Conversas: a luta coletiva em perspectiva

Proposta	A proposta da Roda de Conversas é debater sobre a qualidade de vida das docentes da Educação Infantil que atuam na rede pública municipal de ensino de São Leopoldo, a relação do trabalho à conjuntura social e a luta coletiva. A Roda de Conversas é uma estratégia utilizada para levantamento de dados para pesquisa do curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERGS, da linha de pesquisa IV: Educação, Culturas, Linguagens e Práticas Sociais, que trata sobre os processos de subjetivação a que as docentes estão submetidas, para repensar o espaço do movimento sindical em relação a mobilização dessa categoria na busca por direitos. A pesquisadora Cristiane Maria Mainardi foi a organizadora e mediadora da Roda de Conversas.
Características da Roda de Conversas	<ul style="list-style-type: none"> • Público: o convite foi enviado para 10 (dez) professoras de Educação Infantil da RME/SL. • Data: 27 de junho de 2024. • Modalidade: virtual. • Carga horária total: 2 horas. • Participaram do encontro: 06 (seis) professoras. • Requisitos para o público alvo: ser mulher e professora de Educação Infantil da RME/SL.
Justificativa	A Roda de Conversas teve intuito de realizar um exercício reflexivo sobre questões relacionadas às condições que o neoliberalismo imputa como modo de vida e repensar o movimento sindical.
Objetivos da Roda de Conversas	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o diálogo e a reflexão com as docentes acerca das condições de trabalho e de vida que a o sistema capitalista, regido por uma lógica neoliberal, imputa à sociedade e a população docente. • Analisar as discursividades de docentes e produzir material empírico para pesquisa acadêmica.
O Roteiro	<p>O encontro obedeceu a três momentos:</p> <p>1. <u>Abertura</u> (10min): boas-vindas, utilizando como recurso o Power Point para a apresentação da pesquisa, a apresentação da proposta de trabalho e as combinações iniciais;</p> <p>2. <u>Desenvolvimento</u> (100min): apresentação do curta <i>Smash and Grab</i> (https://youtu.be/A4-G7YpSFb4?si=dxo5-ySGMbr2hEiy – 8min8s) para refletir sobre nossos aprisionamentos e possibilidades de resistência.</p> <p>Foram apresentados cinco questionamentos:</p> <p>a) porque trabalhamos tanto? (20min)</p> <p>b) qual a importância de investir em formação profissional? (20 min)</p> <p>c) o que entende por direitos? (20min)</p> <p>d) para que serve o sindicato? (20min)</p> <p>f) acreditam na luta coletiva? (20min)</p> <p>Para cada pergunta, foi estabelecido o tempo de fala de 2 minutos para cada participante.</p> <p>3. <u>Fechamento</u> (10 min): música dos Engenheiros do Havaí, <i>Somos quem podemos ser</i> (https://youtu.be/gyhLLErDfkl?si=r5Dk81oUu4iNatZj – 2min38s); reflexões, chuva de ideias sobre as possibilidades de resistência e finalização com a avaliação do encontro e agradecimentos.</p>

Fonte: Autora (2024).

A metodologia da Roda de Conversas será analisada no capítulo sete, “Costurando os fios: narrativas docentes”, problematizando as narrativas docentes e as relações de poder e relacionando o trabalho e a formação docente ao governo biopolítico e à teoria do capital

humano. Busquei nas discursividades as estratégias de condução da conduta da população docente orientadas pela governamentalidade neoliberal que enfraquecem a luta coletiva e desmobilizam o movimento sindical. Este exercício de análise foi uma desconstrução de mim mesma, como parte dessa população e do movimento sindical, pois percebi como naturalizamos práticas e regimes de verdade que regulam a docência e a assujeitam em sua individualidade e coletividade, inscrevendo-a de econômica aos interesses do capital.

Foucault nos chama como pesquisadores/as a práticas de desconstruções, ao deslocamento do lugar verdades para explorar como os discursos estão “implicados nas relações de poder e como o poder e o conhecimento servem como práticas dialeticamente reiniciantes que regulam o que é considerado racional e verdadeiro” (Kincheloe; McLaren, 2006, p. 293). Portanto, busquei produzir um material analítico que possibilitasse estudar as formas pelas quais as docentes da Educação Infantil de São Leopoldo são constituídas, analisando as variáveis e os atravessamentos de poder-saber que influenciam sua identidade coletiva e a subjetivação, conformando a categoria e que contribuem para a desmobilização do movimento sindical. Como pesquisadora crítica, declaro minha posição de compreender esses fatores para poder construir novos movimentos sociais na luta por uma educação que valorize seus profissionais e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

4 ARREMATES DO MOVIMENTO SINDICAL: A LUTA COLETIVA

Esse capítulo é destinado a refletir sobre o sistema capitalista e os movimentos de resistências da classe trabalhadora. Os movimentos históricos da luta coletiva da classe trabalhadora à exploração do capital levam a perceber que formas de governo têm certos limites, pois se há poder há sempre formas de resistência, “porque poder algum é capaz de tomar absolutamente impossível a revolta” (Foucault, 2004a, p. 46). O levante se inicia quando se passa a questionar a ordem estabelecida, trazendo oposição às formas de governo, promovendo a rebeldia e, como consequência, estratégias de resistências.

Historicamente, o sindicalismo tem se mostrado uma forma de organização da classe trabalhadora, tendo como objetivo defender e promover seus interesses e direitos, atuando em negociações salariais e por condições de trabalho adequadas. O movimento sindical mostra que um objetivo em comum nos une em luta coletiva. Então, gosto de pensar no movimento sindical como uma ferramenta de insurreição contra as formas de governamentalidade neoliberal na atualidade, pois para Foucault “a possibilidade de insurreição é o ponto último de sustentação; [...] mais importante mesmo que os direitos naturais, e constitui o sustentáculo de todas as liberdades e direitos reivindicados, exercidos ou adquiridos” (Foucault, 2004a, p. 47). Afinal, se não houvesse resistência, tudo seria simples questão de obediência.

Por isso, revisito brevemente as bases do sistema capitalista para compreender suas nuances, como ele se expande e encontra novas formas de governar os indivíduos e as populações ao longo da sua história, para poder pensar as estratégias de engajamento coletivo e de resistência. Procedo uma análise crítica da realidade para pensar o sindicalismo como um movimento transgressor que luta além de direitos trabalhistas, suscitando o entendimento das relações de poder-saber e dos dispositivos que colaboram com o capitalismo para que a racionalidade neoliberal se estabeleça.

A lógica do capital, que se reinventa a cada momento histórico, nos coloca agora diante de novas estratégias empregadas para o governo dos indivíduos e das populações. Assim, como dirigente sindical, busco por novas formas de luta e resistência contra a governamentalidade neoliberal através do sindicato e, quem sabe, fazer alguma rebelião contra o sistema e o enfrentamento à lógica neoliberal como elemento para a construção de uma sociedade mais justa.

4.1 OS NÓS DO CAPITALISMO: DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO À MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA

Meu objetivo de trazer um recorte do sistema capitalista é no sentido de compreender suas transformações, os caminhos e as possibilidades encontrados pela racionalidade neoliberal para se estabelecer em nossa sociedade contemporânea. O sistema capitalista é resultado de uma evolução histórica que começou na Europa no final da Idade Média e início da Era Moderna. Com as grandes navegações e a expansão do comércio, o capitalismo comercial trouxe a possibilidade de acúmulo de capital através do comércio e da conquista de colônias, concentrando poder e dinheiro nas mãos dos comerciantes. Com o passar do tempo, esses comerciantes começaram a investir em empreendimentos e a contratar trabalhadores/as para produzir mercadorias em larga escala. Surgiram as fábricas, as indústrias e o mercado global de trocas comerciais.

A Revolução Industrial proporcionou o capitalismo industrial. O modo de fabricar produtos manufaturados passa a ser feito em larga escala nas fábricas. Com a introdução das máquinas, cresce o mercado consumidor e vem a necessidade de mais mão de obra, originando a classe operária.

Por fim, temos o capitalismo financeiro, iniciado no século XX, e que vigora até os dias atuais. O capitalismo financeiro está fundamentado nas leis dos bancos, das empresas e das grandes corporações por meio do monopólio industrial e financeiro. O surgimento das fábricas, das grandes empresas e dos bancos permitiu maior acúmulo de capital por parte dos empresários que, com o investimento em novos empreendimentos e a exploração do trabalho, vêm produzindo enormes desigualdades sociais. As indústrias e os comércios de hoje são controlados pelo poderio econômico dos bancos e de instituições financeiras. Conforme Frédéric Gros (2011), são três formas de mudanças do capitalismo propostas por Foucault: o mercantil, o industrial e o empresarial/gestor. Para Gros (2011, p. 113, grifos do autor):

Vivenciamos um novo sistema capitalista, o *financeiro*, que mais uma vez modifica a configuração social. O foco é demonstrar que, mesmo com todas essas mudanças ao longo do tempo, o capitalismo se fortalece produzindo e regulando comportamentos individuais e coletivos.

Para Zygmunt Bauman (2010), o capitalismo da sociedade com uma base “sólida”, de produção de bens e serviços, se transforma em um capitalismo de uma sociedade “líquida” de consumidores. “A fonte primária de acumulação capitalista se transfere da indústria para o

mercado de consumo” (Bauman, 2010, p. 29). Na fase da modernidade que Bauman (2010) denomina de *líquida*, o Estado é submetido ao capitalismo, garantindo ao sistema “a disponibilidade contínua de crédito e a habilitação contínua dos consumidores para obtê-lo” (p. 29-30). Os bancos, através do cartão de crédito, tornaram possível o dinheiro imaterial, comprar e pagar depois, transformando todas as pessoas em devedores, mesmo os “desprovidos dos requisitos necessários à concessão de um empréstimo” (Bauman, 2010, p. 9). O novo modelo capitalista se alimenta justamente dos juros cobrados de dívidas como principal fonte de lucro, deslocando a produção de capital do trabalho.

O capitalismo para Bauman (2010, p. 8) “é um sistema parasitário” e, como tal, sobrevive consumindo o hospedeiro até que encontre outro que o alimente. “A força do capitalismo está na extraordinária engenhosidade com que busca e descobre novas espécies de hospedeiros” (Bauman, 2010, p. 9-10). A grande questão é: quanto aguenta esse hospedeiro? Por quanto tempo a humanidade vai permanecer calada diante das desigualdades? O quanto o planeta Terra irá aguentar a exploração desmedida da natureza?

O capitalismo é um sistema econômico que se concentra na propriedade privada dos meios de produção e no lucro. No sistema capitalista, a política liberal era a da economia de livre mercado, com princípios de Estado voltado para a proteção dos direitos civis. Algumas formas de liberalismo defendiam políticas de bem-estar social e igualdade, onde o Estado garante direitos sociais oferecendo educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos/as os/as cidadãos/ãs.

Hoje, a maioria dos países ocidentais assumiu um modelo de política neoliberal, mantendo uma estrutura de seguridade social mínima. Na racionalidade neoliberal, o projeto do Estado é deliberadamente mínimo porque, segundo Bauman (2010, p. 32), “as fontes de lucro do capitalismo se deslocaram ou foram deslocadas da exploração da mão de obra operária para a exploração dos consumidores”, e mesmo os/as mais pobres são capturados/as pelo encanto do mercado de consumo, competindo entre si por dinheiro em detrimento dos serviços oferecidos pelo Estado.

As teorias do filósofo alemão Karl Marx trazem importantes contribuições e, embora não seja a perspectiva teórica que permeia a pesquisa, trago seus subsídios para pensar o capitalismo e toda uma rede de poder estruturada. Marx toma como objeto revelar a lei econômica que movimenta a sociedade moderna através da exploração do trabalho humano. Para ele, o sistema capitalista dividiu a sociedade em duas classes sociais principais: os capitalistas (burgueses), donos dos meios de produção, e os/as proletários/as (trabalhadores/as) que oferecem sua mão-de-obra em troca de remuneração. Marx coloca em foco a perspectiva

dos/as trabalhadores/as, em uma relação econômica em que o burguês explora o/a proletário/a, concebendo a produção como a base da estrutura social.

Marx expôs o jogo das leis da acumulação capitalista, fazendo a mercadoria, forma elementar da riqueza burguesa, remontar à acumulação original que produz as condições históricas da transformação da mercadoria e do dinheiro em capital. Na medida em que a análise de Marx faz da relação salarial como relação mercantil *sui generis* o coração do capitalismo, essa crítica tende logicamente a privilegiar a relação mercantil como modelo de toda relação social – o neoliberalismo equivaleria, assim, à mercantilização implacável de toda a sociedade (Dardot; Laval, 2016a, p. 20-21).

Pierre Dardot e Christian Laval (2016a) trazem na citação acima o conceito de *mercantilização* como o centro do capitalismo, em que tudo é concebido como mercadoria. Como o sistema capitalista é um sistema econômico com princípios de livre mercado e objetivo principal o lucro, a pressão da concorrência força obrigatoriamente os capitalistas a inovarem constantemente e operar em termos comportamentais a competição. Para os autores, “o capitalismo não cresce simplesmente porque conquista novos territórios, submete populações cada vez maiores, transforma em mercadoria todos os frutos da atividade humana” (p. 2).

Marx nos demonstra que a concorrência é essencial ao funcionamento do capitalismo, e Dardot e Laval (2016b) confirmam que o filósofo “apreendeu com clareza a lógica própria que a concorrência imprime a todo sistema capitalista” (p. 3) e que, com a intensificação da concorrência, se expande uma espécie de “difusão social de um sistema de regras de ação” (p. 2). Os autores tratam do conceito de *capitalismo neoliberal*, que não extingue a concorrência pelo lucro, mas associada à inovação, “aproveita melhor a complementaridade desses dois modos de competição com o fim de alargar o seu âmbito e de intensificar o seu jogo” (Dardot; Laval, 2016b, p. 4). A imposição da concorrência ultrapassa a esfera econômica, incidindo nos meios político e social. Hoje, o fator competitivo mais importante é o *capital humano*, a formação através da educação e do conhecimento, “a sua subjetividade no trabalho e fora dele [...] remodelado de acordo com o princípio da concorrência”, pois é “preciso fornecer ao sistema econômico indivíduos bem adequados enfrentar a concorrência por toda a vida” (Dardot; Laval, 2016b, p. 7).

Segundo Gadelha (2016), a teoria do capital humano propõe que ela é “crucial ao novo espírito do capitalismo” (p. 145), pois refere-se ao investimento do capital na formação do sujeito com um “conjunto de habilidades, capacidades e destrezas” (p. 146) necessárias a um determinado tipo de trabalho, que adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital. Dardot e Laval (2016b) contribuem demonstrando que o capitalismo na racionalidade

neoliberal “se caracteriza precisamente pela expansão e fortalecimento da ‘lógica de mercado’ fora da esfera mercantil” (p. 2).

Foucault nos aponta como no capitalismo contemporâneo se forma a racionalidade neoliberal, não como continuidade do liberalismo, mas uma ruptura com a governamentalidade liberal, que vivenciou uma grande crise e necessitou de reformulação. A leitura do neoliberalismo, a partir das lentes foucaultianas, trata do reconhecimento de que a “racionalidade neoliberal que realmente se desenvolve nos anos 1980-1990 não é a simples implementação da doutrina elaborada nos anos 1930”, em uma espécie de transição, mas o resultado de uma “multiplicidade de processos heterogêneos” que resultam na “nova racionalidade governamental” (Dardot; Laval, 2016a, p. 33-34). Segundo Dardot e Laval (2016a, p. 7):

O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilhamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam. O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades. Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.

O capitalismo regido pelo neoliberalismo não se restringe apenas à esfera econômica, mas atravessa e envolve todas as dimensões da vida humana. Toda a sociedade passa a ser concebida como um “mercado”, e a competição é incorporada à subjetividade humana, levando os “sujeitos pensarem eventualmente que o regime de concorrência é um funcionamento natural” (Dardot; Laval, 2016b, p. 13). A vida passa a ser concebida pelos princípios empresariais, um capital a ser continuamente valorizado no qual o indivíduo é *empreendedor de si mesmo*.

Para analisar o sujeito neoliberal ou “neossujeito”, Dardot e Laval (2016b) articulam os conceitos foucaultianos de governamentalidade, estratégia e dispositivo de poder, uma vez que essa racionalidade neoliberal “tomou corpo num conjunto de dispositivos discursivos, institucionais, políticos, jurídicos e econômicos que formam uma rede complexa e movediça” (p. 384).

Passar a limpo a natureza do capitalismo contemporâneo traz a compreensão de como o neoliberalismo se constitui muito além de uma doutrina econômica, mas uma nova racionalidade de mundo que estrutura e organiza tanto as ações dos governantes como a própria conduta dos/as governados/os. A sociedade ainda não se deu conta dos efeitos nocivos do neoliberalismo, mas estamos nos tornando sujeitos dentro dessa lógica, governados/as para

atender ao imperativo do sistema de lucro do capital através de uma governamentalidade biopolítica.

4.2 O VIÉS DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL COMO SUJEITO DA HISTÓRIA: CONTESTAÇÃO E CONFORMAÇÃO

Segundo Gadelha (2016), para Foucault as narrativas históricas cumprem a função de “expressar o direito do poder”, narrando uma versão da história “de tal modo a assinalar um vínculo jurídico entre estes (poderosos) e o poder [...] investi-los de uma áurea de fascínio e glória” (p. 95). Ou seja, a história é contada por quem tem o poder de contá-la, e sua versão é de acordo com narrativas que ganham status de verdade por “excelência”, saberes sujeitados que silenciam a história de lutas da classe trabalhadora em detrimento de uma história contada como “erudita” (Gadelha, 2016, p. 26). Há sempre discursos e verdades em disputa, para que determinados discursos possam triunfar, outros devem ser silenciados, desqualificados e combatidos. Mas aqui, trago um recorte da história com o olhar daqueles/as trabalhadores/as que ousaram desobedecer e enfrentar o sistema.

A história contada é sempre atravessada de poder-saber, que muito silencia lutas importantíssimas como a da classe trabalhadora e várias outras lutas populares legítimas. Por isso, busco dar visibilidade aos enfrentamentos que também fizeram parte da nossa história, invertendo o discurso dominante para uma versão revolucionária da luta de classes. Este exercício de olhar a história sob a perspectiva dos/as trabalhadores/as é para demonstrar que as lutas por direitos trabalhistas são fruto da insurreição, da resistência e da organização coletiva de quem ousou se rebelar contra o sistema de exploração capitalista em busca de dignidade e qualidade de vida. Muitas das narrativas que apresento neste ensaio vêm de minhas memórias, fruto do trabalho no sindicato e de inúmeras formações de dirigentes sindicais que participei junto à CUT e ao Programa de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A ideia de trabalho como conhecemos hoje tem sua gênese no modo de produção capitalista industrial. Os sujeitos trabalhadores, desprovidos de capital, são as pessoas que precisavam vender sua força de trabalho em troca de recursos para garantir o seu sustento. Seus corpos foram domesticados e disciplinados para responder a necessidade do mercado, da fábrica, dos meios de produção onde estava o trabalho. A rotina desses/as trabalhadores/as assalariados/as passa a ser regida pelo tempo de vida dedicado ao trabalho. A classe

trabalhadora deve ser entendida como produzida em um determinado momento histórico, conforme interesses de um poder hegemônico.

O capitalismo se moderniza com ampliação do uso de máquinas na industrialização e produz intensa exploração dos/as trabalhadores/as, insegurança e falta de condições mínimas de trabalho. Para atenuar as condições degradantes, a classe trabalhadora buscou se organizar de forma coletiva. Inicialmente, as resistências de trabalhadores/as eram isoladas e as negociações trabalhistas eram individuais, diretamente com o empregador, gerando perseguições e demissões daqueles/as que se revoltavam contra a exploração. O sindicato foi o dispositivo de organização da classe trabalhadora para reivindicar melhores condições, dinamizando movimentos de enfrentamento entre o trabalho e o capital. De sujeitos isolados explorados, o movimento da classe trabalhadora se constitui, através do sindicato, como um sujeito coletivo de contestação ao poder econômico e social imposto pelo sistema capitalista.

A luta da classe trabalhadora através da organização sindical foi de muita resistência. Os dirigentes sindicais sofriam frequentes ameaças, constrangimentos, pressão de toda a ordem para renunciarem à representação coletiva. Como um movimento de rebelião, a greve passa a ser uma ferramenta importante de enfrentamento ao sistema.

A principal característica da greve foi a de ser uma reação ofensiva da classe trabalhadora para se contrapor às investidas do capital e conquistar direitos. Esses movimentos grevistas foram violentamente reprimidos, e as manifestações democráticas impedidas. Para dismantelar qualquer estrutura de articulação que se opusesse ao sistema e silenciar a voz da classe trabalhadora, as intervenções em organizações coletivas se tornaram constantes. Entretanto, mesmo todo o aparato repressor não foi suficiente para calar as manifestações dos/as trabalhadores/as nas fábricas.

No Brasil, no final dos anos 1970, os sindicatos passam a se reorganizar e os movimentos nas ruas ganham força novamente. Cabe destacar que, nesse momento a União Nacional dos Estudantes (UNE) desempenhou um papel importante na história da política nacional. A insubordinação dos sindicatos e o crescimento do movimento estudantil se amplia nos anos 1980, e o período de recessão econômica faz as greves explodirem no país. É nesse momento de agitação e de contestação da classe trabalhadora que surge a CUT e o PT.

Foi dentro do movimento sindical que surge a ideia da classe trabalhadora de se contrapor à exploração do capital fazendo parte do exercício do poder dentro do Estado, por via legal eleitoral. Articulado a luta dos sindicatos e demais associações populares, o PT surge como um instrumento necessário de organização e de luta dos/as trabalhadores/as na política nacional. O contexto de formação do PT ocorre com o crescimento dos movimentos sociais

organizados no Brasil e as intensas lutas dos/as operários/as do ABC Paulista, que colocavam em questão o regime de governo autoritário dos militares. O PT, então, levanta bandeiras que extrapolavam as questões salariais, visando transformações políticas e sociais profundas para a sociedade.

A CUT tornou-se o principal oponente das políticas do Estado capitalista e se firmou como a central de trabalhadores/as que aglutinava o maior número de entidades sindicais filiadas. As greves gerais arquitetadas pela CUT resultaram em fortes movimentos de contestação e foram de grande importância política, enquanto forma de organização unificada dos trabalhadores e das trabalhadoras, e contou com a participação ativa de vários setores e de categorias como: metalúrgicos/as, químicos/as, petroleiros/as, professores/as, dentre outros.

Diante dessa visão da luta histórica da classe trabalhadora, trago comigo a inquietação de como nos tornamos sujeitos trabalhadores conformados? Como naturalizamos a exploração capitalista e as desigualdades sociais? Como perdemos a nossa capacidade de indignação com as injustiças? Por que obedecemos passivamente sem nenhuma resistência? Para Gros (2018), a obediência é o problema e aponta que “as razões para não aceitar mais o estado atual do mundo, seu curso catastrófico, são quase demasiado numerosas” (p. 6). O autor destaca motivos “intoleráveis” para despertar a desobediência, mas nada acontece: o primeiro é “o aprofundamento das injustiças sociais, das desigualdades de fortuna” (p. 6); o segundo é a “degradação progressiva do meio ambiente” (p. 8); e o último, abrangendo os dois primeiros, é o novo capitalismo como “um modo de criação das riquezas pela dívida e pela especulação que desqualifica o trabalho (o salário é bom para os pobres), extenua as forças e o tempo” (p. 8). Para Gros (2018, p. 9-10), “desobedecer é uma declaração de humanidade [...] uma vitória contra o conformismo generalizado e a inércia do mundo”.

Este mundo, com suas desigualdades abissais, o colapso de seus fundamentos naturais, sua disparada suicida, este mundo que estamos deixando como um legado nauseabundo às gerações futuras é o nosso. E quando digo “nosso”, não é só para dizer hoje em relação a ontem. Digo “nosso” para dizer: o mundo que construímos, e aceitamos que fosse edificado, já há várias décadas, o mundo em todo caso que deixaremos àqueles que virão depois de nós. Eles nos considerarão de um egoísmo demente, de uma irresponsabilidade mortal. E por que não dissemos nada, por que, diante da iminência da catástrofe, ainda ficamos hoje de braços cruzados e com os olhos, nem digo resignados, mas tentando desviá-los para outro lado? Por que deixamos a coisa correr, por que nos comportamos como espectadores do desastre? (Gros, 2018, p. 8-9).

Para Dardot e Laval (2016a, p. 9), “a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis”. As próprias causas que mobilizavam os indivíduos coletivamente, como os direitos trabalhistas, acabam

enfraquecidas pelo sistema neoliberal que impõe a concorrência e a mercantilização da vida em todos os aspectos. Devemos levar em consideração as transformações provocadas pelo neoliberalismo, que engole a todos/as em um “egoísmo social”, nos conduzindo à destruição da nossa coletividade, enfraquecendo nossa capacidade de agir e fortalecendo a racionalidade neoliberal. Considero importante ressaltar a contribuição dos autores:

Se quisermos ultrapassar o neoliberalismo, abrindo uma alternativa positiva, temos de desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e das lutas do presente. O princípio do comum que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais. Essa nova razão que emerge das práticas faz prevalecer o uso comum sobre a propriedade privada exclusiva, o autogoverno democrático sobre o comando hierárquico e, acima de tudo, torna a coatividade indissociável da codecisão – não há obrigação política sem participação em uma mesma atividade (Dardot; Laval, 2016a, p. 9).

Mas quais as estratégias de governo que nos levam à obediência? Desde a mais tenra idade fomos ensinados a obedecer! Segundo Dardot e Laval (2016a, p. 16), “a obediência cega prepara o futuro sujeito político para a aceitação das leis com as quais ele não concordaria. Educa-o para a resignação política”. A obediência é ensinada na escola, está no âmago das relações de poder-saber que constituem os sujeitos modernos; traz a ideia de *civilidade*, que os autores apontam como a “passagem da indocilidade espontânea, imediata, selvagem, à interiorização das regras de vida comum, ao estado civilizado” (Dardot; Laval, 2016a, p. 17). Precisamos refletir quem somos nós, herdeiras da escolarização desde a catequese jesuíta, sujeitos docentes obedientes, capital humano para ensinar a obediência e a civilidade. E pensar que estratégias biopolíticas neoliberais de governo docente nos regulam e impedem a desobediência.

Para responder ao problema da pesquisa, trago um recorte do contexto histórico de surgimento do movimento sindical de professores/as no município de São Leopoldo e como se constituiu o CEPROL Sindicato. Pensar o CEPROL Sindicato é rever minha própria história como docente da Educação Infantil, mas agora realinhando o olhar para perceber como nos constituímos enquanto população docente da Educação Infantil em relação ao movimento sindical, para poder realizar um diagnóstico da rede e compreender determinados dispositivos que nos regulam a partir de aparatos legais construídos coletivamente junto ao sindicato.

4.3 LINHAS DO CEPROL SINDICATO: A GARANTIA DE DIREITOS PARA QUÊ/QUEM?

Seguindo o fluxo do movimento da classe trabalhadora no Brasil de institucionalização da representação coletiva, e com a finalidade de garantir condições de trabalho e salário digno, a categoria de professores/as municipais leopoldenses se organizou e formou o CEPROL Sindicato. Naquela época, havia a impossibilidade de se formar sindicatos na área do funcionalismo público, o que levou à formação de várias organizações como o CEPROL Sindicato, que surge da necessidade dos/as professores/es por estarem vivenciando a precariedade do trabalho na educação do município.

O debate para se constituir um instrumento de organização coletiva surge com as contribuições de lideranças estaduais, como a do professor Paulo Egon, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS). Em 1983, acontece o “1º Encontro da Comissão do Magistério Público Municipal de São Leopoldo” e, no ano seguinte, foi fundado o Centro dos Professores Leopoldenses. Assim, em 10 de novembro de 1984, no município de São Leopoldo, nasce o Centro dos Professores Municipais Leopoldenses. Somente com a promulgação da Constituição Federal em 1988, que vários centros e associações foram transformados em sindicatos, entre eles o CPERS e o CEPROL. O CEPROL obteve registro como Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses somente em 13 de setembro de 1990.

Os anos 1980 foram marcados por intensas mobilizações do magistério municipal leopoldenses, e o primeiro desafio do CEPROL foi organizar a categoria que reivindicava: plano de carreira, revisão salarial, concurso público para o magistério municipal e eleições diretas para diretores/as das escolas. Como forma de protesto, foi realizada uma semana *Operação Tartaruga*, que consistiu na lentidão e redução da jornada de trabalho. A primeira greve do magistério leopoldense (1986) teve duração de 33 dias e, através dessa luta e resistência, que se conquistou o primeiro concurso público, pois anteriormente se ingressava no magistério municipal através de indicação. Como punição ao movimento, houve a demissão de treze professoras, posteriormente readmitidas.

A situação vivenciada pela categoria, no início da década de 80, era de uma realidade muito difícil pessoal e profissionalmente. O salário era muito baixo e havia professores/as que não conseguiam pagar passagem de deslocamento até a escola. As condições de trabalho enfrentadas nos diferentes espaços escolares municipais, eram péssimas: chovia dentro das salas; as classes e as cadeiras eram precárias; o material escolar era da pior qualidade e escasso, sendo adquirido, com muito sacrifício, através

das contribuições dos/as pais/mães ou arrecadações em promoções organizadas pelo COM [Círculos de Pais e Mestres]. A administração municipal pouco se envolvia com os problemas das escolas. (Schoffen, 2006, p. 56-57).

Nos anos 1990, a prefeitura de São Leopoldo alterou o regime de trabalho dos/as servidores/as públicos/as, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para o Regime Estatutário (1991), com a aprovação de um Estatuto dos Servidores Municipais e do Magistério (1992). Em 1996, houve a promulgação da LDB (Lei Federal nº 9.394/1996), que regulamenta a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição. A LDB legislou sobre a reorganização do atendimento às crianças da Educação Infantil (0 a 5 anos de idade) e, em virtude disso, São Leopoldo decretou a alteração da denominação das creches para EMEIs (Decreto nº 3.379/1999), e em 2000 o município realizou o primeiro concurso público para o provimento do cargo de professora da Educação Infantil.

O CEPROL Sindicato foi protagonista na defesa do concurso público para professora de Educação Infantil, pois as creches e pré-escolas eram concebidas com cunho assistencialista e as crianças eram atendidas por profissionais que, em sua maioria, não possuíam formação na área da educação. A transformação do atendimento assistencialista para o educacional traz uma nova realidade para essas instituições, com as novas professoras de Educação Infantil ingressando com um perfil pedagógico e se deparando com uma realidade assistencialista produzida pela concepção de um atendimento higienista dessas crianças. O movimento de resistência dessas profissionais foi o de questionamento e enfrentamento às práticas de disciplinamento, com o objetivo de transformar essas instituições em espaços de cuidado e educação. Rochele Santaiana, Veronice Camargo da Silva e Laila G. Naymaer Gonçalves (2021, p. 1190) colaboram nesse sentido trazendo que:

As creches, então, constituíam-se como espaços apenas de cuidado, de cunho assistencialista em um primeiro plano, até que a Constituição Federal (1988), trouxe a Educação Infantil como parte da Educação Básica, caracterizando-a de forma efetiva como um espaço de ensino e produção de conhecimento e não apenas de cuidado.

“A Educação Infantil tem sido construída historicamente por meio de lutas, embates e debates que procuraram, ao longo de décadas, o devido reconhecimento desse nível no campo da Educação” (Santaiana; Silva; Gonçalves, 2021, p. 1188). Paralelamente aos esforços para que a sociedade reconhecesse a Educação Infantil como etapa da Educação Básica, esteve a luta dessas professoras por isonomia de direitos com as demais profissionais que atuavam nas EMEFs, tanto no que se refere a questões salariais e de direitos, como na organização do calendário escolar com os 200 dias letivos previstos na LDB. Com os avanços educacionais

nessa etapa, a Educação Infantil passou a fazer parte da diretoria pedagógica da Secretaria de Educação e a participar de programas de formação específicas. Na campanha salarial de 2005 do CEPROL Sindicato, a luta sindical retomou a gestão democrática nas escolas da RME/SL, inclusive para a Educação Infantil – até esse momento, a prática era a indicação das diretoras pelo prefeito, e as escolas ligadas ao gabinete da primeira-dama. Foi quando fui eleita supervisora pedagógica da EMEI Acácia Mimosa, e na gestão seguinte diretora e na outra novamente supervisora, permanecendo por três gestões de três anos na equipe diretiva da EMEI.

O ano de 2006 foi marcado pelo debate junto ao sindicato para implementação de políticas públicas de educação para a Educação Infantil. Em julho desse ano, um grupo de professoras de Educação Infantil do município de São Leopoldo, do qual eu fazia parte, reunidas junto ao CEPROL Sindicato, idealizaram um fórum de debates em defesa da infância, das políticas e projetos voltados para a Educação Infantil. Foi então que se originou o FORPEI/SL.

O FORPEI/SL merece o reconhecimento como um movimento que proporcionou espaços e tempos de socialização de saberes e experiências, garantindo o debate de pensamentos sobre as políticas para a Educação Infantil. O fórum se tornou um referencial agregador de pessoas, profissionais, universidades, instituições e movimentos em defesa dos direitos da criança e da qualidade da Educação Infantil.

O FORPEI/SL passou a ser protagonista na defesa da infância, entendendo a criança como um sujeito sociocultural em desenvolvimento; a participação do Estado, da família e da comunidade na formulação e implementação de ações voltadas para a Educação Infantil; da promoção de propostas pedagógicas que incluíssem a indissociabilidade do educar/cuidar; da definição de políticas de carreira e remuneração digna às/aos profissionais da área; da formulação e implementação de políticas de formação básica, superior e continuada das/dos profissionais da Educação Infantil, visando sua qualificação específica para atuação na área, conforme a LDB; e da democratização das relações nos estabelecimentos de Educação Infantil. O movimento do FORPEI/SL se integrou a movimentos de discussões sobre Educação Infantil a nível estadual e nacional, junto ao “Fórum Gaúcho de Educação Infantil” (FGEI) e o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB).

O CEPROL Sindicato fez todo um movimento para garantia da regulamentação de direitos através do debate com a categoria da época sobre suas reivindicação, visando colaborar na elaboração do Plano de Carreira para o Magistério de São Leopoldo (Lei Municipal nº 5.050/2001), mas as demandas foram desconsideradas pela administração. No ano de 2006, houve maior participação do sindicato na elaboração do Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Municipal nº 6.055/2006), e, nos anos seguintes, proporcionou amplo debate sobre o PCC com

a categoria através da organização sindical. Em 2008, é aprovada a Lei Municipal nº 6.573/2008 que institui o PCC dos/as trabalhadores/as em educação docentes do município de São Leopoldo, trazendo muitas das reivindicações da categoria, sendo alterado ao longo do tempo para contemplar os avanços e conquistas de direitos de profissionais da educação, inclusive para as docentes da Educação Infantil, que tiveram que lutar muito por isonomia com o cargo de professora dos Anos Iniciais.

A luta coletiva e a atuação em movimentos por garantia de direitos sempre foram uma constante da categoria junto ao CEPROL Sindicato, que se une ao movimento nacional pelo piso salarial do magistério e participa ativamente da elaboração da Lei do Piso Nacional dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Lei Federal nº 11.738/2008). Se percebe a necessidade de unidade com a classe trabalhadora para fortalecer a luta, e, após intensas discussões e deliberações coletivas, o CEPROL Sindicato se filia à CUT. Junto à CUT a mobilização se amplia e se intensifica, aliando-se a movimentos constantes em defesa da classe trabalhadora, dos serviços públicos, contra a terceirização e a privatização. O CEPROL Sindicato passa a fazer parte do comitê do Rio Grande do Sul da “Campanha Nacional pelo Direito à Educação”, hoje considerada a articulação mais ampla e plural no campo da educação no Brasil, constituindo-se como uma rede que articula centenas de grupos e entidades distribuídas por todo o país.

Levantamos bandeiras de luta em defesa das mulheres, contra o machismo, o racismo, a homofobia e toda a forma de preconceito, discriminação, violência, buscando fortalecer o respeito e o reconhecimento dos direitos civis da pessoa humana. Lutamos contra a investida do capital na retirada de direitos com a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu um novo regime fiscal que congelou por 20 anos qualquer aumento real de recursos para a educação, contra a reforma trabalhista (Lei Federal nº 13.467/2017) e previdenciária (EC nº 103/2019), e contra a reforma administrativa (Projeto de Emenda Constitucional nº 32/2020), que retira direitos históricos conquistados por servidores/as públicos/as, mas mantém privilégios de juízes/as e promotores/as e amplia as vantagens para os militares. Essas são algumas das lutas nacionais que travamos junto à CUT. Há muitas outras, mas, dado o objetivo da pesquisa, vou procurar me ater ao que interessa.

Na gestão do sindicato nos anos de 2011-2014, a diretoria passou por problemas e o sindicato esteve enfraquecido, não representando as necessidades, os interesses e os direitos de associados/as e, em determinado momento, subordinado à administração municipal. Foi então que a Educação Infantil é eleita pela primeira vez à diretoria da entidade para o mandato de 2014-2017, sendo esta a diretoria executiva da qual fazia parte, liberada para exercer mandato

classista, composta unicamente por professoras de Educação Infantil. Em 2015, nossa gestão protagonizou a maior greve do funcionalismo municipal de São Leopoldo, quando o prefeito fez a proposta de 0% de reajuste. Foram 64 dias de greve com escolas fechadas, mobilizações, caminhadas, assembleias, acampamento na frente da prefeitura e muita resistência a uma administração (PSDB/PMDB) que queria mexer nas nossas leis. Nossa luta garantiu os direitos conquistados, nenhuma alteração estatutária e no PCC, que eram objetivos da administração municipal. A cidade foi movimentada pela greve, e a educação foi a pauta do momento, junto aos movimentos sociais e sindicais que estavam nas ruas enfrentando governos neoliberais, que utilizam o poder da polícia para calar os/as professores/as.

Mesmo tendo sido um momento muito difícil, garantimos as nossas legislações e avançamos nos direitos com a implementação de parte da Hora Atividade em local de livre escolha. Outro movimento importante protagonizado pelo CEPROL Sindicato nesse ano foi a aprovação do PME – Lei Municipal nº 8.291, de 24 de junho de 2015 –, o primeiro da cidade que norteará as ações para o alcance das metas estabelecidas. O PME é um plano decenal (2015-2024), organizado pelo Fórum Municipal de Educação de São Leopoldo (FME/SL), que dividiu os eixos temáticos que compunham o PNE em GTs que embasaram as pré-conferências e a plenária final da III COMED/SL, proporcionando a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade capilé. O FME/SL está comprometido com o contínuo acompanhamento e monitoramento do cumprimento das metas e suas respectivas estratégias.

A diretoria do CEPROL Sindicato permaneceu liderada por professoras de Educação Infantil. Nas gestões anteriores, fui eleita vice-presidenta da entidade e hoje ocupo a função de presidenta. O sindicato passou a fazer parte de minha constituição como sujeito docente. Avançamos em muitas pautas e somos um sindicato referência, reconhecido por nossa capacidade de mobilização para além dos limites municipais.

O CEPROL Sindicato conta com cerca 85% da categoria filiada, seja na ativa ou aposentadas. A nossa relação é muito próxima com a base; acolhemos, ajudamos, garantimos direitos, fazemos formações políticas e nos divertimos juntas. O sindicato ficou muito maior, mas parece que há uma certa acomodação das docentes de Educação Infantil, como veremos evidências a seguir. Por isso, compreendo necessário revisitar um pouco da história da conquista de direitos da Educação Infantil. Com esse exercício, revivo a minha própria história como profissional que luta permanentemente por valorização e pela qualidade do atendimento educacional às crianças das classes populares.

Trouxe nesse capítulo um pouco da história do CEPROL Sindicato, lembrada através de pesquisa realizada nos arquivos da entidade e das minhas lembranças das vivências na luta

com o meu sindicato, limitando a uma descrição concisa e para demonstrar o meu lugar de fala. Ative-me a aspectos que me pareceram essenciais à compreensão das relações de poder para pensar diferente da forma estabelecida e trazer, através de Foucault, novos instrumentos analíticos para repensar o movimento sindical.

A questão que se coloca é que, mesmo com a grande maioria da categoria filiada ao sindicato, parece que existe uma certa tranquilidade, um esquecimento de que os direitos são fruto de enfrentamento, da indignação. Sustento essa percepção devido a pouca participação da categoria nas instâncias do sindicato. Compreendi que há contradições, talvez a condição de sermos maioria de mulheres na docência da Educação Infantil seja um fator a ser considerado, pois não foi ensinado a lutar. Suspendi as certezas sobre o movimento sindical com Foucault (2010a, p. 357) que afirma que “[...] a partir do momento em que começamos a não mais poder pensar nas coisas como nelas pensamos, a transformação torna-se, ao mesmo tempo, muito urgente, muito difícil e absolutamente possível”. Meu encontro com Foucault me fez questionar a teorização marxista da luta classes contra a exploração do capitalismo, trazendo a compreensão de que o poder não está no governo ou no Estado (patrão), buscando pensar as formas com que ele opera e seus efeitos sociais. Como nos diz Gadelha (2016), para Foucault o poder não atua em uma única dimensão, pois perpassa todas as esferas institucionais, “agindo de forma difusa, em rede, por intermédio de mecanismos estratégicos, perfazendo uma espécie de diagrama, de dispositivo que cobre todo o tecido social” (p.36).

Nesse sentido, escolhi como os aparatos legais para análise as leis constituídas como pactos sociais, instrumentos políticos normativos organizados coletivamente com o sindicato: o PCC/SL e o PME/SL. Com o intuito de problematizar o que considero natural, como a garantia de direitos em lei, Gadelha (2016) me faz olhar para “o poder do Estado, com suas leis e instituições, longe de tomar essa função para si, serve na verdade como instrumento para essa dominação e sujeição” (p. 107). Repensar, assim, sem julgamentos de valor, o modo de me relacionar no mundo que conheço, subvertendo discursos estabelecidos como regimes de verdade para compreender a condição de emergência do nosso momento histórico e os dispositivos e estratégias utilizados para o controle da população docente.

4.4 APONTAMENTOS DA (DES) MOBILIZAÇÃO DOCENTE

Para sustentar minha percepção quanto à desmobilização do movimento sindical, busquei investigar nas atuações do sindicato a participação da categoria de professores/as municipais. Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental a partir de 26 de março de 2024,

quando foi emitido o parecer de aprovação da pesquisa pelo CEP. As instituições participantes receberam os TAIs, em que concordaram e autorizaram o desenvolvimento da pesquisa, contribuindo com informações. Deste modo, para auxiliar no estabelecimento de uma perspectiva mais detalhada em relação a população docente da RME/SL, solicitei informações à SMED/SL e ao CEPROL Sindicato em relação à categoria de professores/as municipais leopoldenses concursados/as no cargo de professor/a da RME/SL, em exercício na ativa, sob regime de trabalho estatutário. A SMED/SL forneceu um relatório de professores/as por escola, e o CEPROL Sindicato o relatório de associados/as ao sindicato e listas de presenças nas atividades propostas pela entidade.

Traçar um panorama geral da RME/SL é com o intuito de poder realizar um exercício analítico cruzando os dados apresentados pelo CEPROL Sindicato, quanto ao número de associados/as e a participação em instâncias e movimentos do sindicato em relação ao panorama geral de servidores/as docentes do quadro permanente fornecido pela SMED/SL. Primeiramente, foi elaborado um quadro de profissionais da educação por escola quanto ao número de matrículas de professores/as, o número de professores/as enquanto quantidade de pessoas, o número de professores/as por cargos (Educação Infantil, currículo, área) e o número de associadas ao CEPROL Sindicato. Neste movimento de pesquisa, precisei me afastar de minhas convicções para tencionar as configurações estruturantes da rede de ensino do qual faço parte. Estabelecer esta visão da rede é no sentido de me auxiliar a perceber a organização da docência e os modos como o governmentamento biopolítico emerge e atravessa a profissão.

Atento que as análises dos dados estão permeadas pelas lentes pós-estruturalistas e foucaultianas, reconhecendo o engajamento posto através da racionalidade neoliberal como grade de inteligibilidade que permite perceber os princípios que constituem os sujeitos e os regimes de verdade que governam a população. Portanto, inicio a pesquisa analisando o relatório emitido pela SMED/SL, relacionando os/as professores/as da RME/SL pelo nome do/da servidor/a, matrícula, descrição do cargo, nome do custo alternativo (local de designação), descrição vínculo e situação do/da servidor/a. Na análise documental foram feitos diversos atravessamentos das informações que deram origem aos quadros abaixo, que servirão para posteriormente refletir sobre o movimento sindical, problematizando as estratégias de governmentamento docente que permeiam dispositivos legais e interferem no fortalecimento da unidade da coletividade através da organização sindical.

A RME/SL é composta por 50 (cinquenta) escolas, 13 (treze) são de Educação Infantil (EMEIs), sendo que essa etapa também é atendida em EMEFs. As EMEIs atendem crianças de 0 (zero) à 06 (seis) anos de idade em turno integral, e as professoras de Educação Infantil são

concuradas com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais. Nas EMEFs o atendimento é de crianças de 05 (cinco) a 06 (seis) anos de idade em turno parcial, por professoras de Educação Infantil concursadas com carga horária de trabalho de 25 (vinte e cinco) horas semanais. Ainda há atendimento desta etapa da Educação Básica em escolas de Educação Infantil privadas e conveniadas, mas meu foco é a população docente de concursadas para o cargo de professora de Educação Infantil na RME/SL com vínculo estatutário. Abaixo, o quadro 6 traz uma visão da quantidade de população docente da Educação Infantil, descrevendo os números de matrículas, o gênero, o desdobramento de carga horária e a sindicalização dessa população.

Quadro 6 – População docente da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo

DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO DOCENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA RME/SL	Nº
Matrículas do cargo de professores/as de Educação Infantil (30 +25 horas)	474
Matrículas do cargo de professores/as de Educação Infantil 30 horas	324
Matrículas do cargo de professores/as de Educação Infantil 25 horas	150
Total de professores/as de Educação Infantil (pessoas)	448
Matrículas de professoras do gênero feminino	444
Matrículas de professores do gênero masculino	04
Professores/as que acumulam duas matrículas de 30h + 25h	29
Professores/as que acumulam duas matrículas de 30h + 20h (Ensino Fundamental)	68
Professores/as que acumulam duas matrículas de 25h + 25h	05
Professores/as que acumulam duas matrículas de 30h + 30h	01
Professoras sindicalizadas ao CEPROL (pessoas)	350

Fonte: Autora (2024).

O quadro 6 demonstra que a população docente da Educação Infantil de São Leopoldo é composta em sua grande maioria por mulheres, que são professoras sindicalizadas e que acumulam mais de uma matrícula na RME/SL, trabalhando até 12 horas diárias, divididas em dois turnos e muitas vezes em escolas distintas. A tabela nos mostra os dados do concurso da RME/SL, mas precisamos considerar que também há professores/as que se desdobram em Extensão de Carga Horária (ECH) da própria matrícula, atendem na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), ocupam cargos na rede privada e na rede pública do Estado do Rio Grande do Sul, dentre outros locais de trabalho. Outro fator a ser considerado é que, por serem mulheres, geralmente estão comprometidas com a maternidade e com o trabalho doméstico.

O mapeamento do engajamento no movimento sindical é realizado com a análise documental, cruzando os dados disponibilizados pela SMED/SL e pelo relatório do sindicato com o número de associados/as, o que possibilitou a elaboração dos quadros abaixo, sendo que o quadro 7 demonstra o número total de professores/as na ativa da RME/SL e estabelece o nome dos locais de trabalho onde atuam; o número de matrículas designadas; a quantidade de

professores/as como pessoas; o número de professoras de Educação Infantil; o total de sócios/as de cada local; e os/as sócios/as professores/as da Educação Infantil, conforme segue:

Quadro 7 – Professores/as da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo associados/as

Nº	ESCOLA / LOCAL DE TRABALHO	MAT	PROFS PESSOA	PEI	SOC	SOC EI
01	EMEI Acácia Mimosa	19	18	18	18	18
02	EMEI Amor Perfeito	19	19	19	14	14
03	EMEI Antônio Leite	22	21	21	17	17
04	EMEI Bem-me-quer	42	39	39	29	29
05	EMEI Brinco de Princesa	24	20	18	14	14
06	EMEI Carlos de Moraes	15	14	14	12	12
07	EMEI Girassol	34	29	27	26	26
08	EMEI Ipê Amarelo	24	21	21	21	21
09	EMEI Jardim Verde	23	22	22	13	13
10	EMEI Jesus Menino	32	28	25	25	22
11	EMEI Sonho Nosso	25	23	23	12	12
12	EMEI Vitória Regia	15	15	15	13	13
13	EMEI Waldir Schmidt	26	23	23	18	18
14	EMA Pequeno Príncipe	08	07	-	06	-
15	EMEF Arthur Ostermann	27	25	05	17	02
16	EMEF Barão do Rio Branco	39	34	04	22	01
17	EMEF Bento Gonçalves	16	11	02	09	02
18	EMEF Castro Alves	52	38	01	23	01
19	EMEF Clodomir Vianna Moog	18	16	02	09	02
20	EMEF Dr. Borges de Medeiros	33	29	06	20	04
21	EMEF Dr. Jorge Germano Sperb	30	26	03	20	03
22	EMEF Dr. Osvaldo Aranha	25	20	04	16	04
23	EMEF Dr. Paulo da Silva Couto	54	42	07	17	-
24	EMEF Edgard Coelho	40	36	04	35	04
25	EMEF Francisco Cândido Xavier	49	40	06	34	06
26	EMEF Franz Louis Weinmann	22	20	01	13	-
27	EMEF General Mario Fonseca	18	15	03	12	03
28	EMEF Henrique Maximiliano Coelho Neto	22	22	01	15	-
29	EMEF Irmão Weibert	52	44	04	19	01
30	EMEF João Belchior Marques Goulart	69	58	08	48	05
31	EMEF Maria Edila da Silva Schmidt	38	32	03	21	01
32	EMEF Maria Emília de Paula	25	20	05	17	05
33	EMEF Olímpio Vianna Albrecht	52	42	04	36	04
34	EMEF Padre Orestes Stragliotto	58	43	06	36	05
35	EMEF Paul Harris	51	42	04	31	03
36	EMEF Paulo Beck	45	40	-	33	-
37	EMEF Professor Álvaro Nunes	47	43	03	29	02
38	EMEF Professor Emilio Meyer	49	41	03	29	03
39	EMEF Professor João Carlos Von Hohendorff	48	40	07	28	05
40	EMEF Professor José Grimberg	30	27	-	14	-
41	EMEF Professora Dilza Flores	47	40	03	32	03
42	EMEF Professora Maria Gusmão Brito	57	52	02	33	02
43	EMEF Professora Otília Rieth	59	51	05	28	03
44	EMEF Rui Barbosa	47	41	12	33	10
45	EMEF Santa Marta	44	37	-	31	-
46	EMEF São João Batista	20	16	04	10	04
47	EMEF Senador Alberto Paqualini	18	15	05	08	03

Nº	ESCOLA / LOCAL DE TRABALHO	MAT	PROFS PESSOA	PEI	SOC	SOC EI
48	EMEF Senador Salgado Filho	34	31	03	22	02
49	EMEF Tancredo Neves	24	18	01	17	01
50	EMEF Zaira Hauschild	43	40	02	25	01
51	SMED	109	87	24	69	20
52	NAPPI	13	11	01	06	01
53	PERMUTAS/CEDÊNCIAS	49	32	-	13	-
54	MANDATO CLASSISTA	05	03	02	03	02
55	OUTRAS SECRETARIAS/LICENÇAS	09	13	03	07	03
	Totais	1.920	1.632	448	1.113	350

Fonte: Autora (2024).

O quadro acima demonstra a concentração de professores/as de Educação Infantil atuando em 13 (treze) EMEIs (285) e diluídas em pequenas quantidades pelas 37 (trinta e sete) EMEFs (163). Percebe-se um número alto de professoras de Educação Infantil associadas, sendo as escolas Acácia Mimosa e Ipê Amarelo com 100% de filiação. Aproveito para destacar que essas são as escolas de origem das duas últimas presidentas do CEPROL Sindicato, as professoras de Educação Infantil Cristiane Maria Mainardi e Andreia Nunes, respectivamente. Dentre as EMEFs, mesmo com um número pequeno de professoras designadas, podemos considerar que 18 delas possuem 100% das professoras filiadas ao sindicato. Notadamente, as professoras de Educação Infantil estão associadas ao sindicato, correspondendo ao valor de 78,12% dessa população docente. Cabe ressaltar que, para fazer a comparação entre o número de associados/as foi utilizado o número de pessoas/professores/as de Educação Infantil, e não as matrículas, porque para o CEPROL Sindicato, cada professor/a está sempre vinculado/a à entidade em uma matrícula. Outro fator que considero importante apontar, que precisa ser levado em consideração, é que a diretoria executiva do sindicato, presidenta e vice-presidenta, é composta por duas professoras de Educação Infantil liberadas para exercer mandato classista. A população docente da Educação Infantil da RME/SL corresponde a 24,68% de toda a categoria, ficando aqui estabelecido o universo da população que é o foco da pesquisa.

No quadro abaixo (quadro 8), procuro estabelecer a população docente da RME/SL em relação ao cargo e ao gênero (feminino/masculino).

Quadro 8 – Professores/as da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo por matrícula em relação ao cargo e ao gênero

Nº	ESCOLA / LOCAL DE TRABALHO	F	M	EI F	EI M	CUR F	CUR M	ÁREA F	ÁREA M
01	EMEI Acácia Mimosa	19	-	18	-	01	-	-	-
02	EMEI Amor Perfeito	18	01	18	01	-	-	-	-
03	EMEI Antônio Leite	22	-	21	-	01	-	-	-
04	EMEI Bem-me-quer	41	01	38	01	-	-	-	-

Nº	ESCOLA / LOCAL DE TRABALHO	F	M	EI F	EI M	CUR F	CUR M	ÁREA F	ÁREA M
05	EMEI Brinco de Princesa	24	-	22	-	02	-	-	-
06	EMEI Carlos de Moraes	15	-	14	-	01	-	-	-
07	EMEI Girassol	34	-	32	-	02	-	-	-
08	EMEI Ipê Amarelo	24	-	24	-	-	-	-	-
09	EMEI Jardim Verde	23	-	22	-	01	-	-	-
10	EMEI Jesus Menino	32	-	29	-	03	-	-	-
11	EMEI Sonho Nosso	25	-	25	-	-	-	-	-
12	EMEI Vitória Regia	15	-	15	-	-	-	-	-
13	EMEI Waldir Schmidt	26	-	26	-	-	-	-	-
14	EMA Pequeno Príncipe	06	02	-	-	02	-	04	02
15	EMEF Arthur Ostermann	27	-	05	-	21	-	01	-
16	EMEF Barão do Rio Branco	35	04	04	-	24	01	07	03
17	EMEF Bento Gonçalves	16	-	02	-	14	-	-	-
18	EMEF Castro Alves	48	04	01	-	33	01	11	03
19	EMEF Clodomir Vianna Moog	15	03	02	-	10	01	02	02
20	EMEF Dr. Borges de Medeiros	32	01	06	-	26	-	-	01
21	EMEF Dr. Jorge Germano Sperb	23	07	03	-	14	-	02	07
22	EMEF Dr. Osvaldo Aranha	25	-	04	-	24	01	-	-
23	EMEF Dr. Paulo da Silva Couto	51	03	07	-	34	-	14	03
24	EMEF Edgard Coelho	38	02	04	-	34	-	02	04
25	EMEF Francisco Cândido Xavier	41	08	06	-	26	01	07	07
26	EMEF Franz Louis Weinmann	22	-	01	-	20	-	01	-
27	EMEF General Mario Fonseca	18	-	03	-	15	-	-	-
28	EMEF Henrique Maximiliano Coelho Neto	21	01	01	-	17	-	03	01
29	EMEF Irmão Weibert	48	04	04	-	30	02	14	02
30	EMEF João Belchior Marques Goulart	63	06	08	-	47	03	08	03
31	EMEF Maria Edila da Silva Schmidt	33	05	03	-	22	01	08	04
32	EMEF Maria Emília de Paula	25	-	05	-	20	-	-	-
33	EMEF Olímpio Vianna Albrecht	44	08	04	-	31	02	09	06
34	EMEF Padre Orestes Stragliotto	51	07	06	-	30	02	15	05
35	EMEF Paul Harris	43	08	04	-	31	03	08	05
36	EMEF Paulo Beck	34	11	-	-	24	05	10	06
37	EMEF Professor Álvaro Nunes	38	09	03	-	29	01	06	07
38	EMEF Professor Emilio Meyer	46	03	03	-	29	-	14	03
39	EMEF Professor João Carlos Von Hohendorff	44	04	07	-	28	-	09	04
40	EMEF Professor José Grimberg	25	05	-	-	17	-	08	05
41	EMEF Professora Dilza Flores	46	01	03	-	38	01	05	-
42	EMEF Professora Maria Gusmão Brito	51	06	02	-	41	02	08	04
43	EMEF Professora Otília Rieth	52	07	05	-	38	02	09	09
44	EMEF Rui Barbosa	44	03	10	02	34	01	-	-
45	EMEF Santa Marta	39	05	-	-	29	-	10	05
46	EMEF São João Batista	16	04	04	-	11	-	01	04
47	EMEF Senador Alberto Paqualini	18	-	05	-	13	-	-	-
48	EMEF Senador Salgado Filho	30	04	03	-	20	02	07	02
49	EMEF Tancredo Neves	24	-	01	-	23	-	-	-
50	EMEF Zaira Hauschild	37	06	02	-	23	01	12	05
51	SMED	100	09	24	-	64	01	12	09
52	NAPPI	13	-	02	-	09	-	02	-
53	PERMUTAS/CEDENCIAS	48	06	03	-	41	02	05	05
	MANDATO CLASSISTA	04	01	03	-	01	-	-	01
	OUTRAS SECRETARIAS/LICENÇAS	09	-	03	-	05	-	01	-
	TOTAL	1.761	159	470	04	1.048	36	235	127
	TOTAL GERAL	1.920		474		1.084		362	

Fonte: Autora (2024).

Em relação aos outros cargos da RME/SL, além da Educação Infantil apontada acima, percebe-se que estão associados/as ao sindicato 71,12% dos/as professores/as de currículo (Anos Iniciais) e 49,32% dos/as professores/as da área (Artes; Artes Plásticas; Artes Cênicas; Artes Dança; Artes Música; Ciências; Educação Artística; Educação Física; Filosofia; Geografia; História; Língua Inglesa; Língua Portuguesa; Matemática; Sociologia). Num panorama geral da RME/SL, 68,19% de toda a categoria de professores/as municipais leopoldenses é associada ao sindicato. No quadro acima (quadro 8), observa-se que cada escola possui um número significativo de associados/as, com exceção das EMEFs Dr. Paulo da Silva Couto e Irmão Weibert.

Outra perspectiva analisada na RME/SL, através do relatório emitido pela mantenedora, são as matrículas por cargo de professor/a em relação ao gênero, conforme o nome que se apresenta no relatório da SMED/SL, não declarado pela pessoa. O quadro 8 confirma minha suspeita, apresentando através dos números, uma RME/SL formada em sua grande maioria por mulheres. Podemos perceber que a categoria de professores/as municipais de São Leopoldo é composta por um total de 91,71% de mulheres e 8,28% de homens. Quando olhamos por cargo, a Educação Infantil apresenta um maior número de mulheres na rede, correspondendo a 96,67% do gênero feminino contra a 0,85% de gênero masculino. No cargo de professor/a de currículo, são 96,67 % de mulheres e 3,33 % homens. Professores/as que atuam por área de conhecimentos são 64,91% de mulheres e 35,09% homens, sendo o maior percentual de homens nos cargos de professores/as da RME/SL. Considerando os quadros 6, 7 e 8, foi possível sintetizar os dados da RME/SL em relação ao engajamento da categoria quanto a sindicalização, como segue no quadro 9:

Quadro 9 – Total de professores/as da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo

DESCRIÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	CURRÍCULO	ÁREA	TOTAIS
Matrículas	474	1.084	362	1.920
Professores/as	448	822	362	1.632
Gênero Feminino (matrículas)	470	1.048	235	1.761
Gênero Masculino (matrículas)	04	36	127	159
Associados/as	350	657	106	1.113
Não sócios/as	98	165	256	519
Total de matrículas: 1.920 - Total de professores/as pessoas: 1.632				
NÚMERO DE PROFESSORES/AS ASSOCIADOS/AS AO SINDICATO				
Total de associados/as na ativa: 1.113 Total de associados/as aposentadas: 256				
Total de associados/as na ativa e aposentados/as: 1.369				

Fonte: Autora (2024).

O quadro acima (quadro 9) estabelece o número total de professores/as da RME/SL por descrição dos cargos em relação à quantidade de: matrículas, professores/as/pessoas, gênero feminino e masculino, associados/as e não-associados/as fechando os totais. A RME/SL possui um total de mil novecentos e vinte (1.920) matrículas, mil seiscentos e trinta e dois (1.632) professores/as/pessoas, mil setecentos e sessenta e uma (1.761) matrículas de mulheres, cento e cinquenta e nove (159) matrículas de homens, tendo mil cento e treze (1.113) associados/as (pessoas), contra quinhentos e dezenove (519) não-sócios/as. O número total de associados/as ao sindicato, considerando profissionais na ativa e aposentados/as, representa um total mil trezentos e sessenta e nove (1.369) pessoas/profissionais da educação. Estabelecido os números de profissionais da RME/SL, sigo para a análise a formação docente da RME/SL, já que o avanço na formação é uma pauta de reivindicação da categoria, sendo que o sindicato conquistou no ano de 2023 a concessão de bolsa para realização de mestrado pela prefeitura.

Para pensar a formação docente é preciso considerar que a LDB, em seu Art. 62, exige a formação docente em nível superior para atuar na Educação Básica em curso de licenciatura. Dessa maneira, os cargos de professores/as com a formação em magistério passam a estar em extinção, e os concursos públicos realizados a partir de 23 de dezembro de 2007 passam a exigir a formação superior na área de pedagogia ou em licenciaturas diversas. Portanto, professores/as que ingressaram a partir dessa data, obrigatoriamente devem possuir nível de formação superior. No sentido de refletir sobre a formação docente da RME/SL, construí o quadro abaixo (quadro 10).

Quadro 10 – Formação de professores/as da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo

DESCRIÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	CURRÍCULO	ÁREA	TOTAL
Básico	02	41	-	43
Licenciatura	24	143	02	169
Licenciatura Curta	-	03	-	03
Especialização	411	834	302	1.537
Mestrado	36	54	46	146
Doutorado	01	09	12	22
Total de Matrículas	474	1.084	362	1.920

Fonte: Autora (2024).

O quadro 10 nos mostra que ainda há 43 (quarenta e três) matrículas de professores/as com formação somente em magistério, nível do cargo que está em extinção. Os/as professores/as com licenciatura curta e licenciatura somam 172 (cento e setenta e dois), sendo esta a formação básica inicial exigida pela LDB para habilitação docente. Percebe-se que a

RME/SL buscou a especialização em educação, com o maior número de matrículas de profissionais com essa formação, totalizando 1.537 (mil quinhentos e trinta e sete). No nível de formação em mestrado, encontram-se 146 (cento e quarenta e seis) professores/as e 22 (vinte e dois) com doutorado. Em minhas análises, percebi que o cargo de professores/as da área de conhecimento é composto por uma quantidade significativa de homens em relação aos outros cargos e que possuem o maior número de profissionais com mestrado e doutorado. Suspeito que talvez isso signifique que os homens teriam maiores possibilidades de avançar na formação em relação às mulheres devido a fatores de gênero, como, por exemplo, a maternidade. Concluo com esse exercício analítico dos relatórios emitidos pela SMED/SL em relação RME/SL que temos uma população docente em São Leopoldo formada por mulheres, especialistas em Educação e que estão associadas ao sindicato.

Esses são dados importantes para poder pensar a (des)mobilização da população docente no movimento sindical, pois mesmo que a categoria esteja filiada ao sindicato, a participação nos movimentos da entidade não possui esse mesmo percentual de engajamento. Para buscar maiores informações quanto a essa participação, realizei pesquisa documental junto ao CEPROL Sindicato, analisando o Estatuto do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses por ser o dispositivo legal que estabelece sua constituição, as prerrogativas e os deveres da entidade, ou seja, as regras para o seu funcionamento. O Estatuto do CEPROL Sindicato trata sobre a constituição do sindicato, conforme abaixo:

Art. 1º - O Sindicato dos Professores, no município de São Leopoldo, com sede na Rua Primeiro de Março, 113, Sala 802, Centro, na cidade de São Leopoldo, é constituído para fins de defesa e representação legal da categoria profissional dos professores, na base territorial de São Leopoldo, em transformação do centro de Professores Leopoldenses, fundado em 10 de novembro de 1984, sob a denominação de Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses, com a sigla CEPROL, que terá o seu tempo de duração por prazo indeterminado e como recurso principal de manutenção a mensalidade sindical.

Parágrafo único: a mensalidade sindical será o valor correspondente a 1% (um por cento) do vencimento básico de cada nível.

Art. 2º - Constitui finalidade precípua do Sindicato: visar melhorias nas condições de vida e de trabalho de seus associados, defender a independência e autonomia da representação sindical e atuar na manutenção e na defesa das instituições democráticas brasileiras.

Art. 3º - A representação da categoria profissional abrange os professores e especialistas em educação da rede municipal de ensino (CEPROL, [199-], p. 1).

O CEPROL Sindicato é constituído com o objetivo de proteger direitos e representar legalmente os interesses da população de professores/as em São Leopoldo. A sua manutenção é feita através da mensalidade sindical, que correspondente ao valor de 1% (um por cento) do vencimento básico de cada nível, conforme a tabela salarial que é apresentada mais adiante na

imagem 1. O Estatuto traz a finalidade do sindicato de melhoria das condições de trabalho, da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as e a defesa da democracia. Conforme o Estatuto, em seu capítulo IV: do sistema diretivo do sindicato, Art. 13, constituem as instâncias do sindicato: assembleia geral, congresso, diretoria e o Conselho Político Sindical (CPS). Conforme o Estatuto, as Assembleias são instâncias máximas de decisões coletivas, pois o Art. 14 estabelece que “as assembleias gerais serão soberanas em suas resoluções e constituem o órgão máximo de deliberações da categoria” (p. 4), sendo um importante espaço para se refletir sobre o engajamento docente.

Outra instância decisiva do CEPROL Sindicato é a diretoria, sua composição, atribuições e competências estão descritas no Estatuto nos Arts. 27 ao 35. A direção do sindicato é eleita entre os/as associados/as para um mandato de três anos, composta por 06 (seis) diretores/as titulares e a mesma quantidade de suplentes como consta no Art. 28: “A diretoria será composta de seguinte maneira: presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro e seis diretores suplentes” (p. 5).

Art. 29 - São atribuições da diretoria:

- a) fixar, em conjunto com as demais instâncias consultivas e deliberativas, as diretrizes gerais da política sindical a ser desenvolvida;
- b) cumprir e fazer cumprir os Estatutos e as deliberações da categoria em todas as suas instâncias;
- c) gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Estatuto e das deliberações da categoria representada;
- d) representar o Sindicato em juízo ou fora dele;
- e) reunir-se sempre que necessário, através das modalidades presencial ou virtual, podendo ser convocada reunião pela maioria da diretoria, cujo quórum mínimo será de 5 (cinco) membros;
- f) aprovar as propostas discutidas por maioria simples de votos;
- g) elaborar o Plano Anual de Ação Sindical que deverá conter, entre outros:
 1. as diretrizes gerais a serem seguidas pelo Sindicato;
 2. as prioridades, orientações e metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazo.
- h) fornecer apoio material e estímulo político ao funcionamento e desenvolvimento das instâncias do Sindicato:
- i) avaliar e decidir sobre a contratação e demissão de funcionários;
- i) zelar pelo cumprimento integral dos acordos, dissídios outras questões de interesse da categoria (CEPROL, [199-], p. 6).

A eleição da atual diretoria aconteceu nos dias 25 e 26 de outubro de 2023, através de plataforma virtual, tendo chapa única inscrita. A plataforma digital Electios, contratada pelo sindicato para a eleição, enviou um link de votação para o e-mail e por mensagem curta por celular de cada associado/a, bastando clicar no link, inserir o número do documento de Cadastro de Pessoa Única (CPF) no campo indicado, selecionar a opção de votação (chapa 1, branco ou nulo), registrar voto e receber o comprovante de votação pelos mesmos canais que foi enviado o link. O acesso ao sistema ficou disponível de forma contínua durante todo o período da

votação. Após cumprido o rito de apuração feito pelo sistema da plataforma da empresa, o resultado da eleição foi disponibilizado através de relatório constando a identificação do/da eleitor/a e o endereço de IP/Mac em que foi registrado o voto. Após verificado e obtido o quórum, apurados os votos e cumprida as exigências estatutárias, foi declarada a chapa 1 (um) eleita com 803 (oitocentos e três) votos, totalizando 97,8% (noventa e sete por cento) dos/as 821 (oitocentos e vinte um) associados/as que participaram do pleito. O número total de associados/as da entidade neste período era de 1.398 (mil trezentos e noventa e oito) e estavam aptos/as a votar 1.356 (mil trezentos e cinquenta e seis), constando 10 (dez) votos brancos e 08 (oito) votos nulos. Desta forma, a chapa 1 foi eleita para a direção do sindicato com mandato de 24 de dezembro de 2023 a 23 dezembro de 2026, conforme segue descrito no quadro abaixo as suas funções na diretoria do sindicato, seus nomes, os cargos que ocupam na RME/SL, o gênero e o local de trabalho.

Quadro 11 – Diretoria do CEPROL Sindicato Gestão 2023-2026

FUNÇÃO	NOME	CARGO NA RMR/SL	G	LOCAL DE TRABALHO
Presidente	Cristiane Maria Mainardi	Professora de Educação Infantil (30h) e de Currículo (20h).	F	Liberada para exercer mandato classista no CEPROL Sindicato conforme Lei Municipal nº 6055/2006 (Estatuto dos Servidores).
Vice-presidente	Rosi Lopes Petersen	Professora de Educação Infantil (30h + 25h).	F	Liberada para exercer mandato classista no CEPROL Sindicato conforme Lei Municipal nº 6055/2006 (Estatuto dos Servidores).
1ª Secretária	Daisy Falconi	Professora de Currículo (20h).	F	EMEF Joao Belchior Marques Goulart
2ª Secretária	Patrícia Regina Rodrigues Guterer	Professora de Currículo (20h).	F	EMEF Paulo Beck
1º Tesoureiro	Felipe Diego da Silva	Professor da Área de Português (20h)	M	Liberado para exercer mandato classista no CEPROL Sindicato conforme Lei Municipal nº 6055/2006 (Estatuto dos Servidores).
2º Tesoureiro	Fábio Luiz Fontes Martins	Professor da Área de Matemática (20h) e de Currículo (20h).	M	EMEF Padre Orestes Stragliotto
1ª Suplente	Camila Cristina da Silva	Professora de Currículo (20h) de Educação Infantil (25h).	F	EMEF Paul Harris
2ª Suplente	Marmy Luzy Margorett da Silva	Professora de Currículo (20h +20h).	F	EMEF Professor Emilio Meyer
3ª Suplente	Simone Silva da Silveira	Professora de Educação Infantil (30h).	F	EMEI Bem-me-quer
4ª Suplente	Lucia Geoseli Brizola	Professora de Currículo (20h).	F	EMEF Paulo Beck
5ª Suplente	Carolina Gomes Matsdorf Correa	Professora de Educação Infantil (30h).	F	EMEI Antônio Leite

FUNÇÃO	NOME	CARGO NA RMR/SL	G	LOCAL DE TRABALHO
6ª Suplente	Cristiano Morais Nunes	Professor da Área de Educação Artística Música (20h).	M	EMEF Professor José Grimberg

Fonte: Autora (2024).

A diretoria de uma entidade sindical é muito importante, pois são professores/as que se colocam como dirigentes sindicais para dar voz aos/às colegas contra as injustiças no ambiente de trabalho, denunciando questões que ferem a saúde, os seus interesses e os seus direitos. A democracia é a prática da diretoria, proporcionando a escuta e a reflexão das próprias ações, construindo uma política sindical de forma coletiva. A diretoria do CEPROL Sindicato é composta por representantes eleitos/as pela categoria, que apresentaram um plano de lutas em comum com a base que representam, defendendo suas pautas de reivindicações, buscando melhores condições de trabalho, valorização profissional, mas principalmente organizando a unidade da coletividade para um esforço comum por direitos e pela educação. É nesse sentido que trago a Diretoria do sindicato para análise, para poder pensar o quanto a categoria compreende e valoriza a ação sindical e participa ativamente da eleição e das suas decisões.

Outra instância que precisa ser analisada é o CPS, pois ele permite a manifestação democrática a partir da participação ativa das escolas através da representação coletiva no exercício da direção do sindicato, contribuindo para definir os rumos da luta sindical e a formulação de políticas em defesa dos direitos da categoria. O CEPROL Sindicato tem a prática de fortalecer as pautas de reivindicações, construindo-as coletivamente com a participação deste conselho. Segundo o Art. 39 do Estatuto do CEPROL Sindicato, o CPS é composto pela base de trabalhadores/as docentes associados/as, que representam os grupos dos seus locais de trabalho e que, juntamente com a diretoria do sindicato, decidem as ações coletivamente. São esses/as conselheiros/as que orientam a tomada de decisões da diretoria, trazendo as demandas dos grupos de profissionais de suas escolas a qual representam. Conforme o Estatuto da entidade:

Art. 39 - O Conselho Político Sindical (CPS), será composto por (um) membro efetivo e 1 (um) suplente de cada escola, eleitos pelo voto dos associados na sua unidade escolar, e com mandato de 3 (três) anos.

§1º - Poderão concorrer ao Conselho todos os sindicalizados.

§2º - O Conselho Político Sindical, se reunirá ordinariamente a cada 30 (trinta) dias ou extraordinariamente, sempre que solicitado, através de reuniões nas modalidades presencial ou virtual.

§3º - São atribuições do Conselho Político Sindical:

- a) elaborar o Regimento Interno em consonância com o presente Estatuto;
- b) zelar e fiscalizar o cumprimento das deliberações da categoria em todas as instâncias (CEPROL, [199-], p. 8).

Portanto, elegi para verificar a mobilização no movimento sindical, além do número de sindicalização, as instâncias estatutárias do sindicato: a participação em assembleias gerais e a participação no CPS. Movimento-me com o intuito de buscar informações acerca da participação de filiados/as nas instâncias deliberativas democráticas da entidade. Para tanto, analiso as ações da diretoria para garantir as instâncias deliberativas estatutárias quanto à realização de assembleias gerais e de CPS, tendo como fonte de pesquisa documental as listas de presenças dessas reuniões, com o recorte temporal dos anos de 2023 e 2024. Esses documentos possibilitaram a elaboração dos quadros 12, 13, 14 e 15, que seguem abaixo.

Quadro 12 – Presenças de professores/as em assembleias 2023

DATA	PAUTA	EMEI	EMEF	APOSENTADAS	TOTAL
22/03	Campanha Salarial	13	44	05	62
18/04	Campanha Salarial	13	55	03	71
26/04	Mobilização em frente à Prefeitura de São Leopoldo	07	57	15	79
10/05	Campanha Salarial	18	63	03	84
16/05	Campanha Salarial	06	72	02	80
31/05	Campanha Salarial	03	06	-	09

Fonte: Autora (2024).

Quadro 13 – Presenças de professores/as em assembleias 2024

DATA	PAUTA	EMEI	EMEF	APOSENTADAS	TOTAL
11/03	Campanha Salarial	02	18	-	20
22/03	Campanha Salarial	09	39	01	49
25/03	Campanha Salarial: mobilização ao meio dia em frente à prefeitura para a Mesa de Negociação.	10	36	02	48
26/03	Campanha Salarial	03	32	01	36
02/04	Campanha Salarial: dia de paralisação com adesão de 80% das escolas da RME/SL.	106	351	01	458
17/04	Campanha Salarial	02	06	01	09

Fonte: Autora (2024).

Quadro 14 – Presenças de professores/as no Conselho Político Sindical 2023

MÊS	DATA	EMEI	EMEF	APOSENTADAS	TOTAL
Fevereiro	23/04	04	18	03	25
Março	16/03	09	13	02	24
Abril	03/05	08	20	-	28
Maio	31/05- ampliado	07	36	07	50
Junho	28/06	04	10	01	15
Julho	Recesso Escolar				
Agosto	23/08	06	15	01	22
Setembro	28/09	07	08	-	15

MÊS	DATA	EMEI	EMEF	APOSENTADAS	TOTAL
Outubro	Não houve o encontro desse mês, pois a diretoria estava participando do 14º Congresso da CUT em São Paulo (SP) e do Encontro da Campanha Nacional pelo Direito à Educação em Salvador (BA).				
Novembro	14/11	03	17	-	20
Dezembro	06/12	04	16	-	20

Fonte: Autora (2024).

Quadro 15 – Presenças de professores/as no Conselho Político Sindical no 2024

MÊS	DATA	EMEI	EMEF	APOSENTADAS	TOTAL
Fevereiro	28/02	05	23	01	29
Março	21/03	04	11	-	15
Maiο	13/05	05	20	01	25
Maiο	23/05	04	11	01	16
Junho	11/06	04	16	-	20

Fonte: Autora (2024).

O estatuto da entidade não regra um período para realização de assembleias gerais, mas estas geralmente são realizadas com maior frequência durante a “Campanha Salarial”, que acontece próximo à data base do município, sendo instituído o dia 10 de abril, conforme Art. 67, parágrafo único da Lei Municipal nº 6.055/2006. Portanto, cada assembleia está especificada com a sua pauta. Quanto ao CPS, o Estatuto regra em seu Art. 39 que deve ocorrer ordinariamente a cada 30 dias, por isso os quadros estão por meses do ano em que devem ocorrer essas reuniões.

Ao olhar analiticamente para os dados apresentados quanto ao movimento sindical do CEPROL, podemos perceber um grande número de associados/as à entidade. Porém, ao investigar quanto a participação da categoria nas instâncias de decisão, não se verifica o mesmo engajamento. Se comparados com o número de profissionais da RME/SL o número filiados/as, compreendo que o sindicato possui o reconhecimento e a confiança entre os/as profissionais da educação, o que se articula ao entendimento da importância da organização coletiva para a docência. Mas há fatores que provocam a desmobilização da categoria na participação de momentos democráticos e de decisões coletivas, como em assembleias gerais e no CPS. É interessante notar que no dia 2 de abril de 2024, houve um momento de paralisação das atividades docentes nas escolas, com um engajamento de 80% de adesão, em que a categoria mobilizada e organizada pelo sindicato clamou coletivamente por valorização profissional e condições de trabalho. É nessa perspectiva que no título desse capítulo me utilizei do prefixo “des-” dentro de parênteses, para demonstrar que ainda podemos resistir e nos unir em luta coletiva pelo comum que nos conecta.

O levantamento sobre a RME/SL nos mostra que ela é composta por profissionais do gênero feminino, principalmente na Educação Infantil. Ênfase que esse ponto é importante, pois evidencia a relação das questões de gênero envolvidas na docência como um dos fatores que pode produzir a desmobilização no movimento sindical, apontando precedentes históricos como: as desigualdades salariais entre homens e mulheres, as exigências da maternidade e os serviços domésticos, que permanecem atividades femininas, são causas que muitas vezes trazem a sobrecarga e o adoecimento docente, podendo ser considerados geradores que dificultam a participação no movimento sindical. Também fica evidenciado que a grande maioria da população docente da RME/SL é de especialistas, que buscam através da formação a melhoria salarial.

A busca por qualificação profissional é um precedente importante para o sistema econômico na contemporaneidade. Vivemos uma sociedade do conhecimento que instaura mecanismos de governamento para instituir um modo de ser, e a população docente é esse corpo coletivo com a qual o poder irá operar a nível biológico e político, fazendo do investimento educacional no desenvolvimento de competências para o exercício da profissão docente uma estratégia da biopolítica, tecnologia fundamental de constituição de capital humano. Para Ivana Serpa (2023, p. 97), “o desenvolvimento de competências e habilidades conduz os sujeitos a elevarem seus rendimentos, logo, é possível compreender que o investimento educacional é tido como um campo privilegiado para a constituição do capital humano”.

A partir das lentes foucaultianas, reconheço vinculações de uma racionalidade neoliberal imbricada no modo de ser docente que interfere na mobilização do movimento sindical. Tal grade de inteligibilidade permite olhar o presente e perceber os ataques às instituições democráticas como os sindicatos e o enfraquecimento da coletividade que luta pelo bem-comum. O neoliberalismo produz comportamentos afeitos aos princípios mercadológicos e de consumo, produzindo o individualismo e sujeitos subjugados aos interesses econômicos e de mercado.

Segundo Serpa (2023), a grade da racionalidade neoliberal vai no sentido de que “pode-se pensar que, imbricado ao individualismo acionado na produção do *homo economicus*, é exigido o desenvolvimento de competências vinculadas à cooperação, própria a um ‘espírito de equipe’ que guia as condutas empresariais” (p. 123). Ou seja, o/a docente é constituído/a como *homo economicus*, um “indivíduo-empresa” que precisa dedicar seus esforços e talentos se desdobrando em carga horária de trabalho para melhorar a sua própria renda-salário. Essa racionalidade econômica está dispersa em todo o corpo social, podendo ser considerada como um fator de enfraquecimento da luta coletiva.

A governamentalidade neoliberal é um campo de poder que conduz a conduta da população docente de São Leopoldo, que passa a ser formada por individualidades capturadas pelo capitalismo, reguladas por aparatos legais de garantia de direitos, mas que são tecnologias biopolíticas que instituem modos de ser docente. A *biopolítica* são práticas de poder, um biopoder emaranhado no tecido social que visa gestar a vida das pessoas. O governo biopolítico da docência é a agulha que alinhava essa linha de condução da conduta por uma governamentalidade neoliberal, fortalecendo a lógica capitalista e enfraquecendo a luta coletiva do movimento sindical que representa essa categoria. As análises compartilhadas nesse capítulo pretendem evidenciar uma docência governada por fatores que interferem na constituição de um coletivo individualizado, agindo através de legislações que estão permeadas por interesses do capital e que facilitam a produção de subjetividades para o mercado através da investida em formação permanente para obter melhoria de renda, formando uma população docente de *homo economicus* e capital humano.

É nessa linha, de problematizar a constituição de uma população de docentes governados/as por uma racionalidade neoliberal, em que indivíduos se assumem como capital humano e investem em si mesmos para obter um retorno de renda, que considero fundamental compreender a dominação de interesses econômicos sobrepondo os interesses do bem-comum, ocasionando a desmobilização coletiva. A partir desses movimentos que compõem arranjos da (des)mobilização do movimento sindical, mesmo que o sindicato também esteja enredado pelas tramas da governamentalidade neoliberal, da qual ninguém escapa, quando acontece a unidade da coletividade, podemos encontrar nesses momentos linhas alternativas de fuga, como um sopro de ar que revigora os pulmões e nos faz seguir em frente.

4.5 OS FIOS E DESAFIOS DA DOCÊNCIA

O presente capítulo pretende alinhavar perspectivas sobre a docência levando em consideração aspectos sociais, políticos e econômicos que se entrecruzam na profissionalização docente. Os estudos foucaultianos e as pesquisas pós-críticas embasam esse estudo para cerzir como opera um poder-saber que institui regimes de verdades sobre a docência e se utiliza de tecnologias que incidem em sua constituição ao regular os modos de ser docentes através de políticas públicas. Utilizo-me da metáfora dos fios com o intuito de tecer reflexões sobre a docência no sentido de utilizar o governo como uma agulha que alinhava a governamentalidade neoliberal e enreda a categoria docente, conduzindo sua conduta por meio

de dispositivos legais. Procuo costurar ideias sobre o governo da docência e as redes de poder que ocasionam a desmobilização dessa coletividade no movimento sindical.

Início o exercício buscando alinhar os fios da história da docência e os entrelaces do capitalismo com a profissão docente. Sigo fazendo uma reflexão crítica dos emaranhados da formação docente, do tecnicismo à uma formação acadêmica deficitária. Em seguida, trago considerações sobre a docência e as redes da racionalidade neoliberal que disputam a subjetividade docente. Compreendo que, para refletir sobre a constituição da docência, é imprescindível consideramos os cruzamentos de gênero da profissão. Apresento as tramas de uma contemporaneidade líquida que vem costurando a liquefação da docência. Continuo pensando o governo da docência em termos econômicos no sentido de alinhar a educação e a profissão à produção de capital humano. Sigo tecendo pensamentos para desenrolar os pontos e os nós da governamentalidade neoliberal e do governo biopolítico da docência. Terminando bordando sonhos de unir fios para que, através da unidade na coletividade, possamos construir juntas uma grande rede de resistências, nos conectar com o comum em nós, pois somente unidas as linhas são capazes de formar um tecido. Mas afinal, quem são os/as sujeitos docentes? Seria a docência uma missão, um dom, uma profissão?

4.6 ENTRELAÇAMENTOS HISTÓRICOS DA PROFISSÃO DOCENTE

Historicamente, a educação está relacionada aos modos de produção, e a forma de produzir bens materiais influencia os modos de ser humano e sua relação com o conhecimento e com a sociedade. A escola nem sempre foi pensada para todos/as, pois os modos de produção de épocas passadas não exigiam conhecimentos sistematizados. Na economia baseada no trabalho escravo, por exemplo, conhecimentos complexos não eram necessários. Marcos Antônio de Oliveira (2006) trata que na economia feudal, “a Igreja Católica detinha um grande poder, o domínio do saber, do conhecimento (p. 21). Segundo o autor, a igreja era encarregada da educação da nobreza e “para os camponeses e servos, a educação era apenas religiosa, moral, pois segundo a ordem social estabelecida cabia a eles tão somente trabalhar” (Oliveira, 2006, p. 22). Assim, o modo de produção do feudalismo baseado na agricultura não exigia conhecimentos sistematizados para o trabalho na terra. Com o avanço de técnicas de cultivo agrícola, o aumento populacional e o mercantilismo, o sistema econômico feudal entra em crise e aparecem “outras formas de produzir e acumular riqueza, aberto pela fase mercantilista da história ocidental e a incorporação do conhecimento científico às formas de produzir, via industrialização” (Oliveira, 2006, p. 27). Os países que não incorporam a Revolução Industrial

eram considerados colônia, “o que caracteriza uma economia colonial é o forte mercado externo e a fraqueza do mercado interno” (Oliveira, 2006, p. 48).

A história da docência no Brasil no período colonial (1500-1822) remete à chegada dos jesuítas que criaram as primeiras escolas e, por óbvio, a educação durante a colonização é de “aculturação, já que as tradições e os costumes que se busca inculcar decorrem de um dinamismo externo, isto é, que vai do meio cultural do colonizador para a situação objeto de colonização” (Saviani, 2011, p. 27). Para Saviani (2011), os colégios jesuítas atendiam aos interesses das elites coloniais e aculturavam os/as índios/as, inculcando novos valores por meio da catequese e da “civilização” europeia. Segundo o autor, o modelo educacional jesuíta estabeleceu regras, um plano geral de ensino conhecido como *Ratio Studiorum*, correspondendo ao fundamento da Escola Moderna e ponto de partida para desenvolvimento da pedagogia tradicional, que vigorou por séculos. Esse modelo de educação exclusivista e controlada pela Igreja, que existiu por centenas de anos, passa a sofrer críticas pelo Iluminismo² e começa a ruir com o início de um pensamento intelectual marcado pela valorização da razão em detrimento da fé.

A independência do Brasil em 1822 trouxe a preocupação do governo imperial em formar administradores para administrar o país, não havendo interesse em investir em uma educação para o povo. Naquela época, segundo Renant Araújo Morais (2017, p. 128), “uma das questões que inquietavam a aristocracia rural era a formação de quadros para o corpo técnico, político e administrativo que iriam dirigir e governar o país”. A ação do Estado para garantir a educação era ínfima, e a instrução voltada para uma pequena parcela de homens privilegiados: “não eram incluídos os escravos, os índios e as mulheres, que compunham uma parte considerável da população jovem país” (Morais, 2017, p. 128). A escolarização no Brasil Império ocorria em locais improvisados e excluía a maioria da população, sendo que nas famílias mais abastadas o ensino se dava nas casas das famílias ou de algum professor. Com o desenvolvimento econômico do Brasil Império e o crescimento das cidades, surge a necessidade de uma instrução mínima voltada para a alfabetização e cálculos matemáticos. Porém, educar a população demandava alto grau investimento como a construção de escolas, infraestrutura, material pedagógico e profissionais capacitados. Sobre o assunto, Morais (2017, p. 139) colabora:

² O Iluminismo foi um movimento intelectual que surgiu na Europa no século XVIII, sendo marcado pela valorização da razão em detrimento da fé como forma de entender o mundo e os fenômenos da natureza.

Ao longo do século XIX, a situação lastimável da escola de primeiras letras se deveu a vários fatores, inclusive de ordem econômica. O descaso do poder público, que via a escola não como um direito de todos, mas como um luxo para uma minoria, constituiu uma das causas fundamentais para as estatísticas desanimadoras que o Brasil apresentava no campo da escolarização.

Inspirados na cultura europeia como modelo de progresso e civilização, o discurso para qualificar profissionais da educação e proporcionar escolas para a população toma corpo no Brasil, pois “na Europa Ocidental, nos países onde as discussões sobre o binômio indústria-urbanização eram mais intensas, a educação caminhava a passos largos no sentido de uma escola estatal, laica, gratuita e universal” (Morais, 2017, p. 138). Nos países europeus em que a Revolução Industrial estava se expandindo e formando grandes centros urbanos, a instrução das classes populares passa a ser uma necessidade para a formação de mão de obra com a modernização. Nesse sentido, há a interferência do Estado na gestão da educação.

No século XIX, começa a se constituir a ideia da escola como um mecanismo de civilidade do povo, atuando no sentido de disciplinar, moralizar, favorecer a economia e contribuir para o desenvolvimento do país. Porém, no Brasil a precariedade da educação com a falta de investimento, tanto na formação e na remuneração de profissionais, como na qualidade do ensino, traz a evasão e o descrédito da sociedade em relação a uma profissão tão importante como a da educação. Para Moraes (2017, p. 140), “esse seria um dos legados que o velho regime imperial vai transmitir para os governantes da República no alvorecer do século XX”.

O sistema feudal entra em crise com as mudanças nas formas de produzir e acumular bens, iniciado pelo mercantilismo a incorporação de conhecimentos científicos que surgiram com a industrialização, dando início ao capitalismo. A incorporação das máquinas ao processo produtivo e o “processo pelo qual a indústria passou definitivamente a ser hegemônica na economia de um país” é o que chamamos de Revolução Industrial (Oliveira, 2006, p. 31). A produção torna-se maior, exige maiores conhecimentos dos/as trabalhadores/as e notadamente a economia reorganiza a sociedade e a educação. As mudanças sociais que ocorrem com a industrialização é principalmente o êxodo do campo, o aumento das populações nas cidades e a necessidade um novo modelo de educação. Oliveira (2006) aponta que “a escola teve um papel importantíssimo na passagem do trabalho no campo ou nas oficinas para o trabalho na indústria uma vez que passou a disciplinar as pessoas aos horários rígidos” (p. 32), adequando o trabalhador ao ritmo e organização das fábricas. Surgem os primeiros movimentos de reivindicação de uma escola pública, advindos da necessidade do sistema econômico industrial.

A industrialização e a urbanização fazem surgir a escolarização das massas para atender às necessidades do sistema econômico de conhecimentos básicos e disciplinamento dos corpos

ao ritmo e organização das fábricas. As transformações econômicas foram moldando a sociedade ao longo do tempo. No capitalismo industrial, característico da Revolução Industrial do século XIX até o século XX, a docência estava voltada principalmente para a formação de trabalhadores/as para a indústria em expansão. A ênfase estava na transmissão de conhecimentos técnicos e habilidades práticas relacionadas aos setores produtivos. Segundo Oliveira (2006), a partir do fordismo keynesiano, “a escola pôde ser pensada a partir de salas de aula com apenas um professor, seguido por um número grande de alunos [...]. Era o modelo pedagógico tradicional, mas note que esta pedagogia tem raízes também no mundo da produção”, com o objetivo de fornecer às empresas e à economia em geral a mão de obra necessária para o setor industrial.

Ao longo da história, a ascensão do capitalismo transforma a docência. O sistema econômico capitalista trouxe consigo mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais que impactaram diretamente na forma como o ensino é concebido e realizado. O Estado passa a ter uma ingerência cada vez maior na escolarização das camadas populares. Segundo Bertha de Borja Reis do Valle (2005, p. 110), “o Estado é compreendido como o coordenador e planejador da macroeconomia, empreendedor em setores estratégicos e, principalmente, como provedor social, garantindo para todos a educação, saúde, segurança e uma política de pleno emprego”. Dessa forma, o Estado passa a ser agente de regulação da sociedade, financiando políticas de seguridade social e assumindo o compromisso pela educação da população. A escolarização em massa é possibilitada, redes de ensino são organizadas através das escolas públicas e, com a institucionalização do ensino, ensinar passou a ser uma atividade profissional e docentes passam a ser contratadas e remuneradas pelo Estado.

Portanto, falar da profissionalização docente é sob a perspectiva de um sistema de ensino vinculado à economia e ao Estado, que toma para si a responsabilidade pela educação. Para Luís Fernando Rankel e Rosangela Maria Stahlschmidt (2009, p. 31), “é importante salientar o aspecto ideológico que permeou este processo de profissionalização do educador brasileiro”. Segundo os autores, a profissão docente é o/a trabalhador/a a serviço do Estado para executar uma tarefa, “como que tentando moldar a figura do professor às necessidades da própria imagem do Estado perante a sociedade” (p. 31). A profissão docente torna-se agente do Estado na tarefa de educar, e a educação passa a ser concebida como o meio para resolver os problemas sociais, trazendo a importância de um/a profissional para o seu ideário de nação, “gerando a partir dos novos parâmetros exigidos para a profissão, um critério maior na contratação de docentes, o que certamente contribui para o profissionalismo dos educadores” (Rankel; Stahlschmidt, 2009, p. 31).

O surgimento de uma população de docentes basicamente se deve à necessidade de profissionais que possibilitassem a escolarização em massa para formação de sujeitos adequados à economia, que hoje se apresenta com uma roupagem neoliberal. Trago essas considerações por serem um ponto chave para se entender que, tanto a educação como a profissão docente estão atravessadas por interesses econômicos, hoje relacionados ao sistema capitalista de cunho neoliberal e gerido pelo Estado. Dispendo o esforço em pensar a docência como aponta Valle (2005), de que “a história do Brasil tem sido escrita com muitas marcas de dependência e exclusão. Ter sido colônia parece uma condição que ainda não foi superada totalmente” (p. 109), e o neoliberalismo de hoje se apresenta como uma nova versão do colonialista e “entra no cenário mundial difundindo a crença no mercado, o Estado mínimo, a exaltação da empresa privada e o darwinismo social, com a naturalização dos índices de desemprego” (Valle, 2005, p. 110).

4.7 EMARANHADOS DA FORMAÇÃO DOCENTE

É imprescindível a percepção de que o processo de organização do campo educacional é um emaranhado que perpassa por interesses econômicos que incidem na profissionalização e na qualificação profissional docente, pois visa a formação de determinados tipos de sujeitos da educação. Como vimos, no Brasil Império o ensino era elitizado e excludente, não havia necessidade de um grande número de professores/as. A preocupação em ampliar o acesso ao ensino demanda se pensar a formação de profissionais em educação para o exercer o magistério, e “em 1835 foi criada a primeira Escola Normal na cidade de Niterói” (Morais, 2017, p. 134), que serviu como modelo para a criação de várias outras Escolas Normais no Brasil.

As Escolas Normais visavam preparar professores/as para as Escolas Primárias, guiadas pelo domínio de conteúdo dos currículos voltados para o ensino de crianças, com o preparo prioritariamente didático. A Escola Normal não estava dando conta das exigências do trabalho docente, vindo a passar por uma reforma. Segundo Demerval Saviani³ (2005), “o contexto de descaracterização do modelo de Escola Normal, representado pelo regime militar constitui, também, o quadro da dispersão no que se refere à questão da formação docente no Brasil” (p. 21). A formação de professores/as em nível superior passa a fazer parte dos discursos daquele momento histórico. Segundo Saviani (2005, p. 17):

³ Destaco que alguns autores como Saviani não fazem parte do referencial teórico adotado pelo estudo, mas considerei importante trazer algumas contribuições para discutir sobre a formação docente.

Em 1935, com a criação da Universidade do Distrito Federal, também por iniciativa de Anísio Teixeira, a Escola de Professores a ela foi incorporada com o nome de Escola de Educação. Algo semelhante ocorreu em São Paulo quando, em 1934, com a criação da USP [Universidade de São Paulo], o Instituto de Educação Paulista a ela foi incorporado. E é sobre essa base que, em 1939, foram instituídos os cursos de Pedagogia e de Licenciatura na Universidade do Brasil e na Universidade de São Paulo. Daí emergiu o paradigma que, adotado pelas demais instituições de ensino superior do país, equacionou a questão relativa à formação de professores para o ensino de nível secundário e para as próprias escolas normais. Aos cursos de Licenciatura coube a tarefa de formar professores para as disciplinas específicas que compunham os currículos das escolas secundárias; e os cursos de Pedagogia ficaram com o encargo de formar os professores das Escolas Normais.

Com as mudanças políticas e sociais impostas pela Ditadura Militar em 1964, ocorreram mudanças no campo educacional, reformulando o Ensino Superior em decorrência da entrada em vigor da Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968), aprovada em 28 de novembro de 1968, que ensejou uma nova regulamentação do curso de Pedagogia (Saviani, 2005, p. 18), sendo o ordenamento legal que regravaram a formação docente até a descaracterização da Escola Normal.

Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), como resultado dessas mudanças, “desaparecem as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a Habilitação Específica de 2º Grau para o exercício do Magistério de 1º Grau” (Saviani, 2005, p. 19), ou seja, a antiga estrutura dos cursos da Escola Normal cede lugar a uma Habilitação de 2º Grau, determinada pela Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/1971, e que trouxe um quadro de precariedade na formação docente e educação voltada para o patriotismo.

Em entrevista sobre os/as professores/as e sua formação profissional, António Nóvoa (2022), aponta que “a formação inicial segue ‘engessada’ em modelos tradicionais”. Para Nóvoa (2022), a educação é um ato coletivo, um processo que acontece na relação com o outro e justamente por isso que “é imprescindível compreender a complexidade da profissão em todas as suas dimensões: teóricas, experienciais, culturais, políticas, ideológicas e simbólicas” (p. 1).

Na década de 1990, a Educação Básica assume centralidade e irrompe a emergência de formação e regulação da profissionalização docente, originando importantes marcos legais com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da LDB, Lei Federal nº 9.394/1996. A LDB de 1996 passa a tratar sobre a formação de docentes em nível superior para atuar na Educação Básica como formação mínima:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III – piso salarial profissional; IV

– progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI – condições adequadas de trabalho (Brasil, 1996).

Considerada uma política pública e um dispositivo legal importante para a educação, e que perdura até os dias de hoje, a LDB demarca mudanças nas exigências da formação docente. Porém, as expectativas investidas na LDB como um dispositivo legal que elevaria o preparo de professores/as ao nível superior, qualificando a formação docente, não lograram êxito. A chance de se registrar um momento histórico da formação docente no Brasil foi perdida e os problemas da educação perduram, não sendo garantida a valorização da profissão, persistindo os problemas como a baixa remuneração e a falta de condições de trabalho. A quem serve que a formação docente não seja qualificada e a profissão desvalorizada? Quando falamos da profissão docente, temos sempre que considerar as implicações sociais, políticas e econômicas envolvidas na formação inicial e continuada e os interesses que permeiam a produção de políticas públicas para a educação.

4.8 CRUZAMENTOS DE GÊNERO E DOCÊNCIA: RECORTES CONTEMPORÂNEOS

As marcas identitárias da docência como uma profissão que exige dedicação, muitas vezes considerada como um dom ou missão, trazem uma outra perspectiva sobre a qual precisamos refletir, que são as razões pelas quais a docência é constituída, em sua grande maioria, por mulheres. É inegável que a educação tem sido um campo de trabalho tradicionalmente ocupado por mulheres e a presença feminina é predominante em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Essa perspectiva sobre uma docência essencialmente feminina é importante para pensar o governo docente. A docência tem sido idealizada como um dom especial, baseada em princípios para além de uma relação profissional, tratada como dedicação, doação e amorosidade, como a de uma mãe para com seus filhos, trazendo o ideário de que as mulheres possuem características e habilidades consideradas mais adequadas ao trabalho com crianças e jovens.

Os autores Maria Cláudia Dal'Igna, Renata Porcher Scherer e Jonathan Vicente da Silva (2018) consideram que “precisamos criar condições para analisarmos de que maneiras essas normas de gênero estão implicadas na constituição de um modo de ser docente” (p. 127). Para os autores, naturalizamos a figura da mulher no exercício profissional e nas representações sociais sobre a docência, principalmente em relação ao amor e ao cuidado, buscando demonstrar como as questões de gênero estão envolvidas na educação e na docência.

A identidade profissional docente implica subjetividades e os modos de ser docente se articula a uma identidade coletiva da profissão, atravessada por questões sociais, políticas, econômicas e culturais historicamente produzidas. Portanto, pensar a população docente envolve múltiplos aspectos, inclusive a “marca histórica da docência como função maternal” (Dal’Igna; Scherer; Silva, 2018, p. 130).

As tramas e enredamentos da docência na contemporaneidade criam modos de ser docente que precisam ser submetidos a constante reflexão. Outra pesquisa das autoras Dal’Igna, Scherer e Silva (2020, p. 9) propõe “uma interpretação crítica e contemporânea do conhecido movimento chamado *feminização do magistério* e da associação produzida entre mulheres e docência”. O magistério passa a adotar características tipicamente femininas, com emoção, cuidado e proteção. A docência possibilitou à mulher uma profissão que poderia ser exercida “sem se desviar do seu suposto destino”, se referindo a maternidade e ao casamento. Existem várias razões que contribuem para a feminização do magistério, uma delas pode ser considerada a valorização social de determinadas profissões de acordo com estereótipos de gênero, as condições de trabalho e os salários mais baixos na área da educação em comparação com outras áreas também podem influenciar a predominância de mulheres no magistério, contribuindo com as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

O movimento pela valorização da docência como profissão faz a crítica ao trabalho docente advindo da feminização e das características de amor e cuidado na educação, pois seriam fatores que contribuiriam para uma concepção maternal da profissão, produzindo a desvalorização profissional e a precarização das relações de trabalho. Apesar da luta feminista em busca de igualdade, persiste na sociedade o entendimento do fazer docente ligado à função materna. Em resumo, a feminização do magistério é um fenômeno complexo, tem impactos significativos na educação e na sociedade como um todo, e requer uma reflexão crítica sobre as questões de gênero e de valorização do trabalho educativo.

O pesquisador Claudio Gerhardt⁴ (2020) em sua pesquisa intitulada *Cultura, representação e discurso: um estudo sobre o governo da docência na região da encosta da serra gaúcha* trata sobre a representação contemporânea maternal da docência em circulação na mídia local como uma rede de subjetivação. Para o autor, a representação maternal está “associada às práticas discursivas que as professoras, principalmente da educação infantil, precisam possuir as características ou a devoção de uma mãe” (p. 44). O conceito de

⁴ O pesquisador Claudio Gerhardt faz parte do nosso Grupo de Estudo e Pesquisa CNPQ em Educação Integral e Currículo: Dispositivos e Configurações dos Tempos e Espaços Escolares (GPEIC-UERGS), liderado pela minha orientadora Rochele da Silva Santaiana.

maternagem destaca a importância dos cuidados e do afeto da maternidade abrangendo as relações educacionais. A maternagem engloba não apenas os cuidados físicos, como alimentação e higiene, mas também o cuidado emocional, afetivo e psicológico, essenciais para o desenvolvimento saudável e integral da criança, práticas que podem ser exercidas por docentes na educação. Segundo Gerhardt (2020), “crescem as argumentações pela instrução feminina, sendo que os argumentos sempre vinculados às características maternas, fato esse que influencia diretamente nas representações da docência da época e as atuais” (p. 53).

As abordagens maternas nos remetem a uma docência essencialmente feminina, colocada como capacitada para compreender as necessidades e dificuldades dos/as estudantes e proporcionar um ambiente de aprendizagens para garantir as aprendizagens mesmo com as múltiplas diferenças cognitivas e sociais. As diferentes necessidades de aprendizagens dos/as estudantes é condição imposta ao fazer docente, que estabelece um envolvimento emocional para dar conta das singularidades, envolvendo afeto e individualização de uma ação que é essencialmente coletiva. Carlinda Leite (2018) alerta para que “está a ser seguida uma linha neoliberal que coloca aos professores o imperativo de resolverem problemas que exigem outras participações sociais” (p. 16). A pesquisa de Dal’Igna, Scherer e Silva (2020) sobre trabalho docente, gênero e políticas neoliberais e neoconservadoras segue essa mesma linha de raciocínio:

Seus esforços diários para ensinar e obter os resultados de aprendizagem desejados, independentemente das condições precárias de trabalho e de salário, da falta de financiamento da educação pública e da diminuição das políticas e dos programas de formação inicial e continuada, acarretam maior sobrecarga para essas mulheres professoras, uma vez que a elas é atribuída a responsabilidade por solucionar problemas de toda ordem (física, emocional, cognitiva). A professora precisa agir para controlar (reduzir) os riscos de um possível fracasso e, para isso, deve “[...] engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade” (Brasil, 2018, p. 55, grifo nosso) (*apud* Dal’Igna; Scherer; Silva, 2020, p. 10).

Não se argumenta a fragilização da profissionalização docente pautada pelo amor ao ofício, mas é preciso considerar as peculiaridades do neoliberalismo que perpassam pelo exercício da docência. O desafio posto é questionar os discursos tidos como verdades sobre a profissão e buscar outros modos de descrever e praticar a docência. Característica da sociedade contemporânea, a racionalidade neoliberal opera através da linguagem, que tem caráter constitutivo, por isso precisamos assumir que as questões de gênero são ferramentas das políticas educacionais no contexto atual. Pensar a docência na contemporaneidade é assumir as tramas históricas vivenciadas pelas mulheres. E, para seguir acreditando na profissão docente,

há de se entendê-la atravessada por questões políticas, sociais, econômicas e culturais, concebidas através de embates discursivos que lhe atribuem sentido e significado.

4.9 AS TRAMAS DA CONTEMPORANEIDADE LÍQUIDA E A LIQUEFAÇÃO DA DOCÊNCIA

Para contribuir com as considerações sobre a docência, me utilizo da metáfora da liquidez de Zygmunt Bauman (2001) para tecer as tramas e os entrecruzamentos dos cenários sociais, como a *modernidade líquida* e a docência. Quem somos nós, sujeitos docentes nessa sociedade líquida? Como somos constituídas e subjetivadas em tempos de racionalidade neoliberal? Dentro da perspectiva de liquidez, busco olhar as relações de poder-saber, orientadas por uma governamentalidade neoliberal, que produzem e governam a docência contemporânea num mundo líquido que “sedimentou uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos” (Bauman, 2001, p. 12).

A sociedade líquida regida pelo sistema capitalista neoliberal produz estratégias de poder-saber que capturam à docência, orientando as ações pedagógicas e a vida através de dispositivos voltados aos interesses de uma economia de mercado. A afirmação se baseia em Foucault (1989), que nos coloca que o poder sempre produz saber, pois “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (p. 30). O poder está esparramado por todo o tecido social e escoia por todos os cantos instituindo verdades sobre a docência, saberes que a constituem e determinam modos de ser docente na contemporaneidade. A docência é um alvo em potencial das relações de poder-saber, pois conhecimentos nunca são neutros e colocam em ação um poder discursivo que institui verdades no corpo social. As estratégias de poder-saber se utilizam cada vez mais de políticas públicas que estabelecem discursos sobre a população docente para governá-la.

A construção de uma identidade docente perpassa por diversos fatores que compõem a sua subjetividade; nos constituímos sujeitos docentes num mundo em transformação. Dispendi um breve exercício de análise trazendo algumas considerações quanto às mudanças no modo de produção e na economia que nos trouxeram até aqui.

Pensar a atualidade perpassa por compreender que a docência na contemporaneidade atua em uma sociedade liquefeita. O conceito de *sociedade líquida* de Bauman (2001) como uma metáfora nos remete “à mobilidade e a inconstância” (p. 8) que os líquidos possuem, diferentemente dos sólidos. Para Bauman (2001, p. 10), “o derretimento dos sólidos levou à

progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais. Sedimentou uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos”. Entendo indispensável levar em conta os novos cenários sociais da contemporaneidade marcada pela flexibilização e fluidez de uma sociedade líquida e os efeitos sobre a docência.

As reflexões sobre a docência devem levar a considerar as novas configurações sociais e econômicas de um mundo líquido, os novos arranjos advindos da sociedade contemporânea em que o modo de produção novamente se modifica, onde trabalho passa a ser imaterial. As autoras Dal’Igna, Scherer e Silva (2020) fazem referência a um tipo de capitalismo nesses novos tempos, o *capitalismo cognitivo*, um conceito que se refere à forma como o conhecimento é utilizado como recurso econômico, o trabalho intelectual e a produção de conhecimento são vistos como fontes de valor econômico e de vantagem competitiva. Basicamente, o capitalismo cognitivo é a produção e o uso do conhecimento na economia, enfatizando a importância do conhecimento e da informação na produção de riqueza e no desenvolvimento econômico. Para Dal’Igna, Scherer e Silva (2020, p. 16):

Os modos de produção fabris, hegemônicos nos séculos XIX e XX, perderam espaço, do final do século XX para o início do presente século, para outras formas de produção, como a prestação de serviços e o trabalho intelectual e cognitivo. Capitalismo cognitivo e capitalismo das emoções são conceitos cada vez mais estudados, a fim de compreender as extensões do capital e seus modos de produção sobre toda a forma de vida. Nesse contexto, os afetos e as emoções também sofrem alterações, pois passam a ser produzidos, geridos e consumidos.

As influências da racionalidade neoliberal e do capitalismo cognitivo como orientadoras do trabalho docente têm impactos significativos tanto nas práticas pedagógicas, como nas políticas educacionais. É preciso olhar como estrategicamente as políticas públicas contemporâneas têm se voltado à constituição da docência, pois a educação permeada pelo neoliberalismo traz consequências através de políticas que favorecem a privatização, a mercantilização, a competição no sistema educacional e a produção de capital humano, levando a uma diminuição do financiamento público para a educação, a precarização das condições de trabalho, a desvalorização profissional, a desigualdade de acesso a uma educação de qualidade e a liquefação da docência. O termo *liquefação da docência* foi utilizado por Alfredo Veiga-Neto (2017) para problematizar a educação num mundo líquido, onde tudo pode mudar, até a própria mudança é líquida, do que resulta na imprevisibilidade do momento atual.

A liquefação da docência nesses tempos líquidos pode ser compreendida através das transformações na prática docente, passando por um processo de liquidez, tornando-se mais fluida e adaptável às exigências da profissão na contemporaneidade. Segundo Dal’Igna, Scherer

e Silva (2020, p. 8), “o capitalismo se apropriou da polivalência, da multiatividade e da qualidade do trabalho feminino, buscando explorar a experiência das mulheres na histórica realização de suas tarefas nas esferas do trabalho reprodutivo e do trabalho doméstico”, ou seja, da docência vem sendo exigida a flexibilidade para dar conta de exigências além de sua formação acadêmica. Para Patrícia Regina Piovezan, Marcos Vinicius Francisco e Neusa Maria Dal Ri (2023, p. 6):

A flexibilização do trabalho é a versatilidade do professor, condição de profissional multitarefeiro que necessita preencher formulários, controlar a frequência, registrar as aulas, participar de diversos projetos escolares, reunir-se com os familiares dos alunos, participar de reuniões, discutir currículo, Projeto Político Pedagógico da escola, elaborar planos de aulas, corrigir trabalhos, provas, lecionar e, em diversos casos, estender a jornada de trabalho ao concluir suas atividades laborais em casa, nos finais de semana e feriados.

O trabalho é intensificado devido à desvalorização profissional e aos baixos salários. Esses são fatores que levam docentes a se desdobrar em carga horária, podendo chegar até 60 (sessenta) horas semanais, 12 (doze) horas diárias, muitas vezes acumulando jornadas diárias de três turnos, com dezenas de turmas, centenas de estudantes, e regularmente lecionando em mais de uma escola para dar conta da educação e do arrocho salarial a que estão submetidas, mesmo com formação acadêmica em nível superior. Para Piovezan, Francisco e Dal Ri (2023, p. 6):

Arrocho salarial é a corrosão dos salários dos professores, que sofrem o aviltamento da sua remuneração desde a década de 1970. Embora nos últimos anos a Lei 11.738 de 2008 (Brasil, 2009) e a meta 17 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) estabelecessem o piso salarial nacional e a progressiva valorização da carreira, os salários dos docentes permanecem inferiores aos dos demais profissionais que possuem formação superior.

No mesmo sentido, segundo Christian Laval (2019, p. 26):

Para ficarmos apenas nos fenômenos principais, o aumento do número de alunos no ensino fundamental, no médio e no superior é uma tendência de longa data em nossas sociedades. Ainda que se possa dizer que hoje ela conduz a uma massificação mal pensada, mal preparada e escassamente financiada, isso não é consequência de uma doutrina preestabelecida que visa resultados pré-programados. A escassez de recursos, a falta de docentes, a superlotação das classes, embora revelem uma lógica de empobrecimento dos serviços públicos, também se devem a uma velha tradição das elites econômicas e políticas, que, quando se trata da educação das crianças das classes populares, são generosas nos discursos e mesquinhas nos recursos financeiros.

A realidade educacional não é obra do acaso, é muito bem pensada e articulada, sendo a docência fabricada e governada; a governamentalidade neoliberal investe num modo de ser docente flexível e adaptável aos arranjos de uma sociedade liquefeita. Frente à configuração social líquido-moderna, o projeto neoliberal age por meio de dispositivos educacionais, fundamentais para a formação de determinados tipos de profissionais docentes destinados a implementar determinada política econômica. O olhar crítico sobre a docência é no sentido da capacitação para as exigências do mercado empresarial exaltando a eficiência, a produtividade, a inovação, a flexibilidade e o empreendedorismo que estão imbricadas à racionalidade neoliberal. São concepções educativas que tratam o desenvolvimento humano e as aprendizagens de forma padronizada, quantificada através de números e índices de rendimento e aprovação, e que responsabilizam a ação docente pelo desempenho dos/as estudantes e pelo sucesso ou fracasso da educação. As autoras Fernanda Wanderer, Juliana Veiga de Freitas e Maria Eduarda Leidens Prates (2022, p. 11) consideram que:

A docência possui o pesado encargo de se responsabilizar, incessantemente, pela reciclagem e constante qualificação do seu conhecimento, por melhores notas nas avaliações de larga escala, pela efetiva aprendizagem de seu aluno, por um planejamento de aula performático que dê conta da heterogeneidade de sua sala de aula, enfim, por uma “aprendizagem permanente” da sua profissão.

Qualquer reflexão sobre a docência exige o entendimento de que sua ação vai muito além da sala de aula, pois é uma atividade profissional complexa de socialização e preparação para o mercado trabalho, como a concepção disseminada pelo sistema capitalista. O trabalho docente exige uma multiplicidade de conhecimentos e habilidades: saberes científicos; organização curricular, com objetivos e planejamento pedagógico; gestão educacional; obediência a regulamentações de autoridades educacionais e governamentais; formação inicial e continuada; dentre outras. Assim, a docência não pode ser concebida como um trabalho reduzido apenas a ministrar aulas; segundo Maurice Tardif (2010), trata-se de um “trabalho multidimensional que incorpora elementos relativos à identidade pessoal e profissional do professor, à sua situação sócio profissional” (p. 17), ou seja, é composta de uma multiplicidade de variáveis e compreendida na sua constituição como sujeito.

A docência é uma prática uma atividade essencialmente humana, “um trabalho onde o trabalhador se relaciona com seu objeto de trabalho fundamentalmente através da interação humana” (Tardif, 2010, p. 22), pois seu objeto de trabalho é o ser humano, os sujeitos em desenvolvimento e o compromisso com a formação em seus diversos aspectos é o seu objetivo. A docência precisa ser compreendida como uma construção e, como tal, é constituída social e

historicamente. A nova ordem líquida-contemporânea modifica as práticas educacionais instituídas pela modernidade, causando impacto na docência devido às exigências de uma contemporaneidade líquida em constante movimento dinâmico. Os arranjos contemporâneos vêm implicando na constituição de uma docência governada, enredada em sua autonomia intelectual e profissional, assujeitada ao sistema capitalista e à lógica neoliberal.

4.10 COSTURAS DO GOVERNAMENTO BIOPOLÍTICO: INVESTIMENTOS EM CAPITAL HUMANO

Relacionar a docência ao capitalismo na contemporaneidade é ter o entendimento de que as nações não dependem mais do tamanho de seu território como antes, mas da qualificação dos seus recursos humanos. A educação do ser humano passa a representar um investimento importante para o desenvolvimento econômico de uma sociedade. A importância econômica da qualificação de trabalhadores/as não é novidade, mas é com a teoria do capital humano, desenvolvida por Theodoro Schultz (década de 1950 na Universidade de Chicago) que se passa a medir o valor da formação e da qualificação profissional como elemento essencial para alcançar o desenvolvimento econômico. Segundo Sylvio Gadelha (2009), a forma como biopolítica e a governamentalidade neoliberal agem através da educação segue o fio daquela “que se instituiu nos Estados Unidos da América, desde o início da década de 1960, particularmente sob influência das análises econômicas empreendidas pela Escola de Chicago, e que teve na teoria do capital humano uma de suas expressões mais pungentes” (p. 143). Pressupostos econômicos e o investimento na educação passam a ser entendidos como contribuições tanto para o desenvolvimento dos países, quanto da própria pessoa, relacionando a educação com a condição financeira das pessoas, atribuindo a responsabilidade do sucesso ou fracasso econômico unicamente aos indivíduos, sem considerar as inúmeras variantes sociais.

O conceito de capitalismo cognitivo caracteriza a sociedade contemporânea, pois é a transformação no modo de produção que valoriza mais o trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual, trazendo o conhecimento como base para a economia e para a produção de riqueza. Portanto, é condição essencial pensar a docência nesses novos tempos em que a educação desempenha um papel fundamental na sociedade. Dito de outra forma, o modo de produção dos séculos XIX e XX, centrado na manufatura das fábricas, dão lugar a prestação de serviços intelectuais, e o “capitalismo cognitivo e capitalismo das emoções são conceitos cada vez mais estudados, a fim de compreender as extensões do capital e seus modos de produção sobre toda a forma de vida” (Dal’Igna; Scherer, Silva, 2020, p. 16).

A profissão docente é um campo privilegiado para o capitalismo cognitivo e na constituição do capital humano na contemporaneidade atuando em dois sentidos: como agentes da racionalidade neoliberal para formação de capital humano e fazendo de si mesmo capital humano através do investimento em formação para a melhoria de renda.

Este ensaio segue na linha de compreensão de como os/as docentes fazem de si mesmo/a capital humano, considerando que a governamentalidade neoliberal incute essa vontade como um investimento no futuro. Para Gadelha (2009), é requisito desse novo capitalismo “mobilizar em seu favor a potência de individuação de cada um não é outra coisa senão uma das expressões do exercício do que Foucault chama de governamentalidade neoliberal” (p. 155). Essa nova forma de governamentalidade do tipo neoliberal dissemina preceitos econômicos como base da sociedade, tomando o autogoverno das pessoas de investir em si mesmas na qualificação educacional/profissional de forma estratégica para a constituição de *sujeitos empreendedores de si*, um “poder normativo, instituindo processos e políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em indivíduos-microempresas-empresendedores” (Gadelha, 2009, p. 144). Assim é constituída a docência, desde sua formação inicial à continuada, operacionalizada por dispositivos de governo, como políticas públicas e legislações, que instituem regras e modos de ser docente.

A teoria do capital humano possui raízes históricas e é fundamental para entender as políticas educacionais vigentes, podendo ser compreendida com uma forma através da qual a educação conforma as pessoas à economia, cada vez mais permeada por políticas de cunho neoliberal, fazendo das pessoas *colaboradoras* para o crescimento econômico através da qualificação obter renda. Para Gadelha (2009, p. 149), “a economia política passa a ter como objeto o comportamento humano, ou melhor, a racionalidade interna que o anima”, como uma norma econômica exercida sem a separação entre o indivíduo e o capital. Assim, a docência está atravessada por essa racionalidade neoliberal do *homo economicus*, fazendo de si mesmo capital humano e assumindo-se como investidor/a em sua formação e desenvolvimento profissional para obter lucro, “haja vista que passam a comportar a um só tempo um capital e uma renda” (Gadelha, 2009, p. 148).

A profissão docente tem sido afetada pela governamentalidade neoliberal e por preceitos econômicos e mercadológicos para a educação. A lógica mercadológica exige resultados que padronizam a educação através de índices e resultados, e o trabalho docente assume um novo enfoque, torna-se mais dinâmico, exigindo competências como desempenho e resultados que passam a compor a prática docente. O exercício da docência vem sendo cada vez mais regulado para obtenção de índices de desempenho, intensificando o trabalho para se alcançar metas cada

vez maiores como em uma empresa, desconsiderando que a educação é permeada por diferentes contextos socioeconômicos e que fatores como as desigualdades sociais podem influenciar no desempenho de estudantes.

Analisemos o conceito de *Docência S/A*, compreendida por Maria Cláudia Dal’Igna, Renata Porcher Scherer e Jonathan Vicente da Silva (2018) como uma analogia que relaciona a docência a uma empresa, com métodos, estratégias e resultados mensuráveis. Pode-se interpretar que isso enfatiza a eficiência, a organização e a produtividade, buscando alcançar objetivos mensuráveis, como se fosse uma empresa visando lucro. Nesse sentido, as autoras e o autor apontam que:

Analisar a docência contemporânea nos termos da sociedade anônima implica, pois, descrever a Docência S/A como um modo de vida, em que docentes devem assumir-se como acionistas do seu próprio trabalho que buscam produzir e acumular capital humano, investindo em sua qualificação profissional e, ao mesmo tempo, assumindo a responsabilidade por seus possíveis sucessos ou fracassos (Dal’Igna; Scherer; Silva, 2018, p. 58).

Essa forma de se fazer a educação conduz à precarização do exercício da docência e à desvalorização da profissão, e ainda “parece estar produzindo um esmaecimento da função coletiva da escola” (Dal’Igna; Fabris; Silva, 2018, p. 68). Nesse sentido, Gadelha (2009, p. 156) colabora:

De todo modo, os indivíduos e coletividades vêm sendo cada vez mais investidos por novas tecnologias e mecanismos de governo que fazem de sua formação e de sua educação, num sentido amplo, uma espécie de competição desenfreada, cujo “progresso” se mede pelo acúmulo de pontos, como num esquema de milhagem, traduzidos como índices de produtividade.

Nesse contexto, é tarefa intrínseca problematizar a forma com que as dimensões de uma racionalidade neoliberal são engendradas, tanto na formação como no exercício da docência, levando em consideração fatores como o gênero, a precarização do trabalho e a desvalorização profissional, pois o governmentação vai operar diferentemente segundo estes marcadores, colocando em jogo um poder-saber intrínseco aos nossos tempos que produz um determinado tipo de população docente. Compreendida como um pensamento político e econômico que governa a sociedade na contemporaneidade, a governamentalidade neoliberal instaura discursos e regimes de verdade sobre a docência através de dispositivos jurídicos. Pensar a constituição da docência contemporânea pela grade de inteligibilidade da racionalidade neoliberal nos permite perceber o governmentação da população docente engendrado em práticas de poder e saber através de normas que vão fabricando sujeitos docentes. As teorias foucaultianas nos

instigam a olhar as leis como regimes que instituem verdades e materializam uma docência governada. Nesse sentido, podemos considerar que as legislações são tecnologias que operam um poder-saber, agindo na constituição da docência ao instituir verdades que regulam os modos de ser docente. Para Ivana Almeida Serpa (2023), a racionalidade neoliberal nos dias atuais “constitui-se por um conjunto de regimes de verdade que governa os outros e produz os sujeitos em sua relação consigo, os quais naturalizam os discursos em circulação como verdade para a condução de suas vidas” (p. 49).

Entendo que olhar a docência no decorrer deste capítulo é um movimento importante para compreender as relações do contexto econômico e político na constituição de uma população de docentes alvo de governo biopolítico. Refletir como nos constituímos sujeitos docentes, e como a docência vem sendo governada, perpassa pela problematização das relações de poder-saber incutidas em discursos legais voltados para a profissionalização docente como campo de produção de capital humano. Precisamos sempre ter em mente que determinada racionalidade produz modos de conceber a sociedade e, em uma racionalidade neoliberal, a economia envolve a todos a partir da lógica empresarial, do mercado, do capital e da renda que mobilizam comportamentos e interesses em busca de aumentar capital humano. Foucault nos inspira a pensar a docência permitindo compreender a produção de modos de ser dessa profissão e refletir quem são esses/as sujeitos/as docentes, trabalhadores/as em educação que se tornam objeto da economia, investindo em si mesmas alinhadas ao jogo econômico.

5 A DOCÊNCIA ENREDADA E GOVERNADA EM SÃO LEOPOLDO

Contextuar historicamente a docência e sua relação com a conjuntura econômica perpassa por olhar um poder que se exerce sobre a vida dessa população e influencia o modo de ser docente na contemporaneidade. Com estas considerações, me lanço neste capítulo 6 ao exercício de tecer os fios que demonstram uma população docente da RME/SL governada por regimes jurídicos como dispositivos de governmentação biopolítica da docência, manifestada por meio de políticas públicas que visam controlar e regular o desempenho e a conduta docente. Portanto, o capítulo 6 se dedica a investigação documental dos aparatos legais que regem a docência no município de São Leopoldo: o Plano de Cargos e Carreiras (Lei Municipal nº 6.573/2008) e o Plano Municipal de Educação (Lei Municipal nº 8.291/2015). Essas são as principais legislações municipais que regulamentam a profissão docente e que serão utilizadas para demonstrar o governmentação biopolítica dessa população, seguindo os preceitos de Patrícia Santos Anflor e Rochele da Silva Santaiana (2020, p. 319) que consideram que “as relações de poder que são exercidas socialmente encontram nas políticas a possibilidade de efetivar o governmentação da população”.

Busco traçar reflexões sobre os enredamentos biopolíticos da docência na forma de como as leis e regulamentos governamentais são utilizados para conduzir a conduta docente no município de São Leopoldo em relação à formação de capital humano. Ferramentas essenciais para a implementação política do governmentação, as legislações municipais que tratam sobre a carreira docente como o PCC e o PME podem ser consideradas estratégias biopolíticas que regulam e controlam o modo de vida da população docente, tornando-a objeto do poder ao conduzir para uma qualificação profissional na medida em que a transforma em capital humano. Foucault nos leva a pensar o trabalho no campo da análise econômica, relacionando a conduta de trabalhadores/as na perspectiva do *homo economicus*, comportando-se a um só tempo como capital e renda, que investe em si mesmo para obter lucro, sendo elemento estratégico de uma governmentalidade biopolítica. Assim, veremos a seguir a análise das legislações que enredam a docência como estratégia de governmentação exercidas voltadas a uma lógica mercadológica que enfraquece a coletividade e desmobiliza o movimento sindical.

5.1 ARREMATES DO GOVERNAMENTO DA DOCÊNCIA EM SÃO LEOPOLDO

Como apresentado anteriormente, o governmentação biopolítico atua para controlar o comportamento docente e age por meio de dispositivos legais. Como já destacado, os sujeitos

da pesquisa são a população docente da Educação Infantil da RME/SL. Primeiramente, o exercício reflexivo é empreendido sobre o documento que regulamenta a docência no município de São Leopoldo: a Lei Municipal nº 6.573/2008 que estabelece o PCC dos/as trabalhadores/as em educação – docentes, institui o respectivo quadro de cargos e dá outras providências. Esta é a lei que disciplina o regime jurídico dos/as trabalhadores/as em educação docentes de São Leopoldo, seus direitos e vantagens, os deveres e as responsabilidades, em consonância com a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e demais legislações correlatas. Esse é um dos aparatos legais que elegi para análise, pois foi construído com amplo debate junto ao CEPROL Sindicato. Segundo Foucault (2005, p. 302), “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”.

Os quadros que seguem abaixo representam recortes do PCC que serviram para proceder um exercício analítico para compreender como se constitui a docência através de legislações e das exigências da formação profissional.

Quadro 16 – Plano de Cargos e Carreiras do Magistério de São Leopoldo

TÍTULO I: A CARREIRA DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DOCENTES	
CAPÍTULO I: DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS	
Art. 4º	A carreira dos Trabalhadores em Educação Docentes do Município tem como princípios básicos: II - habilitação profissional: condição essencial que habilite ao exercício do magistério através da comprovação de titulação específica; III - valorização profissional: condições de trabalho compatíveis com a dignidade da profissão, com aperfeiçoamento profissional continuado; V - progressão funcional na carreira, mediante avaliação de desempenho (tempo de serviço e merecimento) e habilitação; VI - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho;
CAPÍTULO III: DA ESTRUTURA DA CARREIRA DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DOCENTES	
Seção III: DA PROMOÇÃO POR DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL	
Art. 12	A promoção por Desenvolvimento Funcional será concedida ao trabalhador da educação docente que concluir habilitações, cursos de graduação e pós-graduação na área de educação, não exigidos para ingresso no cargo que ocupa.
Seção IV: DA PROGRESSÃO HORIZONTAL - MERECEMENTO	
Subseção I: DOS PADRÕES (Regulamentado pelo Decreto nº 7.208/2012).	
Art. 15	A carreira dos Trabalhadores em Educação Docentes é constituída pelo conjunto de cargos de Professor, estruturada em padrões de vencimento, designados por letras, a partir da letra A, diferenciados entre si com uma variação percentual mínima de 3% (três por cento), calculada sobre o vencimento básico do servidor.
Art. 19	Para fazer jus à progressão, o Trabalhador em Educação Docente deverá: I - cumprir o interstício mínimo de 1.095 (mil e noventa e cinco dias) de efetivo exercício no padrão de vencimento em que se encontra; II - obter, pelo menos, o grau mínimo para progressão quando da avaliação de seu desempenho pela Comissão de Desenvolvimento Funcional a que se refere a Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de São Leopoldo e de acordo com as normas previstas em regulamento específico.
Art. 20	§1º Merecimento é a demonstração, por parte do servidor, do cumprimento de seus deveres e eficiência no exercício do cargo ou função, bem como permanente esforço para o crescimento profissional, evidenciado por meio de constante atualização.
CAPÍTULO IV: DAS FÉRIAS E DO AFASTAMENTO	
Seção II: DO AFASTAMENTO	

Art. 87	Poderá ser concedida autorização especial de afastamento, nos seguintes casos: I - frequentar cursos de aperfeiçoamento e atualização, continuados, relacionados com a função exercida e que atendam ao interesse do ensino; II - integrar Comissão Especial ou grupo de trabalho, estudo ou pesquisa ou grupos-base para desenvolvimento de projetos específicos do setor educacional; III - ministrar cursos que atendam à programação do sistema de ensino; IV - participar de Congressos, Simpósios ou outras promoções similares em outros Estados ou no exterior, desde que referentes especificamente à função exercida e que atendam ao interesse do ensino.
----------------	--

Fonte: Lei Municipal nº 6.573/2008.

O quadro 16 mostra a estruturação da carreira docente do município de São Leopoldo em seus princípios básicos. O Art. 4º do PCC traz a exigência da habilitação e do aperfeiçoamento profissional continuado como condição essencial ao exercício do magistério, podendo compreender esta legislação como um dispositivo de poder-saber que institui verdades e produz modos de ser docente com determinada habilitação e que busca continuamente o seu aperfeiçoamento. O governamento aparece na legislação através do controle da vida docente ao exigir sua formação permanente, uma tecnologia biopolítica de dominação que produz modos de ser docente. É desta forma que o poder se exerce em nossas rotinas que julgamos neutras e que normalizamos sem colocá-las em suspeita. Destaco também neste artigo a regulamentação do período reservado a estudos incluído na carga horária de trabalho como investimentos do Estado na qualificação docente, podendo estar relacionada à formação de capital humano.

A promoção por Desenvolvimento Funcional, que está regulamentada no Art. 12, compreende a concessão à população docente de São Leopoldo que concluir habilitações em cursos de graduação e pós-graduação na área de educação, além dos exigidos para ingresso no cargo, a troca de nível na carreira, concedendo-lhe gratificações incorporadas à sua remuneração conforme a imagem 1 deste capítulo, que apresenta os vencimentos do magistério municipal. Este artigo submete as docentes a fazer de si mesmas capital humano. O neoliberalismo instaura o investimento educacional como estratégico para formação de capital humano, que nada mais é do que habilidades e competências de indivíduos orientados a tomar a si mesmo um capital através da capacitação profissional para obter melhor renda.

Os Arts. 15, 19 e 20 do PCC regulamentam a avaliação de desempenho que considera o tempo de serviço e o merecimento docente para progredir na carreira, instituindo padrões de vencimento conforme o avanço da letra, de acordo com o tempo de serviço e mediante avaliação de merecimento, sendo incorporado ao salário um percentual de 3% (três por cento) a cada avaliação. A docente é avaliada a cada 1.095 (mil e noventa e cinco dias) de efetivo exercício no padrão de vencimento, devendo obter um grau mínimo de desempenho de acordo com as normas previstas em regulamento específico. O merecimento é considerado a demonstração do cumprimento de deveres e eficiência no exercício do cargo ou função, bem como permanente

esforço para o crescimento profissional, evidenciado por meio de constante atualização. A exigência de formação e avaliação constante da profissional para progressão na carreira remete a uma certa meritocracia. Para Gadelha (2016, p. 160):

Isso remete à meritocracia, tal como pensada por esses teóricos neoliberais, e à possibilidade do estabelecimento de uma sociedade altamente diferenciada hierarquicamente, em que o status de cada um é determinado, em última instância, pelo grau e pela qualidade de capital humano que foi acumulado através da educação.

Ou seja, a avaliação constante de desempenho para progressão na carreira mediante merecimento e formação remete a racionalidade no neoliberal, que vem disseminando na sociedade princípios de uma economia de mercado onipresentes. O neoliberalismo governa por meio do Estado e através de políticas públicas que servem aos mercados, incorporando valores como produtividade, concorrência e individualismo como naturais, levando a docência a se tornar responsável por melhoria salarial através da formação permanente.

O Art. 87 regulamenta o afastamento de docentes para frequentar cursos de aperfeiçoamento e atualização, estudo e pesquisa, ministrar cursos, participar de congressos, simpósios etc. Podemos relacionar esse incentivo para a qualificação profissional da população docente à *biopolítica* que lida com a população como uma questão política, investimento político que visa conduzir a conduta de docentes para governar sua vida de forma individual e coletiva. Segundo Ivana Serpa (2023, p. 56), “o governo não prescinde de uma relação de violência que destrói, escraviza ou prende os corpos, ao contrário, para governar é preciso liberdade para que as possibilidades possam ser conduzidas nas ações de uns sobre os outros”. Assim, para incidir na condução da conduta são necessários dispositivos e estratégias que instituem regimes de verdade e sutilmente governam a ação docente, como os aparatos jurídicos para garantia de direitos.

Como sindicalista, sempre naturalizei as legislações como instrumentos de garantia de direitos, mas passei a reconhecer o PCC, que lutamos enquanto categoria para construir, uma estratégia da governamentalidade neoliberal. O PCC também pode ser entendido como uma tecnologia de poder-saber que se aplica à coletividade para produção de determinado sujeito docente, exercendo governo biopolítico sobre a população docente da Educação Infantil ao conduzir sua conduta através de políticas públicas de Estado orientadas pela lógica do mercado. Foucault nos fornece as ferramentas para compreender que mesmo que as políticas e as legislações sejam para resguardar direitos, elas também operam o governo biopolítico na medida em que submetem a população docente à racionalidade neoliberal, fazendo com que

se assumam como capital humano e invistam em si mesma para melhoria salarial. O Estado e as políticas públicas, além de legislar para a garantia de direitos, estão subjugadas ao capital e permeadas por interesses econômicos, que podemos compreender que enfraquecem a coletividade.

No quadro abaixo (quadro 17), procuro demonstrar o regime de trabalho da população docente da Educação Infantil de São Leopoldo, relacionado ao incentivo à formação permanente que, articulados, fazem parte de um conjunto de interesses com o objetivo de governar a população docente.

Quadro 17 – Plano de Cargos e Carreiras do Magistério de São Leopoldo

TÍTULO VI: DO REGIME DE TRABALHO	
CAPÍTULO I: DA JORNADA DE TRABALHO	
Art. 88	Parágrafo Único. Fica autorizado o cumprimento de até 60 (sessenta) horas semanais, no caso de acúmulo de dois cargos de Professor.
Art. 89	A jornada básica dos Trabalhadores em Educação Docente, do Ensino Fundamental, de Educação Infantil e da Modalidade EJA obedecerá a carga horária semanal do seu concurso, sendo no máximo 2/3 (dois terços) de carga horária para desempenho das atividades de interação com os estudantes e 1/3 (um terço) de hora atividade, sendo 60% (sessenta por cento) desta, compreendida em Local de Livre Escolha. § 1º As horas atividade de que trata o <i>caput</i> deste artigo serão destinadas a: I - Formação, pesquisa e estudo; II - Planejamento e avaliação do trabalho pedagógico; III - Reuniões pedagógicas; IV - Prestar colaboração com a administração da escola.
CAPÍTULO II: DA EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA	
Art. 92	A jornada básica do Professor será de 20 (vinte) horas semanais, podendo ser estendida para até 40 (quarenta) horas semanais no Ensino Fundamental e até 50 (cinquenta) horas semanais na Educação Infantil, em caráter precário, por prazo certo e transitório, sempre que as necessidades do ensino o exigirem.

Fonte: Lei Municipal nº 6.573/2008.

O quadro 17 demonstra o regime de trabalho da população docente da RME/SL. No Art. 87 verificamos a possibilidade de acúmulo de dois cargos de professor/a com o cumprimento de até 60 (sessenta) horas semanais. Para o/a docente que não possui dois cargos, o Art. 97 possibilita a extensão da sua carga horária em caráter provisório, de acordo com as necessidades do ensino. Essa dedicação exclusiva ao trabalho é própria da racionalidade neoliberal que incentiva a docência a dedicação total à profissão, desempenhando padrões exigidos pela lógica empresarial. A docência precisa ser olhada através das questões de gênero de uma profissão exercida essencialmente por mulheres. Pensar a docência feminina é refletir uma relação profissional tratada como doação, idealizando as características femininas para o exercício da docência. Essas mulheres docentes submetidas ao desdobramento de carga horária evidencia o preço que a racionalidade neoliberal cobra dos sujeitos, levando a população docente ao

esgotamento e ao adoecimento, tendo como consequência a desmobilização do movimento sindical.

No Art. 89 temos na jornada básica dos/as docentes de São Leopoldo e a garantia da Hora Atividade, conforme a Lei do Piso (Lei Federal nº 11.738/2008), correspondendo a 1/3 (um terço) de sua carga horária para formação, pesquisa, estudo etc. Deste período de 1/3 de hora atividade, o percentual de carga horária de 60% (sessenta por cento) é realizado em local de livre escolha. Identifica-se neste artigo que há um período da carga horária de trabalho remunerado destinado à qualificação profissional que vai de encontro com todo o investimento do Estado em governmentação biopolítica, mostrando como a docência tem sido enredada pela legislação e assim governada para a produção de capital humano. Temos aqui um aparato legal capturado pelas teias da governamentalidade neoliberal, uma racionalidade que compreende os/as docentes como sujeitos de direitos, mas que também rege sua conduta orientando políticas públicas como mecanismos que funcionam dentro de uma lógica de mercado.

Abaixo apresento a Tabela de Vencimentos do quadro permanente do magistério municipal de São Leopoldo, com a vigência de abril de 2023, demonstrando os salários da população docente da RME/SL de acordo com o nível de formação e o padrão elencados e analisados acima. A Tabela de Vencimentos (imagem 1) é parte do PCC e é reajustada anualmente com a revisão dos salários que tem a data-base em 10 de abril, conforme Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Leopoldo (Lei Municipal nº 6.055/2006).

Figura 1 – Tabela de Vencimentos do Quadro Permanente do Magistério Municipal de São Leopoldo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LEOPOLDO																
TABELA DE VENCIMENTOS "MAGISTÉRIO" - LEI Nº 6573/2008																
VIGÊNCIA ABRIL 2023 (9º LEI Nº 9.812 DE 19 DE MAIO DE 2023)																
5- MAGISTÉRIO/SUPERIOR - 20H																
PADRÃO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	
1- BÁSICO	2.239,62	2.306,94	2.376,04	2.447,30	2.520,72	2.596,36	2.674,20	2.754,44	2.837,08	2.922,18	3.009,96	3.100,14	3.193,14	3.288,94	3.387,60	
3- LICENCIATURA 20%	2.687,53	2.768,15	2.851,25	2.936,76	3.024,86	3.115,63	3.209,09	3.305,39	3.404,62	3.506,65	3.611,88	3.720,24	3.831,83	3.946,79	4.065,19	
4- ESPECIALIZAÇÃO 10%	2.956,33	3.045,01	3.136,38	3.230,50	3.327,42	3.427,20	3.530,02	3.635,93	3.745,02	3.857,37	3.973,08	4.092,27	4.215,05	4.341,50	4.471,75	
5- MESTRADO 10%	3.251,94	3.349,48	3.449,97	3.553,45	3.660,05	3.769,85	3.882,96	3.999,45	4.119,43	4.243,01	4.370,33	4.501,42	4.636,46	4.775,55	4.918,82	
6- DOUTORADO 10% P5	3.577,14	3.684,47	3.794,99	3.908,84	4.026,10	4.146,89	4.271,27	4.399,40	4.531,39	4.667,30	4.807,35	4.951,59	5.100,13	5.253,13	5.410,73	
7- MESTRADO S/ ESPEC 15% P3	3.090,67	3.183,40	3.278,90	3.377,29	3.478,62	3.583,01	3.690,50	3.801,23	3.915,28	4.032,75	4.153,72	4.278,33	4.406,68	4.538,88	4.675,05	
8- ESPEC APOS MESTRADO 5% P7	3.245,24	3.342,60	3.442,87	3.546,18	3.652,56	3.762,15	3.875,04	3.991,30	4.111,04	4.234,38	4.361,43	4.492,27	4.627,03	4.765,84	4.908,82	
9- CLTS EM EXTINÇÃO									3.212,63	3.308,89	3.408,16					
10- DOUTORADO C/ MEST S/ ESPEC 10% P7	3.399,76	3.501,77	3.606,83	3.715,05	3.826,50	3.941,31	4.059,55	4.181,35	4.306,78	4.436,01	4.569,09	4.706,18	4.847,37	4.992,79	5.142,57	
11- DOUTORADO C/ ESPEC APOS MESTR 10% P8	3.669,76	3.676,86	3.787,16	3.900,78	4.017,80	4.138,34	4.262,49	4.390,36	4.522,07	4.657,73	4.797,46	4.941,39	5.089,62	5.242,31	5.399,58	
6- MAGIST. LIC. CURTA- 20 H																
PADRÃO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	
2- LIC. CURTA BÁSICO	2.416,99	2.489,49	2.564,21	2.641,12	2.720,35	2.801,97	2.885,98	2.972,58	3.061,75	3.153,59	3.248,23	3.345,66	3.446,02	3.549,40	3.655,88	
13- LIC. CURTA PLENA 20%	2.900,40	2.987,42	3.077,07	3.169,40	3.264,48	3.362,41	3.463,29	3.567,19	3.674,24	3.784,48	3.898,01	4.014,96	4.135,40	4.259,46	4.387,25	
14- LIC. CURTA ESPECIALIZAÇÃO 10%	3.190,47	3.286,18	3.384,77	3.486,32	3.590,91	3.698,64	3.809,62	3.923,90	4.041,65	4.162,89	4.287,79	4.416,43	4.548,92	4.685,39	4.825,95	
15- LIC. CURTA MESTRADO 10%	3.509,51	3.614,81	3.723,27	3.834,96	3.950,02	4.068,54	4.190,58	4.316,32	4.445,81	4.579,20	4.716,58	4.858,09	5.003,84	5.153,95	5.309,27	
16- LIC. CURTA DOUTORADO 10% P15	3.860,45	3.976,26	4.095,55	4.218,42	4.344,97	4.475,32	4.609,58	4.747,86	4.890,30	5.037,01	5.188,12	5.343,77	5.504,08	5.669,20	5.839,27	
17- LIC. CURTA MESTR S/ ESP 15% P13	3.335,45	3.435,51	3.538,58	3.644,74	3.754,09	3.866,69	3.982,70	4.102,18	4.225,24	4.352,00	4.482,56	4.617,04	4.755,55	4.898,22	5.046,16	
18- LIC. CURTA ESPEC APOS MESTRADO 5% P17	3.502,22	3.607,28	3.715,50	3.826,96	3.941,77	4.060,02	4.181,83	4.307,28	4.436,50	4.569,60	4.706,68	4.847,88	4.993,33	5.143,13	5.297,42	
19- DOUTORADO C/ MEST S/ ESPEC 10% P17	3.668,99	3.779,06	3.892,44	4.009,21	4.129,49	4.253,37	4.380,97	4.512,40	4.647,77	4.787,21	4.930,82	5.078,74	5.231,11	5.388,05	5.549,69	
20- DOUTORADO C/ ESPEC APOS MESTR 10% P18	3.852,43	3.968,01	4.087,04	4.209,65	4.335,95	4.466,02	4.600,01	4.738,01	4.880,15	5.026,55	5.177,34	5.332,66	5.492,65	5.657,42	5.827,15	
8- EDUCAÇÃO INFANTIL - 30H																
PADRÃO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	
1- BÁSICO	3.361,16	3.461,97	3.565,84	3.672,81	3.783,00	3.896,51	4.013,36	4.133,76	4.257,77	4.385,52	4.517,08	4.652,09	4.792,18	4.935,94	5.084,02	
2- LICENCIATURA 20%	4.033,39	4.154,41	4.279,03	4.407,38	4.539,60	4.675,80	4.816,13	4.960,61	5.109,43	5.262,69	5.420,58	5.583,21	5.750,70	5.923,22	6.100,92	
3- ESPECIALIZAÇÃO 10%	4.436,75	4.569,82	4.706,93	4.848,16	4.993,60	5.143,39	5.297,70	5.456,61	5.620,35	5.788,94	5.962,61	6.141,48	6.325,72	6.515,49	6.710,95	
4- MESTRADO 10%	4.880,38	5.026,82	5.177,59	5.332,95	5.492,95	5.657,67	5.827,43	6.002,26	6.182,32	6.367,78	6.558,82	6.755,60	6.958,26	7.167,01	7.382,02	
5- DOUTORADO 10% P4	5.368,42	5.529,48	5.695,39	5.866,24	6.042,22	6.223,48	6.410,16	6.602,47	6.800,57	7.004,56	7.214,70	7.431,13	7.654,08	7.883,70	8.120,21	
6- MESTRADO S/ ESPEC 15% P2	4.638,42	4.777,58	4.920,91	5.068,55	5.220,60	5.377,25	5.538,57	5.704,75	5.875,90	6.052,19	6.233,77	6.420,80	6.613,43	6.811,83	7.016,19	
7- ESPEC APOS MESTRADO 5% P6	4.870,34	5.016,44	5.166,93	5.321,94	5.481,60	5.646,04	5.815,43	5.989,88	6.169,58	6.354,68	6.545,32	6.741,68	6.943,92	7.152,24	7.366,80	
8- DOUTORADO C/ MEST S/ ESPEC 10% P6	5.102,26	5.256,33	5.413,00	5.573,58	5.742,64	5.914,92	6.092,37	6.275,15	6.463,39	6.657,30	6.857,01	7.062,73	7.274,60	7.492,84	7.717,63	
9- DOUTORADO C/ ESPEC APOS MESTR 10% P7	5.357,37	5.518,09	5.683,63	5.854,15	6.029,76	6.210,66	6.396,98	6.588,88	6.786,56	6.990,16	7.199,85	7.415,85	7.638,33	7.867,48	8.103,50	
13- EDUCAÇÃO INFANTIL - 25 H																
PADRÃO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	
1- LICENCIATURA	3.361,14	3.462,00	3.565,84	3.672,81	3.783,00	3.896,51	4.013,36	4.133,76	4.257,77	4.385,52	4.517,08	4.652,09	4.792,18	4.935,94	5.084,02	
2- ESPECIALIZAÇÃO 10%	3.697,28	3.808,21	3.922,47	4.040,16	4.161,36	4.286,23	4.414,85	4.547,28	4.683,71	4.824,23	4.968,95	5.118,04	5.271,58	5.429,73	5.592,62	
3- MESTRADO 10%	4.067,01	4.189,06	4.314,72	4.444,19	4.577,50	4.714,86	4.856,31	5.002,02	5.152,08	5.306,64	5.465,87	5.629,83	5.798,73	5.972,69	6.151,87	
4- DOUTORADO 10%	4.473,73	4.607,94	4.746,20	4.888,58	5.035,23	5.186,31	5.341,92	5.502,19	5.667,26	5.837,29	6.012,42	6.192,79	6.378,57	6.569,92	6.767,02	
5- MESTRADO S/ ESPEC 15% P1	3.865,31	3.981,27	4.100,70	4.223,73	4.350,43	4.480,96	4.615,38	4.753,84	4.896,45	5.043,36	5.194,65	5.350,49	5.511,00	5.676,33	5.846,62	
6- ESPEC APOS MESTRADO 5% P5	4.058,57	4.180,32	4.305,74	4.434,90	4.567,95	4.704,99	4.846,14	4.991,52	5.141,27	5.295,51	5.454,38	5.618,01	5.786,55	5.960,14	6.138,95	
7- DOUTORADO C/ MEST S/ ESPEC 10% P5	4.251,83	4.379,39	4.510,77	4.646,10	4.785,49	4.929,05	5.076,91	5.229,23	5.386,10	5.547,68	5.714,12	5.885,54	6.062,11	6.243,97	6.431,29	
8- DOUTORADO C/ ESPEC APOS MESTR 10% P6	4.464,43	4.598,36	4.736,31	4.878,40	5.024,75	5.175,50	5.330,77	5.490,68	5.655,41	5.825,07	5.999,81	6.179,81	6.365,21	6.556,17	6.752,85	

Fonte: Lei Municipal nº 6573/2008.

A imagem da Tabela Salarial demonstra a carreira inicial (letra A), de professores/as conforme a sua carga horária e progressão na carreira. O salário mais alto da tabela é de R\$ 8.103,50 para 30 (trinta) horas semanais, com formação em doutorado com especialização após mestrado, estar na letra “O” que significa ter 45 anos de tempo de serviço. Para que o/a docente possa ter um salário melhor, é conduzida a acumular carga horária de trabalho semanal e ter avanço na formação. A Tabela Salarial demonstra essa exigência de formação e de desdobramento de carga horária para que essa profissional possa melhorar sua condição social. Foucault (2008b) nos faz pensar que “o salário não é nada mais que a remuneração, que a renda atribuída a certo capital, capital esse que vai ser chamado de capital humano na medida em que, justamente, a competência-máquina de que renda não pode ser dissociada do indivíduo humano” (311-312).

Como vimos anteriormente na pesquisa, na lógica neoliberal, o indivíduo se assume como capital e investe em si mesmo para obter um retorno de renda. No PCC, é incentivado o/a docente a investir em si mesmo/a para melhoria salarial, sendo o salário um produto e uma renda do capital. Ao investir em si mesmo para melhoria salarial, a população docente é transformada em capital humano e inserida num jogo de interesses “tal como os economistas o

fazem funcionar uma mecânica totalmente diferente dessa dialética do sujeito de direito, já que é uma mecânica egoísta” (Foucault, 2008b, p. 375) tal qual a agenda neoliberal que incentiva a individualidade em detrimento da coletividade. Mas não somente o indivíduo investe em si mesmo, há toda uma tática de governo para formar esse capital humano com o incentivo, mas também o investimento de recursos públicos do Estado para a qualificação profissional. Não entendendo os regramentos e a burocracia como algo ruim, mas compreender que são eles que organizam o que esperar dos sujeitos, ao mesmo tempo que assujeitam a uma conduta necessária no regime de trabalho.

O Estado está submetido a interesses sociais, políticos, mas também econômicos. Foucault (2008b) nos diz que o Estado “não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” (p. 106), ele possibilita a governamentalidade neoliberal, que governa por meio de políticas públicas. Para a docência, as estratégias de governo perpassam pelos interesses e necessidades dessa categoria, garantindo o controle e a produtividade dessa população. Assim, procurei por mais políticas públicas no município que tivessem esse mesmo mote para confirmar minha suspeita, elegendo um outro aparato legal para lançar o olhar investigativo que considero importante, que é o PME (Lei Municipal nº 8.291/2015).

O PME é evidenciado como o documento legal que está em consonância com o PNE (Lei Federal nº 13.005/2014). O PME/SL foi debatido e construído coletivamente por diversos segmentos da sociedade e propõe um conjunto de metas e estratégias de políticas públicas que abrangem todas as etapas e modalidades do processo de ensino e aprendizagem, da educação Infantil ao Ensino Superior. O PME/SL foi organizado e realizado pelo FME/SL, um coletivo representativo composto por segmentos de órgãos públicos e da sociedade civil, segmentos da educação e movimentos sociais como o sindicato. O PME/SL possui 20 metas com diversas estratégias e, para o exercício de análise, vou considerar as partes que remetem ao incentivo à qualificação e formação docente da Educação Básica e da Educação Infantil.

No quadro abaixo, estão elencados os recortes submetidos à análise:

Quadro 18 – Plano Municipal de Educação de São Leopoldo

METAS	ESTRATÉGIAS
META 16: Formar, em nível de pós-graduação 50% (cinquenta por cento) dos docentes que atuam na educação básica	16.3) garantir e implementar no prazo de 2 (dois) anos, a partir da aprovação deste, programa municipal de formação continuada e formação em nível de pós-graduação para profissionais da educação, através de convênios, auxílio-universidade e/ou parcerias com instituições de ensino técnico e superior para garantia do cumprimento desta meta;

	16.4) implementar, no prazo de 2 (dois) anos política de oferta de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu à profissionais da educação básica das redes públicas, incluindo recursos públicos para a ampliação desta estratégia;
META 18: Adequação do plano de carreira dos profissionais da educação básica pública dos sistemas de ensino.	18.2) Prever, no plano de carreira dos profissionais da educação básica pública do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação lato sensu e stricto sensu;

Fonte: Lei Municipal nº 8.291/2015.

O quadro acima (quadro 18) apresenta duas metas que tratam de estratégias do PME/SL para incentivo à formação docente e adequação em regime jurídico para liberação para qualificação profissional. Esse é um documento que organizou uma série de tecnologias para administrar a conduta docente, trazendo à luz um conjunto de discursos e práticas que, disseminadas no tecido social, governam a docência na Educação Básica. O arranjo desse mecanismo propõe diretrizes para promover e fortalecer a formação inicial e continuada de docentes, o que pressupõe investimentos de recursos públicos, evidenciando o interesse do Estado em produzir determinado tipo de profissional. Outro ponto em que aparece a noção de capital humano, que representa “o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem” (Foucault, 2008b, p. 318), podendo ser considerado o valor agregado ao profissional em relação às suas habilidades e conhecimentos.

A meta 16 que aponta a formação em nível de pós-graduação de 50% (cinquenta por cento) dos/as docentes que atuam na Educação Básica foi atendida no município de São Leopoldo, inclusive utilizando a estratégia 16.4 de ofertar de bolsas de estudo a nível de mestrado a partir 2023. A meta 18 de adequação do plano de carreira dos/as profissionais da Educação Básica pública dos sistemas de ensino prevendo licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional também foi cumprido. O que podemos entender é que há a garantia de direitos e de incentivo à formação, mas também há uma estratégia biopolítica que tem a população docente como alvo central da ação governamental. Segundo Santos (2022), o conceito de biopolítica é uma ferramenta importante, “pois possibilita pensar no investimento político, no qual, buscam orientar as ações dos docentes, para então, governar a vida e o corpo da população” (p. 41).

A biopolítica está inscrita como a “arte de governar”, mais precisamente designada como *governamentalidade* (Gadelha, 2009, p. 119). Para melhor compreender as emergências da contemporaneidade que despontam a constituição de uma população docente governada por regimes jurídicos, é importante se ater aos efeitos da governamentalidade do tipo neoliberal. Os regimes jurídicos são potentes instrumentos biopolíticos de governo para a formação de

capital humano. As políticas públicas que regulamentam a educação são dispositivos de poder-saber que produzem a docência e colocam em marcha discursividades contemporâneas que instituem verdades e, como na lógica do mercado, os conhecimentos são capital a ser investido. Permeados pela racionalidade neoliberal, os dispositivos legais são capazes de subjugar a todos/as, conduzindo condutas de formação docente e qualificação profissional para o aumento da renda no sentido de transformar a docência contemporânea em empreendedora de si mesmo, individualizando e capturando o comum da luta coletiva por direitos.

Foucault nos diz que o poder é disperso, não atua de cima para baixo e não pode ser tomado como tendo origem no Estado ou em legislações, ele “se exerce difusamente, aqui e ali, sem que esses pontos possam ser fixados de antemão, e de uma vez por todas” (Gadelha, 2009, p. 39). Para regular o exercício de poder, o Estado governa de acordo com seus dispositivos legais. Assim, me utilizei das legislações municipais que regulamentam a carreira docente para compreender como a governamentalidade neoliberal, que atua por meio de legislações o governo biopolítico, regula a conduta docente da educação da RME/SL e produz capital humano. Essas considerações me remetem à desmobilização da categoria, que mesmo docentes estando filiadas ao sindicato, como demonstrado no capítulo anterior, se encontram governadas por dispositivos legais de garantia de direitos que individualizam ao estabelecer princípios de mercado, como empreender investindo em capital humano, e desmobilizam a coletividade.

Segundo Gadelha (2009), os valores econômicos passam a fazer parte de todos os domínios da vida social e se fortalecem por um “poder normativo, instituindo processos e políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em *indivíduos-microempresa-empresendedores*” (p. 144, grifos do autor). Esses são fatores podem ser considerados propulsores da desmobilização da luta coletiva, já que é próprio do neoliberalismo o individualismo, a competição e os princípios de mercado em detrimento da unidade da coletividade e da luta pelo comum.

6 COSTURANDO OS FIOS: NARRATIVAS DOCENTES

Anteriormente, demonstrei que o poder é difuso, que relações de poder e saber estão presentes em políticas públicas como o PCC/SL e o PME/SL e que a docência é alvo de governo biopolítico por dispositivos jurídicos que regulamentam a educação e garantem direitos de profissionais. A ferramenta analítica do governo me permitiu olhar os regimes jurídicos como estratégias biopolíticas de controle da população de docentes da Educação Infantil, a partir do incentivo a formação continuada para a produção de capital humano, problematizando políticas públicas construídas coletivamente com o movimento sindical. Ao pensar as condições de possibilidade de uma nova economia de poder que se configura na contemporaneidade com o capitalismo tomando o corpo social como uma estratégia biopolítica como tecnologia de poder-saber que governa o comportamento docente e, por isso, entendi a necessidade de aprofundamento das investigações da pesquisa.

Assim, para compreender como circulam as discursividades que colaboram com os regimes de verdade na RME/SL, decidi me aproximar dos sujeitos de pesquisa e realizar a metodologia da Roda de Conversas, seguindo as orientações da banca de qualificação, sendo este capítulo destinado a análise das narrativas docentes. A Roda de Conversas foi idealizada como uma técnica para possibilitar pautar questões sobre a docência e o movimento sindical, no sentido de coletar as percepções de professoras da Educação Infantil e proceder a análise discursiva. O intuito foi mapear falas que remetem ao problema de pesquisa. Como a metodologia da Roda de Conversas envolve pesquisa com seres humanos, me organizei para submissão e aprovação do projeto pelo CEP da UERGS. A metodologia da Roda de Conversas possibilitou criar um espaço de diálogo e de escuta, constituindo-se como um potente instrumento de compreensão de processos de construção desta determinada realidade, deste grupo específico de docentes.

A Roda de Conversas “A luta coletiva em perspectiva” foi realizada no dia 27 de junho, às 18 horas, através de plataforma virtual (Google Meet), que permitiu a gravação da reunião e o armazenamento do arquivo, facilitando o processo de transcrição das falas para análise posterior. Foram convidadas participar do encontro 10 (dez) professoras de Educação Infantil da RME/SL, 06 (seis) estiveram presentes. A Roda de Conversas foi organizada para acontecer numa carga horária total de duas horas, sendo combinado com o grupo na abertura dos trabalhos os tempos de fala de cada uma e o prazo máximo de término do encontro, que foi respeitado, ficando a gravação em 1 hora e 44 minutos. A Roda de Conversas promoveu o diálogo e a reflexão acerca das condições de trabalho e de vida que a o sistema capitalista, regido por uma

racionalidade neoliberal, imputam à sociedade e a população docente, produzindo discursividades docentes que serviram como material empírico desta pesquisa.

Para proceder a coleta de dados e a análise discursiva, busquei seguir alguns passos: fiz transcrição completa das falas das participantes e busquei o que entendi mais relevante para a pesquisa relacionado às minhas ferramentas teórico-analíticas: a *grade de inteligibilidade da racionalidade neoliberal* e o conceito de Foucault de *governo biopolítico*. As análises vão ao encontro do problema de pesquisa, buscando reconhecer nas narrativas docentes as estratégias de governo exercidas que provocam a (des)mobilização no movimento sindical e de busca coletiva de direitos.

A primeira parte da Roda de Conversas foi de abertura com as boas-vindas, as apresentações e as combinações iniciais. No desenvolvimento dos trabalhos, foram apresentados cinco questionamentos: 1) Por que trabalhamos tanto?; 2) Qual a importância de investir em formação profissional?; 3) O que entende por direitos?; 4) Para que serve o sindicato?; 5) Acreditam na luta coletiva?. Assim, para proceder a análise discursiva das falas das docentes na Roda de Conversas, construí material empírico por meio das respostas, na emergência de discursos, elaborando um conjunto de unidades analíticas: alinhamentos discursivos da racionalidade neoliberal, narrativas de governo biopolítico e a luta coletiva em perspectiva, conforme descrição nos quadros abaixo. Para preservar o anonimato das professoras, vou me referir a elas na descrição pela primeira letra de seu nome.

Quando perguntadas sobre “por que trabalhamos tanto?”, obtive um conjunto de respostas, identificando nas falas os alinhamentos discursivos com a racionalidade neoliberal. Assim, apresento abaixo o quadro 19 com a transcrição das narrativas docentes que remetem à lógica neoliberal, para em seguida proceder a análise.

Quadro 19 – Narrativas docentes (Parte 1)

ALINHAMENTOS DISCURSIVOS DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL
Professora C: [...] pensei bastante nas questões neoliberais e no tipo de tempo que a gente vive hoje, tão liquefeito, tão rápido onde a gente está em constante atividade laboral.
Professora D: [...] estamos sempre trabalhando e principalmente o trabalho do professor muito fora do seu espaço de prática [...].
Professora A: A sensação que tenho é que parece que estamos sempre em débito, com alguém, com alguma coisa, com o nosso próprio trabalho. [...] junto às nossas famílias a gente continua trabalhando, pensando na escola [...].
Professora E: [...] a gente fica com aquela coisa assim pensando que está faltando alguma coisa, a gente sai da escola pensando nisso e tem essa cobrança que parece que nunca é o suficiente, parece que gente sempre está devendo, a devendo horas, tá devendo atividades com as crianças [...].

ALINHAMENTOS DISCURSIVOS DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Professora R2: Os discursos neoliberalistas nos conduzem a fazer isso e pensar que esta sempre devendo algo a alguém e tem que melhorar e tem que ir em busca para as coisas estarem melhores.

Professora C: [...] as pessoas ficam muito individualistas, que tem a ver com a racionalidade neoliberal, de pensar muito em ti, investir em ti e não compartilha com colegas o teu saber [...].

Professora I: [...] e outro fator é a nossa carga horária bastante puxada, bastante elevada, acho que a grande maioria na rede possui 50 horas, as vezes tu tens vontade (de fazer cursos melhores como o mestrado), mas não tem pernas para tudo, tu não dás conta.

Professora C: Fiquei pensando que esses cursos rápidos também e que qualquer pode ministrar e é fácil certificar, também é uma lógica do mercado, porque é mais lucrativo ter muitos cursos que dão dinheiro do que ter uma educação de qualidade.

Professora C: Só que as pessoas estão tão individualistas, tão funcionando nessa lógica nessa racionalidade de que eu tenho que cuidar de mim, eu tenho o meu horário, que ele esquece que para conseguir alguma coisa melhor no trabalho ela precisa de uma luta, uma luta coletiva e não individual.

Professora D: [...] isso enfraquece o coletivo por isso que eu volto a questão da comunidade, comunhão de estarmos nessa questão de solidariedade. Não é a questão de solidariedade de dar alguma coisa pro outro, mas de estar com o outro na luta. E só pra complementar, o pensamento neoliberal enfraquece isso, principalmente quando coloca aquelas questões de meritocracia. Isso acaba com o coletivo, acaba com a questão de eu estar ali junto com o outro pra lutar por condições melhores é zero. Eu tô aqui fazendo o meu, tenho mais mérito que ele, pois estou trabalhando mais, fazendo mais cursos, então é mérito meu, na luta coletiva não quero me envolver, não preciso disso porque eu tenho mais mérito do que o colega. Tem muito a ver com essa questão do neoliberalismo.

Fonte: Autora (2024).

As docentes da Educação Infantil demonstram em suas falas os atravessamentos da racionalidade neoliberal. A professora “C” aponta que se sente em constante atividade laboral, acompanhada pela fala de “D” que concorda e acrescenta que o trabalho docente vai além do seu espaço de prática, seguido por “A” que traz a sensação constante de débito com o trabalho, assim como “E”. A professora “R2” coloca que o neoliberalismo nos conduz a estar sempre em busca. Essas narrativas são muito significativas, pois comprovam o alinhamento neoliberal que exige da docência dar conta de uma série de afazeres muito além das suas atribuições, se colocando em constante trabalho. Esse tipo de discurso se relaciona à racionalidade neoliberal, uma ótica empresarial pautada na dedicação total, em que os sujeitos dispõem seu tempo de vida além do trabalho, se colocam numa busca constante por produtividade e uma sensação de dívida. Segundo Dardot e Laval (2016a, p. 14):

[...] com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais

profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa.

Nas falas das professoras “C” e “D” percebe-se a compreensão do individualismo e do investimento em si, próprios da racionalidade neoliberal, que enfraquecem a luta coletiva. O neoliberalismo é uma racionalidade que leva a determinados modos de ser e de pensar afeitos aos interesses econômicos e de mercado. O poder econômico e os princípios mercadológicos se deslocam do campo econômico para a esfera social e “ganham um forte poder normativo, instituindo processos e políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em *indivíduos-microempresas-empresendedores*” (Gadelha, 2009, p. 143-144, grifos do autor). Essas narrativas docentes expõem o governo da docência nos moldes do ideário neoliberal, em que população docente é subjetivada a uma busca permanente por resultados como em uma empresa, causando cansaço e conformando, podendo ser considerado uma estratégia que enfraquece a mobilização.

As narrativas das professoras “C” e “D”, de que as colegas não compartilham seus saberes, apontando a meritocracia como um ponto de desmobilização da luta coletiva, denota o individualismo e a competição docente, podendo ser relacionadas à racionalidade neoliberal que naturaliza princípios econômicos e de gestão empresarial. Gadelha (2009) colabora colocando que “os indivíduos e coletividades vem sendo cada vez mais investidos por novas tecnologias e mecanismos de governo que fazem de sua formação e de sua educação, num sentido amplo, uma espécie de competição desenfreada” (p. 156). O individualismo e a competição que aparecem nas falas das docentes podem ser considerados para justificar a desmobilização coletiva e apontam para o governo biopolítico dessa população, submetida a uma racionalidade governamental neoliberal estendida para a gestão da vida, através de dispositivos de poder-saber como as legislações, que as conduzem a competir umas com as outras ao invés de se unir em luta coletiva por interesses em comum.

A professora “I” traz sobre a quantidade de horas de trabalho a que a docência está submetida, podendo ser relacionada às reflexões sobre as relações de poder em Foucault, que fazem com que as profissionais da Educação Infantil sejam conduzidas por uma governamentalidade neoliberal a trabalhar muito e muito além da sua carga horária e das suas funções pedagógicas nas escolas para obter renda, devido à desvalorização do trabalho docente. A governamentalidade neoliberal constitui subjetividades docentes estabelecendo modos de ser. Para Simone Barreto Anadon e Simone Gonçalves da Silva (2023, p. 15), “a perspectiva é envolver a todos e a todas por completo na ação demandada, a qual deve ser efetivada com competência, com eficiência, sob o argumento de crescimento profissional e pessoal”. Ou seja,

fica a cargo da profissional da educação o seu desenvolvimento e desempenho profissional, subalternizando a valorização profissional e as condições de trabalho, pois depende somente de seus esforços e dedicação a qualidade da educação pública. Os emaranhados da racionalidade neoliberal estão alinhados à condução da conduta da docência, incentivando o empenho da docente no sentido de se constituir como uma profissional com níveis de desempenho, padrões exigidos pela lógica empresarial levados para a educação no investimento em dedicação e capacitação profissional para dar resultados como em uma empresa.

As autoras Anadon e Silva (2023) contribuem com a reflexão sobre a racionalidade neoliberal no discurso docente, considerando que o que está em andamento é o “investimento em políticas educacionais que procuram disputar as subjetividades dos e das docentes no país, em prol da manutenção dos princípios neoliberais, a partir de uma governamentalidade empresarial” (p. 2). As autoras tratam como essencial a profissão docente para consolidar políticas neoliberais através de discursividades da educação pública nacional. A racionalidade neoliberal não atua somente por uma orientação econômica como antes, “mas sobretudo como um conjunto de normas que busca conduzir as práticas de governos, de instituições, e de pessoas” (p. 3), disputando as subjetividades docentes e conduzindo as condutas profissionais. Portanto, percebemos que nas narrativas docentes o governo biopolítico opera sendo garantido por dispositivos jurídicos que regulamentam a docência alinhado à racionalidade neoliberal, provocando a desmobilização coletiva ao instituir princípios de mercado como a individualização, a concorrência e o empreendedorismo.

Prosseguindo com a Roda de Conversas, foi perguntado “qual a importância de investir em formação profissional?”. No quadro abaixo destaco as narrativas docentes que entendo demonstrar o governo biopolítico.

Quadro 20 – Narrativas docentes (Parte 2)

DISCURSOS DE GOVERNAMENTO BIOPOLÍTICO
<p>Professora C: [...] os professores cada vez menos eles conseguem investir de fato em capital humano, porque há preocupação muito maior em tu trabalhar [...] e esse investimento vir em tu aumentar teu salário do que realmente para fazer um investimento em ti. Quando tu investe no capital humano, tu pensa muito mais numa lógica mercadológica do que numa lógica de aprendizagem.</p>
<p>Professora E: o que nos mantém na nossa profissão é o nosso concurso, que faz ser vistas como professoras, o concurso precisa que tu tenha certa formação, isso é bem importante, mas está se perdendo muito com o tempo.</p>
<p>Professora D: [...] a pessoa não tem um aprofundamento teórico-prático dentro daquele assunto ao qual ela quer disseminar uma formação. Isso acaba produzindo mais formações só de papel (certificado) não tem uma complexidade uma profundidade e isso desqualifica a nossa profissão.</p>

DISCURSOS DE GOVERNAMENTO BIOPOLÍTICO
<p>Professora I: a gente tem que estar sempre em formação, mas o quanto a gente encontra formação com custo elevado, que trazem mais do mesmo com coisas rasas</p> <p>Professora C: [...] os cursos são ruins, são rápidos, o professor consegue o que ele quer, que a grande maioria infelizmente quer uma formação mais simples mesmo, ou porque não tem tempo, ou porque não tem interesse.</p>

Fonte: Autora (2024).

A fala da professora “C” reflete bem o governo biopolítico possibilitado pelo PCC/SL, quando ela diz que a preocupação é maior no investimento em formação para aumentar o salário, mais numa lógica mercadológica do que de aprendizagem. O discurso está em consonância com o investimento em formação estar mais voltado a uma lógica mercadológica para aumento de renda; “a capacitação e a formação educacional e profissional dos indivíduos aparecem aqui como elementos estratégicos a serem investidos por essa modalidade de governamentalidade” (Gadelha, 2009, p. 150) do tipo neoliberal, que coloca em segundo plano o conhecimento, prevalecendo o investimento em capital humano para obter renda.

A professora “E” traz a formação docente como uma exigência do concurso, sendo que a formação mínima para o exercício da docência está amparada em dispositivos legais como a LDB e o PCC/SL. A docente “D” fala da falta de formações qualificadas e que servem somente para certificação, podendo ser compreendido que a busca por cursos de formação se ocorre mais para progredir na carreira e obter renda do que para a qualificação profissional. A colega “I” aponta o alto custo das formações e a baixa qualidade, e, com a contribuição da professora “C” de que não importa a qualidade da formação, pois a maioria consegue o que quer, compreende-se que estão se referindo à progressão na carreira para melhoria salarial, como disposto no PCC/SL. Analisando esses discursos das docentes de Educação Infantil, percebo elementos importantes em suas narrativas que remetem ao governo biopolítico. Essas narrativas demonstram a condução da conduta docente a fazerem de si mesma capital humano. O entendimento sobre capital humano aparece nas falas no sentido de investimento para qualificação através do saber, mas também apontam a necessidade de dedicação ao trabalho, a falta de tempo e de dinheiro para investir em bons cursos, sendo levadas a buscar uma formação através de cursos que não possuem certa qualidade, sendo realizados somente para a melhoria salarial.

De fato, como apontado nas narrativas docentes na Roda de Conversas, os cursos de formação docente podem ser considerados como um dos fatores que provoca a fragilização da profissão docente. Segundo Ivana Serpa (2023, p. 70), “a formação inicial em Pedagogia é

produzida pelos preceitos neoliberais que se espraiam para todos os setores da vida e atravessam a educação e o curso de Pedagogia no Brasil, sendo esses campos privilegiados na constituição de subjetividades e no governo da população docente”. A professora “D” fala que os cursos não possuem um aprofundamento teórico-prático, e podemos considerar que são atravessados por estratégias de poder-saber que disputam práticas em detrimento da teoria e governam a docência ao agir não-reflexivo. A autora defende a indissociabilidade teórico-prática, mas aponta que as políticas públicas são utilizadas para conduzir a formação docente se utilizando de uma organização curricular voltada para sua prática, centrada em conhecimentos didático-pedagógicos, focando no desenvolvimento de competências e habilidades, governando os saberes e colaborando para a produção docência dentro de uma lógica neoliberal.

Quando tratamos do trabalho docente no município de São Leopoldo, é a Lei Municipal nº 6.573/2008 que regulamenta a carreira, possibilitando que, através da formação continuada, ocorra a troca de nível e o aumento salarial. A regulamentação desse direito foi uma conquista da luta coletiva junto ao sindicato por ser uma reivindicação histórica da categoria. Porém, nem mesmo o sindicato escapa das relações de poder-saber; fica enredado pela governamentalidade neoliberal que programa estrategicamente o comportamento da população docente se usando de dispositivos legais, embasando atos normativos por princípios econômicos e de mercado, e evidenciando o governo biopolítico da população docente de Educação Infantil da RME/SL a fazer de si mesma capital humano.

Para Gadelha (2009), a economia não se preocupa mais com os processos ligados aos modos de produção como a capacitação para o trabalho, pois “o indivíduo moderno, a que se qualificava como sujeito de direitos, transmuta-se, assim, num *indivíduo-microempresa*: ‘Você S/A’” (p. 149, grifos do autor), trazendo a lógica empresarial para dentro de dispositivos de garantia de direitos que ditam os modos de ser trabalhador/a em educação. Com essas considerações, pude compreender a luta coletiva fragilizada, um movimento sindical que abre espaços para o jogo político-econômico e a necessidade de se resgatar a noção do *comum*, aquilo que pertence a todos e todas nós, realizado em conjunto, o bem-comum de cada indivíduo enquanto parte de uma comunidade.

Nesta outra parte da Roda de Conversas, fizemos um bloco com os três últimos questionamentos: “O que entende por direitos?”; “Para que serve o sindicato?”; “Acreditam na luta coletiva?”. Vejamos as considerações das docentes sobre direitos, sobre a entidade sindical e a luta coletiva expressas em suas narrativas que compõem o quadro abaixo (quadro 21) da luta coletiva em perspectiva:

Quadro 21 – Narrativas docentes (Parte 3)

A LUTA COLETIVA EM PERSPECTIVA

Professora E: [...] direitos a gente vem conquistando com a luta sindical ano após ano, tem um direito que vem outros que acabam tirando da gente, mas esse coletivo, saber que a gente tem o sindicato que está ali e vai nos apoiar, que ele não vai deixar fazer essa caminhada sozinha, isso é muito importante! [...] essa cooperação entre o sindicalizado e o sindicato é bem importante!

Professora C: [...] sem direitos a gente não tem dignidade [...] sem a luta sindical, a gente não teria direitos trabalhistas [...] as pessoas falam que estão indignadas que o salário está ruim, vamos lá no movimento do sindicato. Ah, mas vou ter que sair depois do horário! Tipo assim, a pessoa pensa nela, ela quer melhorar, mas não pensa no coletivo [...] a mudança só será possível quando tiver solidariedade pelo outro. Quando eu entender que aquele outro ali é como a mim, ele faz parte da minha nação, faz parte do meu imaginário também e não é meu rival. O sindicato fala muito disso, porque fala de desigualdade em certa medida [...] mas também são iguais nas lutas. [...]. Eu acredito na luta coletiva e por isso sou sindicalizada e acredito que só com recuperando essa noção de coletividade que advém de um sentimento de nação, um imaginário de estar e lutar com os semelhantes, que a mudança desejada é possível.

Professora E: quando tem uma festa do CEPROL tem milhões de pessoas que querem ir. Quando tem uma fala que é importante que é do nosso movimento da nossa luta, poucos vão. E a gente vê isso na escola também. Se a gente só chama para conversas ninguém vem.

Professora D: a questão ali da festa tu não precisa se comprometer, não vai sofrer nenhuma retaliação de estar ali naquele espaço. Mas quando tu vai para uma luta coletiva, tu vai para frente de um prédio público clamar pelos teus direitos, lutar para que seja mais justo o teu fazer laboral, isso implica em comprometimento, mostrar a tua cara e mesmo que não haja a questão da retaliação tu tem que sustentar aquela posição perante os outros.

Fonte: Autora (2024).

A professora “E” se refere aos direitos conquistados pela luta sindical e valoriza o sindicato como um coletivo de apoio para a categoria. A docente “C” acredita na luta coletiva e reconhece que sem a luta sindical não se conquista direitos nem dignidade, mas coloca que há colegas que não pensam no coletivo. A colega “E” fala que quando tem uma festa do CEPROL Sindicato, a categoria quer participar, mas quando o movimento é de luta não, e “D” considera que momentos de festa não exigem compromisso com o/a outro/a, mas a luta coletiva implica em comprometimento e sustentar uma posição política. Essas narrativas manifestam a compreensão da importância do sindicato para auxiliar nas condições de trabalho e garantir direitos, mas também a preocupação com a desmobilização do movimento sindical. Nota-se que o movimento sindical traz um ideário de justiça social e dignidade.

Compreendo que essas professoras valorizam o movimento sindical e entendem que muitas das melhorias das condições de vida e de trabalho se deram por meio da luta coletiva e da organização sindical que garantiram direitos trabalhistas – salário, descanso, capacitação, aposentadoria etc. Porém, progressivamente, esses direitos foram sendo naturalizados e, o que constituía a unidade da luta coletiva em uma determinada época, dá lugar ao sujeito como agente de si mesmo, sua identidade é formada com base em conquistas individuais, por mérito próprio e marcadas por valores econômicos. Em outras palavras, a “relação do sujeito individual

com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um ‘capital humano’” (Dardot; Laval, 2016a, p. 28).

Nesse sentido, a identificação com categorias coletivas se torna dificultada, pois não se precisa mais dos/as outros/os, da coletividade ou da comunidade, já que se concebe como mérito individual a conquista da melhoria salarial através da formação, por exemplo. Participar das festas promovidas pelo sindicato mobiliza pelo divertimento e confraternização, mas a mobilização da luta coletiva exige dedicar tempo, comprometimento e envolvimento político relacionado à vida em comum através de decisões que afetam toda a coletividade. Para Gadelha (2009), o esvaziamento da política é um dos efeitos sociais mais importantes do neoliberalismo e aponta o seguinte:

[...] os indivíduos já não mais possuem a proteção, a capacidade de representação e de mobilização coletivas outrora garantidas por sindicatos e por associações classistas, é compreensível que a política, seu exercício e sua legitimidade, tal como pensados tradicionalmente na tradição humanística, iluminista, revolucionária, e até mesmo segundo a doutrina do liberalismo clássico, sejam tomados como estando imersos numa profunda crise, gerando instabilidade e incertezas em relação ao futuro (Gadelha, 2009, p 161-162).

O movimento sindical tem origem nas lutas por direitos com o capitalismo industrial, que colocou o mundo do trabalho voltado para os grandes centros urbanos. A biopolítica nasce justamente para governar o aumento populacional nas cidades como uma nova tecnologia de poder para agir sobre um novo corpo, um “corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável”, trazendo a noção de *população* (Foucault, 2005, p. 293). A biopolítica é a tecnologia de poder que lida com a população, esse corpo coletivo que necessita ser regulado e governado. Para Foucault (2005), é a partir da “segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos”, que ele considera que se constituíram “os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica” (p. 290).

A configuração social produzida pelo capitalismo industrial trouxe o clamor pela garantia do direito à Educação Básica para o trabalho nas fábricas, produzindo um campo propício para a escolarização de massas e, com isso, inaugurando uma população de docentes que precisará ser governada. A biopolítica como tecnologia de governo engendra múltiplas estratégias que capturam, subjetivam e constituem a população docente de São Leopoldo. Nesse sentido, precisamos olhar para o processo de profissionalização docente, e a luta coletiva do movimento sindical por valorização profissional instituiu discursos, políticas públicas e

legislações que contribuíram e contribuem para a produção de uma docência governada. Trouxe os aparatos legais destinados à regulamentação da carreira da população docente da Educação Infantil da RME/SL e as concepções que as profissionais dessa etapa possuem relacionadas ao movimento sindical.

Amparada nas contribuições de Michel Foucault, assim como em autores/as das teorias pós-críticas, faço a reflexão sobre como o movimento sindical foi propulsor da implementação de discursos legais em relação aos direitos da população docente da Educação Infantil no município de São Leopoldo e que trouxeram a possibilidade de governo dessa população. O conceito de governo foi utilizado para elucidar como os aparatos legais e as políticas públicas destinadas à valorização profissional estão permeadas pelas relações de poder e colocam em funcionamento determinadas técnicas, que objetivam conduzir a conduta da população docente, produzindo um campo de saber e poder específico para essa população.

Portanto, com a metodologia da Roda de Conversas busquei evidências de uma população docente governada e como se operacionaliza o governo, o que me permitiu perceber as condições do nosso tempo e operar analiticamente com a ferramenta teórico-metodológica do governo sobre os dispositivos jurídicos voltados à população docente da Educação Infantil no município de São Leopoldo/RS, relacionando com a luta coletiva e a mobilização do movimento sindical. É interessante perceber que, tanto o PCC/SL como o PME/SL, ambos ordenamentos legais que foram amplamente debatidos e construídos coletivamente através do sindicato, se tornaram o que Foucault (2008b) trata de uma legislação idealizada “como a expressão de uma vontade, de uma vontade coletiva que manifesta a parte de direito que os indivíduos aceitaram ceder e a parte que eles querem reservar” (p. 57). Porém, o que se percebe é que tanto a população docente como o sindicato caíram nas teias de uma governamentalidade neoliberal que regula, constitui e governa exercendo poder por todo o tecido social trazendo em seu bojo princípios econômicos e mercadológicos.

Foucault (2008b) colabora apontando que essa “nova razão governamental necessita, portanto, de liberdade, a nova arte governamental consome liberdade. Consome liberdade, ou seja, é obrigada a produzi-la. É obrigada a produzi-la, e obrigada a organizá-la” (p. 86). Para produzir e organizar as liberdades da população docente obedecendo a interesses econômicos, sociais e políticos, o Estado legisla permitindo que acreditemos em certa liberdade de escolha de direitos, possibilitando a participação da entidade representativa que é o sindicato. Mas temos que ter em nosso horizonte que “os procedimentos e as tecnologias utilizadas para governar são produzidos e orientados por uma determinada forma de racionalidade” compreendida como o “fundamento da ação governamental” (Lockmann, 2020, p. 5). Pensando

sob essa ótica, percebo nas narrativas docentes a ação governamental contemporânea que se utiliza de tecnologias, como as políticas públicas, para conduzir sua conduta, de cada um/a e de todos/as, de acordo com interesses de uma racionalidade neoliberal, a que estamos submetidos/as em nosso tempo com o novo capitalismo. Foucault (2008b) nos confirma esse mesmo raciocínio de que o governo segue a interesses de uma nova razão governamental:

Agora, o interesse a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses, é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses (Foucault, 2008b, p. 61).

Gadelha (2016, p. 161-162) afirma que “não só a sociedade e os comportamentos individuais são governamentabilizados economicamente, mas também o próprio Estado sofre a ação desse processo”. Segundo Foucault (2008b, p. 179), “de um ponto de vista político, o neoliberalismo nada mais é que uma cobertura para uma intervenção generalizada e administrativa do Estado”, e a população docente nada mais é do que agente do Estado. A dinâmica de governamentalidade neoliberal é muito sutil. Gadelha (2016) nos coloca que houve um tipo de “processo de colonização da política pelo mercado” (p. 164) que reorganizou o Estado e a sociedade, transformando trabalho em capital humano e modificando o modo de ser humano e, no nosso caso, a docência. O governo docente como um capital a ser investido não se concentra na coletividade dessa população, mas na sua individualidade, em um *indivíduo-microempresa*, um empreendedor que produz e acumula capital-humano. Conforme Gadelha (2016, p. 149-150):

O indivíduo moderno, a que se qualifica como sujeito de direitos, transmuta-se, assim, num indivíduo-microempresa: Você S/A. E justamente por isso que a economia, desde então, já não mais se resume a preocupação histórica de processos ligados à produção, mas passa a se concentrar nos modos mediante os quais os indivíduos buscam produzir e acumular capital-humano.

Assim, a teoria do capital humano e a cultura do empreendedorismo estão intimamente relacionadas à governamentalidade neoliberal na medida em que o governo biopolítico docente serve de estratégia para incentivo e investimento em competências e habilidades que são medidas, dada a elas juízos de valor para o mercado, convertidas no avanço da carreira e melhoria dos salários, ou seja, “componentes de capital humano que mereceriam ou não ser objeto de investimentos” (Gadelha, 2016, p. 160). Com a cultura de empreendedorismo como princípio, temos como consequência indivíduos que ficam desconectados, transformados em

unidades orgânicas capturadas por políticas públicas, que são mecanismos de um jogo de interesses entre o mercado e o poder público, entre o individual e o coletivo, uma espécie de articulação tática revestida de capa jurídica para transformar a todos nós em agentes de um jogo de interesses econômicos. De acordo com Foucault (2008b, p. 115):

[...] agentes como investidores, agentes como operários, agentes como empresários, agentes como sindicatos. Todos esses parceiros da economia, na medida mesma em que aceitam esse jogo econômico da liberdade, produzem um consenso que é um consenso político.

Essa modalidade de governamentalidade neoliberal reintroduziu o trabalho docente em um campo econômico no qual o que importa são os benefícios que esse investimento em capital humano possa trazer, transformando a população docente no chamado *homo economicus*, seres humanos racionais e calculistas em suas decisões econômicas e financeiras, optando por aquilo que lhes traz o melhor custo-benefício em todas as escolhas, e “passam a se comportar a um só tempo um capital e uma renda” (Gadelha, 2016, p. 148). A racionalidade neoliberal que produz o *homo economicus* fragiliza a coletividade, pois “concorre para tornar as relações de sociabilidade frágeis, fugazes e movidas pela concorrência e por cálculos racionais, frios, haja vista que implicam investimentos” (p. 158). Percebe-se uma população docente submetida a um governo que a enreda em processos políticos de subjetivação e que tem como consequência a desmobilização da luta coletiva. Segundo Gadelha (2016), essa indivíduos-empresas estão “entorpecidos por processos e políticas de subjetivação que as serializam e homogeneízam, são levadas à passividade política e mesmo ao adoecimento psíquico” (p. 158). “Tornar-se ‘empreendedor de si mesmo’ [...] ‘superar suas metas’ são injunções que não predisõem à resistência coletiva dos assalariados em posição de dependência e subordinação” (Dardot; Laval, 2017, p. 16).

As condições do novo capitalismo e os efeitos sociais da governamentalidade neoliberal mobilizam a seu favor uma biopolítica de subjetivação e individualização que desmobilizam a luta coletiva e enfraquecem o movimento sindical. Gadelha (2016) considera que “se a nova matriz de normatividade do social provém do mercado”, propagando valores como o empreendedorismo e a concorrência, e o Estado “funciona de forma ineficaz e ineficiente”, é preciso “limitar a participação política, distanciar a sociedade e o sistema político, subtrair as decisões administrativas ao controle político” (p. 163). As relações entre capital e trabalho se deslocam, e o *homo economicus* não precisa mais de proteção ou da “capacidade de representação e de mobilização coletivas outrora garantida por sindicatos e por associações

classistas” (Gadelha, 2016, p. 163-164). De outro lado, como o poder é difuso, nada e nem ninguém escapa, nem o próprio sindicato, que também seria agente desse jogo para produzir consenso político em pautas alinhadas à racionalidade neoliberal.

Para o fechamento da Roda de Conversas me utilizei da música dos Engenheiros do Havai “Somos quem podemos ser” para que com essa letra fizéssemos as reflexões finais e uma chuva de ideias sobre as possibilidades de resistência, que originou o quando abaixo:

Quadro 22 – Narrativas docentes (Parte 4)

CHUVA DE IDEIAS
Professora D: [...] a gente trabalha tanto porque falta um senso comunitário entre nós!
Professora A: [...] o fortalecimento que a D traz eu concordo, de darmos as mãos [...].
Professora R2: a gente fazia aquelas jornadas e ia trocando de sala na (escola) Gusmão, e fui uma das oficinairas, uma vez achava fenomenal porque todos nós circulávamos por todas nós na Educação Infantil, e cada uma ia lá e escutava o saber da outra, e não por estrelismo, por ser melhor, mas uma forma de poder compartilhar os saberes que estavam dentro das suas salas... da sua turma da sua escola.
Professora D: [...] mostrar o que de bom acontecia dentro das suas salas e foi um momento muito bom, de empoderamento dessas professoras [...].
Professora C: A luta coletiva... em comunidade eu lembrei do autor [...] François Dubet e ele fala de solidariedade, porque ele diz que a gente vive numa crise de nação [...] uma forma de mitigar um pouco isso seria se a gente tivesse uma consciência de nação. Porque a consciência de nação é uma consciência subjetiva, não tem um conceito de nação.

Fonte: Autora (2024).

As professoras “D” e “A” trazem que precisamos de senso comunitário. A professora “R2” relembra um período em que havia compartilhamento de saberes entre as docentes da RME/SL, fortalecida por “D”, que aponta um empoderamento docente com essa prática. A colega “C” cita o autor François Dubet, que fala de uma de crise de nação, para se referir a necessidade de pertencimento a um coletivo. Relaciono o sentimento das colegas, que trazem a ideia da retomada de práticas que uniam a categoria, com a falta de se compreender como um coletivo, uma categoria de profissionais que se proteja, se cuide e lute por interesses em comum. A docência vem sendo capturada por um jogo político-econômico individualizante, por aparatos legais de garantia de direitos que gestam sua vida, sendo enredada em sua subjetividade. Uma população docente que age por princípios econômicos em detrimento do bem-comum está desconectada do/da outro/a, sendo incapaz de oferecer resistência.

O sindicalismo deve urgentemente se reinventar frente às novas configurações econômicas e à lógica neoliberal, pois até mesmo as entidades classistas, que deveriam organizar a coletividade, lutar em defesa dos/as trabalhadores/as e contra a investida do

capitalismo, acabam sendo subjugadas e desarticuladas em seus propósitos. Urge a resistência ao aprisionamento do capital, precisamos descortinar a governamentalidade neoliberal e as estratégias de governo biopolítico da docência, o que pode iniciar com formação política, conectando o nosso comum em comunidade, nossa unidade da coletividade. Para Lockmann (2020, p. 14), “o princípio político do comum pode ser uma forma de resistir, de produzir escapes diante dessa forma de racionalidade pautada por práticas de exclusão, de individualização e de responsabilização dos sujeitos”. O movimento sindical como força política e de resistência de trabalhadores e trabalhadoras poderia ser um dispositivo para transgressão dos modos de subjetivação e de governo da população docente, fortalecendo a luta pelo comum como “princípio filosófico que deve permitir que se conceba um futuro possível para além do neoliberalismo” (Dardot; Laval, 2017, p. 200).

Não tenho a pretensão de trazer alguma fórmula mágica ou receita pronta para combater a ofensiva do capital e a despolitização social, mas pensar alternativas de resistência. O comum é aquilo que nos conecta, que nos une e coloca em ação a luta social e a militância política. Foi Foucault que melhor nos mostrou como as práticas de poder-saber vêm constituindo o sujeito moderno: “hoje, é a luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – que prevalece cada vez mais, mesmo se as lutas contra a dominação e a exploração não desapareceram, muito pelo contrário” (Foucault, 2014, p. 123-124). Urge a problematização e a produção de novas perspectivas para pensarmos como nos tornamos quem somos, esse sujeito contemporâneo, essa docência trabalhadora da Educação Infantil. Quem sabe o oposto da individualização, o comum proporcionaria condições de unir e fortalecer as lutas, de resistir a subjetivação capitalista e ao neoliberalismo, ao preconceito, à violência e ao ódio. Para Dardot e Laval (2017, p. 18), o “comum se tornou a designação de um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista”. Portanto, como uma otimista incorrigível, tenho a esperança de encontrar escapes das teias da governamentalidade neoliberal, pensando o movimento sindical no sentido de buscar a resistência ao governo docente como forma de re-existência para a vida.

Costurando as narrativas docentes para tecer os aspectos da racionalidade neoliberal e do governo biopolítico, escolho o desafio de acreditar na renovação da luta sindical, defendendo a chuva de ideias apresentada na Roda de Conversas no sentido de fortalecer o comum, construir um senso de pertencimento capaz de reinventar nossa força de resistência e as formas de luta coletiva no combate à colonização capitalista da sociedade contemporânea. Temos que nos indignar com esse sistema capitalista que deixa suas marcas na sociedade e no planeta. Precisamos agir frente a impotência política em relação à economia para combater as

desigualdades sociais e resgatar a sustentabilidade da natureza, pois é uma questão de sobrevivência humana. E parafraseando Foucault (1998): “de que valeria a indignação se ela assegurasse apenas a revolta individual e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, um ato de resistência coletiva daqueles que se indignam”? As mudanças nas estruturas de poder deve ser agora e o comum (que pode ser o planeta) deve ser a nossa força para a reorganização da luta coletiva.

7 REVERBERANDO DISCURSIVIDADES DE INSURREIÇÃO: O PRODUTO DE PESQUISA

Com o objetivo de proporcionar um amplo debate educacional e a formação política das profissionais docentes da Educação Infantil da RME/SL, inicialmente organizei como produto da pesquisa do Mestrado Profissional em Educação da UERGS, a realização do II CONCEPROL com o tema “Perspectivas sociais, políticas, econômicas e ambientais em educação”. A ideia é aproveitar a oportunidade de compor a diretoria do CEPROL Sindicato – Gestão 2023-2026, e o acesso a toda a estrutura da entidade e sua rede de relações com a categoria de professores/as municipais leopoldenses, para proporcionar um movimento de reflexão sobre os fatores que perpassam a educação, como os aspectos econômicos do sistema capitalista e ambientais da crise climática que nos afetam e nosso compromisso social. A proposta também traz pensar a política e a nossa responsabilidade com a escolha de representantes para o executivo municipal, realizando dentro do congresso o debate dos/as candidatos/as à prefeito/a para as eleições municipais de 2024. Como resultado material do II CONCEPROL, apresento a terceira edição da revista do sindicato, *CEPROL em Ação*, proporcionada pelo setor de comunicação da entidade e que trará a cobertura jornalística do evento.

Considerando o êxito do “I CONCEPROL: Educação para um novo tempo”, realizado em setembro de 2022 pela nossa própria diretoria na gestão 2020-2023, que desenvolveu um grande debate da educação pós-pandemia, dando origem a primeira edição da revista *CEPROL em Ação*, vejo um imenso potencial nesse produto de pesquisa pela possibilidade de estender o debate além das docentes da Educação Infantil da RME/SL, mas a todos/as docentes das rede pública e privada de São Leopoldo, entidades sindicais de servidores públicos municipais e estaduais, como o 14º Núcleo do CPERS/SL, movimentos sociais, CUT/RS, federações e confederações de trabalhadores/as em educação, levando a reflexão para um amplo debate na sociedade.

A realização do “II CONCEPROL: Perspectivas Sociais, Políticas, Econômicas e Ambientais em Educação” foi aprovado em assembleia junto aos/às associados/as do sindicato, de acordo com os preceitos estatutários da entidade, pois envolve seus recursos financeiros. O II CONCEPROL foi organizado de acordo com o Regimento Interno no quadro 23, com a aprovação em plenária do congresso realizada em 3 de setembro, no encontro do pré-congresso, estabelecendo os objetivos e a estrutura. No quadro 24, apresento a Carta Compromisso construída coletivamente e entregue aos/às candidatos/as à prefeito/a de São Leopoldo. O II

CONCEPROL 2024 ocorreu nos dias 26 e 27 de setembro, no auditório do Colégio São Luís, na cidade de São Leopoldo.

Quadro 23 – Regimento Interno do II Congresso de Educação do CEPROL Sindicato

<p>REGIMENTO INTERNO</p> <p>II CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO CEPROL SINDICATO II CONCEPROL 2024</p> <p>CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS</p> <p>Art. 1º - O II Congresso de Educação do CEPROL - Sindicato dos/as professores/as Municipais Leopoldenses – II CONCEPROL, tem como tema: “Perspectivas sociais, políticas, econômicas e ambientais em educação”, e se propõem a:</p> <p>analisar a conjuntura mundial, nacional e municipal; discutir os desafios no cenário educacional em torno do cumprimento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e as condições que precisam ser garantidas para a construção de um novo PNE. Reconhecer que interesses econômicos incidem sobre a educação; Compreender os impactos do capitalismo e da racionalidade neoliberal na sociedade, no meio ambiente e na educação; Pensar a importância de políticas públicas comprometidas com o bem estar social; Fortalecer a importância de se preservar o meio ambiente como um bem comum da humanidade; Avaliar as perspectivas sociais, políticas, econômicas e ambientais que incidem sobre a educação; Elaborar e entregar a <i>Carta Compromisso com a Educação 2024</i> para as eleições municipais a prefeito/a.</p> <p>CAPÍTULO II DA COORDENAÇÃO</p> <p>Art. 2º - O II CONCEPROL será organizado por uma Comissão Organizadora composta pela diretoria do sindicato.</p> <p>§ 1º - A Comissão Organizadora terá autonomia e organizará a abertura com as autoridades do II CONCEPROL.</p> <p>§ 2º - A Comissão Organizadora versará sobre divergências no congresso.</p> <p>CAPÍTULO III DOS/AS PARTICIPANTES</p> <p>Art. 3º - Participam do II CONCEPROL os/as professores/as da rede municipal de ensino de São Leopoldo, associados/as ao CEPROL Sindicato.</p> <p>§1º Poderão ser convidados a participar representantes de movimentos sociais e instituições da sociedade civil.</p> <p>CAPÍTULO IV DAS INSCRIÇÕES E CREDENCIAMENTO</p> <p>SEÇÃO I DAS INSCRIÇÕES</p> <p>Art. 4º - As inscrições do II CONCEPROL serão realizadas em etapas distintas do pré-congresso e congresso, sendo feitas dentro do período de 01/08 à 25/09/24, através de formulário virtual.</p>
--

§1º A participação do II CONCEPROL nos dias 26 e 27 de setembro será mediante uma única inscrição para os dois dias durante período de 04 à 25/09/2024.

§2º Professores/as associados/as ao CEPROL não terão custo de inscrição.

§3º Professores/as não sócios/as terão a possibilidade de associar-se para participar do congresso com a fidelidade de 1 (um) ano.

§4º A inscrição será através de formulário digital e para efetivar a inscrição deverão ser informados os seguintes dados: nome completo, whatsapp e local de lotação.

§5º Devido a capacidade do auditório, serão disponibilizadas um total de **250** vagas, garantidas por ordem de inscrição. A participação no congresso sem a prévia inscrição ficará submetida a possibilidade de vaga.

§6º A inscrição está condicionada a autorização para uso de imagem, voz e dados, de acordo com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), nos Arts. 7º e 11, autorizando o CEPROL Sindicato a utilização da imagem, voz ou dados dos/as participantes que serão disponibilizadas via ambiente web (site, redes sociais, etc), material impresso e demais veículos de comunicação.

SEÇÃO II DO CREDENCIAMENTO

Art. 5º - Serão credenciados/as somente os/as inscritos/as, conforme Art. 4º deste Regimento.

§1º O credenciamento dos/as participantes ocorrerá no local do evento somente no primeiro dia (26/09), uma hora antes do horário previsto para o início (17h), seguindo por uma hora e meia após o horário de início (até às 19h30). O/a credenciado/a receberá uma pulseira que lhe dará acesso ao segundo dia do congresso - debate dos prefeituráveis.

§2º Não haverá credenciamento no segundo dia (27/09), o/a inscrito/a deve fazer o credenciamento conforme o Art. 5º §1º.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

SESSÃO I DO PRÉ-CONGRESSO

Art. 6º - O II CONCEPROL será precedido de PRÉ-CONGRESSO.

§1º O PRÉ-CONGRESSO será realizado em três momentos:

De 01º agosto até 23 de setembro de 2024 - Debates em reunião administrativo-pedagógico - RAP nas escolas para debater o PNE e elencar contribuições à “Carta compromisso com a educação - eleições municipais 2024”. Será enviado previamente às escolas, para subsidiar as discussões, o texto-base da carta compromisso, construída com os preceitos da Plataforma da Educação de São Leopoldo (elaborada no I CONCEPROL), a Plataforma dos/as Servidores/as Públicos/as Municipais da Confederação dos/as Trabalhadores/as no Serviço Público Municipal (CONFETAM) e a Carta Compromisso da Campanha pelo Direito à Educação para as Eleições 2024 elaborada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. As contribuições devem ser enviadas para o e-mail ceprolsindicatovivo@gmail.com até o dia 23/09.

15/08/24 - Roda de Conversas da Semana de Ação Mundial (SAM) da Campanha Nacional pelo Direito à Educação: PNE na boca do povo – pelo direito à educação com justiça e transformações socioambientais – vamos construir um novo plano! A Roda de Conversas será realizada no formato virtual.

03/09/24 - Reunião do Conselho Político Sindical de forma ampliada, na modalidade virtual, para aprovação deste regimento e contribuições do colegiado para a da “Carta compromisso com a educação - eleições municipais 2024” que irá para aprovação no primeiro dia do II CONCEPROL.

SESSÃO II DO CONGRESSO

Art. 7º II CONCEPROL será realizado nos dias 26 e 27 de setembro de 2024.

Art. 8º Os trabalhos do II CONCEPROL obedecerão a seguinte programação:

§1º Primeiro dia (26/09), quinta-feira, das 18h às 22h, realizado no Auditório do Colégio São Luís, obedecendo a seguinte organização:

Credenciamento – das 17h às 19h30m;

Abertura cultural;

Apresentação do II CONCEPROL 2024;

Performance artística Rebeca Rebu;

Vídeo: Andressa Pellanda coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação;
 Paineis de debates: “Empresariamento da Educação: efeitos nas políticas educacionais e na profissão docente”. Painelistas: Prof. Dra. Rochele da Silva Santaiana (UERGS) e Prof. Dra. Viviane Klaus (UNISINOS). Abertura para o debate com o público (perguntas). Considerações finais;
 Aprovação da “Carta compromisso com a educação - eleições municipais 2024”.

§2º Segundo dia (27/09), sexta-feira, das 18h às 22h, realizado no Auditório do Colégio São Luís, obedecendo a seguinte organização:

Abertura do debate dos/as prefeituráveis;

Apresentação da organização dos trabalhos;

Apresentação individual das propostas de cada candidato para a educação municipal;

Perguntas e respostas entre os candidatos sobre os temas propostos;

Considerações finais dos candidatos;

Entrega da “Carta compromisso com a educação - eleições municipais 2024”

SESSÃO III DA DINÂMICA DOS TRABALHOS DO PAINEL

Art. 9º O desenvolvimento dos trabalhos do painel do dia 26/09 será feito a seguinte organização:

§1º Composição da mesa:

1 (um/a) representante do CEPROL;

02 (duas) painelistas;

§2º A coordenação e a organização da mesa ficarão a cargo de representante do CEPROL;

Apresentação do Congresso;

Apresentação das painelistas;

Falas do painel;

Perguntas do público e debate;

Considerações finais.

§3º Leitura, ajustes e aprovação da “Carta compromisso com a educação - eleições municipais 2024” (10 min). (ver como será feita a aprovação).

SESSÃO IV DA DINÂMICA DOS TRABALHOS DO DEBATE DOS PREFEITURÁVEIS

Art. 10º Para o desenvolvimento dos trabalhos no debate dos prefeituráveis será feita a seguinte organização:

§1º Composição da mesa:

1 (um/a) representante do CEPROL;

1 (um/a) representante da CUT/RS (Central Única dos/as Trabalhadores/as do Rio Grande do Sul);

1 (um/a) mediador/a do debate;

Candidatos/as a prefeito/a.

§2º Caberá ao/a mediador/a: mediar o debate de forma a manter a ordem e o bom senso. O/a mediador/a terá amplos poderes para intervir na condução dos trabalhos tanto da plenária como dos/as candidatos/as, em manifestações que considerar inoportunas, suspender o debate, além de fazer outros encaminhamentos que julgar apropriados.

§3º O debate será dividido da seguinte forma:

Apresentação: realizada pelo CEPROL

Bloco 1 – Apresentação de cada candidato a prefeito: sorteio da ordem dos/as candidatos/as (3 min para cada).

Bloco 2 – Tema Educação Básica: Inclusão e Gestão Democrática;

Intervalo de 5 minutos;

Bloco 3 – Tema Serviço Público: aposentadoria, investimento e meio ambiente;

Bloco 4 – Considerações finais de cada candidato a prefeito: inverso da ordem de apresentação dos candidatos (3 min para cada);

Entrega e assinatura da “Carta compromisso com a educação - eleições municipais 2024”.

§4º Informamos e orientamos aos candidatos que avaliem a carta compromisso se a mesma está em consonância com seu programa de governo, antes de assina-la.

§5º As regras do debate e sua estrutura serão acordadas com as coordenações de campanha de cada candidato à prefeito em reunião realizada no dia 26/08/24, às 14h, na Sede do 14º Núcleo do CPERS Sindicato e protocoladas pelo CEPROL junto à Justiça Eleitoral.

§6º O debate deve ser pautado por princípios da ética e pelo decoro.

**CAPÍTULO VI
DO RESULTADO DO CONGRESSO**

Art. 10º O II CONCEPROL: perspectivas sociais, políticas, econômicas e ambientais em educação terá como resultado material a elaboração da terceira edição da revista “CEPROL em Ação”, trazendo a reportagem jornalística do sindicato sobre os painéis apresentados na mesa de debates do primeiro dia, a cobertura do debate dos prefeituráveis e a carta compromisso com a educação 2024.

**CAPÍTULO VII
DA CERTIFICAÇÃO DO CONGRESSO**

Art. 11º Os trabalhos do PRÉ-CONGRESSO serão considerados como carga horária para certificação do II CONCEPROL da seguinte forma: debates em reunião administrativo-pedagógico – RAP e contribuições à “Carta compromisso com a educação - eleições municipais 2024” (4h); participação na Roda de Conversas da Semana de Ação Mundial (SAM) da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (4h); participação no Conselho Político Sindical Ampliado (4h); participação no primeiro dia: Painel “Perspectivas sociais, políticas, econômicas e ambientais” (4h); participação no segundo dia do debate dos prefeituráveis (4h). A frequência mínima para emissão do certificado é 75% e será considerada a carga horária total de 20h.

Fonte: Autora (2024).

Quadro 24 – Carta Compromisso dos/as Prefeituráveis com a Educação 2024

CARTA COMPROMISSO DOS PREFEITURÁVEIS COM A EDUCAÇÃO 2024

Eu, _____, candidato/a à Prefeito/a da cidade de São Leopoldo (RS) pela coligação/partido _____, assumo a responsabilidade, a partir desse momento, através da assinatura desta Carta Compromisso, de ter como referência a Plataforma da Educação Municipal Leopoldense apresentada pelo CEPROL Sindicato e estar engajado com as demandas da educação, assumindo os seguintes compromissos:

1. Valorização profissional dos/as professores/as municipais, reconhecendo seu papel fundamental para a cidade;
 1. respeitar a data-base para revisão salarial anual;
 2. proporcionar aumento real anual e isonomia salarial entre servidores/as com a mesma formação;
 3. realização de concurso público e combate às terceirizações e à privatização;
 4. garantia da Lei Federal nº 11.738/2008, do Piso Salarial Profissional Nacional do magistério;
 5. respeito aos direitos trabalhistas: cumprimento das leis, em especial o Estatuto dos Servidores Públicos de São Leopoldo (Lei Municipal nº 6055/2006) e o Plano de Cargos e Carreiras (Lei Municipal nº 6573/2008), com destaque para a manutenção de 1/3 de hora atividade conforme estabelecido nesta lei;
2. Políticas em Saúde: implementação de plano de saúde acessível com contrapartida da prefeitura, políticas públicas de saúde mental, medidas de saúde e segurança no ambiente de trabalho, medidas de combate ao assédio moral, à discriminação e à desigualdade de gênero;
3. Educação pública municipal de qualidade: políticas públicas para qualificar o processo de inclusão; garantia da liberdade de cátedra e não criminalização da docência, combate a militarização das escolas e o *homeschooling*;
4. Condições de Trabalho Dignas: melhoria das estruturas físicas, manutenção das escolas e revitalização dos espaços, salas de aula e administrativa climatizadas, investimento em novas tecnologias da educação e material pedagógico, proporcionar um ambiente laboral saudável, em especial, amplo investimento na recuperação das escolas atingidas pela enchente;
5. Respeito às Entidades Sindicais e a Negociação Coletiva: diálogo e respeito com os/as representantes sindicais eleitos/as pela categoria, estabelecendo através do sindicato uma ligação entre a administração, a gestão pública e os/as professores/as;
6. Assegurar a gestão democrática da educação pública municipal através do fortalecimento dos Conselhos Escolares e dos Grêmios Estudantis, bem como da eleição para a indicação das Equipes Diretivas de cada unidade escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de São Leopoldo como representantes da Comunidade Escolar;
7. Realização da Conferência Municipal de Educação para construir o novo Plano Municipal de Educação, que tem vigência até 24/06/2025, em consonância com o PNE.

8. Garantir a aposentadoria, combater a PEC nº 66/2023 e NÃO implementar a Reforma da Previdência no RPPS do município.

Local e Data: _____

Assinatura: _____

Fonte: CEPROL Sindicato.

A seguir, seguindo as orientações da banca de qualificação, incluo como produto desta pesquisa a publicação de uma cartilha através do sindicato, considerando que esse tipo de material possui caráter informativo e possibilita a exposição de um conteúdo de forma dinâmica. A proposta da cartilha é contar uma breve história das lutas da Educação Infantil, orientar sobre os direitos de professores/as de Educação Infantil do município (com links e QRCode para acessar as legislações), e refletir sobre a relação da Educação Infantil com o movimento sindical. A cartilha também pode ser utilizada para trazer, mesmo que sutilmente, breves considerações acerca da governamentalidade neoliberal, pois provavelmente as redes de poder-saber e o governo biopolítico da população docente não sejam de amplo conhecimento da sociedade. A proposta desse produto é informar, orientar, socializar conhecimentos, refletir e acionar formas de resistência na direção da construção de estratégias de enfrentamento coletivo aos assujeitamentos à governamentalidade neoliberal.

A construção e organização da cartilha será realizada por mim, Cristiane Maria Mainardi, e pela orientadora desse trabalho, professora Dr.^a Rochele da Silva Santaiana, seguindo os seguintes passos:

- a) Pesquisa para montar o roteiro da cartilha;
- b) Delimitação do tema e escolha do título;
- c) Elaboração textual com linguagem clara e objetiva, revisão de roteiro e ortografia;
- d) Definição da distribuição do material (impresso/virtual);
- e) Confecção da cartilha: elaboração da arte visual definindo o modelo, o tamanho, a fonte, as ilustrações e as cores;
- f) Revisão e formatação final;
- g) Apresentação da proposta ao sindicato para publicação e distribuição.

Quadro 25 – Roteiro da cartilha

CAPA	A capa representa uma colcha de retalhos com imagens do trabalho e das lutas permanentes de profissionais da Educação Infantil através do sindicato.
TÍTULO	Linhas de resistência da Educação Infantil: tecendo histórias de lutas e direitos.
APRESENTAÇÃO	Esta cartilha é o produto de pesquisa para o Mestrado Profissional em Educação da UERGS intitulado <i>Tessituras do movimento sindical: linhas de</i>

	<p><i>resistência da docência da educação infantil à governamentalidade neoliberal?</i>, da presidenta CEPROL (Cristiane Mainardi). A cartilha se destina às professoras de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo (RME/SL) e tem como objetivos contar uma breve história das lutas da Educação Infantil no município, trazer informações importantes relacionadas aos direitos e deveres, refletir sobre a governamentalidade neoliberal e compreender a importância da unidade na coletividade através do sindicato.</p> <p>A cartilha é de autoria de Prof. Cristiane Maria Mainardi com orientação da Prof. Dra. Rochele da Silva Santaiana (UERGS).</p> <p>Edição: Arte visual:</p>
SUMÁRIO	<p>1 TESSITURAS DO MOVIMENTO SINDICAL.....p. 1</p> <p>1.1 O CEPROL Sindicato.....p. 1</p> <p>1.2 Regulamentação de direitos.....p. 2</p> <p>2 TECENDO HISTÓRIAS DE LUTAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....p. 3</p> <p>2.1 A luta pela Educação Infantil.....p. 3</p> <p>2.2 Conquista de direitos.....p. 4</p> <p>2.3 A organização coletiva através do FORPEI.....p. 5</p> <p>2.4 O movimento sindical.....p. 6</p> <p>3 LINHAS DE RESISTÊNCIA.....p. 7</p> <p>3.1 Os direitos do Estatuto dos Servidores.....p. 7</p> <p>3.2 Os direitos do Plano de Cargos e Carreiras.....p. 8</p> <p>4 PONTOS DE ATENÇÃO: FICA A DICA.....p. 11</p> <p>4.1 Tabela Salarial.....p. 11</p> <p>4.2 Onde encontrar os direitos?.....p. 12</p> <p>5 REDES DE UNIDADE NA LUTA COLETIVA.....p. 13</p> <p>5.1 A CUT.....p. 13</p> <p>5.2 Resistência à investida do capital.....p. 14</p> <p>6 AS TRAMAS DA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL.....p. 15</p> <p>6.1 Capitalismo e educação.p. 15</p> <p>6.2 O Estado.....p. 16</p> <p>7 BORDADOS EM COMUM.....p. 17</p> <p>7.1 A rebelião.....p. 17</p> <p>7.2 A resistênciap. 18</p> <p>8 COSTURAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A LUTA COLETIVA...p. 19</p> <p>REFERÊNCIAS.....p. 20</p>
TESSITURAS DO MOVIMENTO SINDICAL: O CEPROL SINDICATO (p. 1)	<p>O Centro de Professores Municipais (CEPROL) nasce em 10 de novembro de 1984, com a organização de professores/as que vivenciavam a precariedade do trabalho na educação do município. O 1º Encontro da Comissão do Magistério Público Municipal de São Leopoldo ocorre em 1983 e, no ano seguinte, foi fundado o CEPROL. Somente com a promulgação da Constituição Federal em 1988, que vários Centros e Associações foram transformados em sindicatos, entre eles o CEPROL, que obteve registro como Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses somente em 13 de setembro de 1990.</p>
TESSITURAS DO MOVIMENTO SINDICAL: REGULAMENTAÇÃO DE DIREITOS (p. 2)	<p>O CEPROL tem uma história de luta por direitos e conquistas, garantindo a regulamentação destes através da participação na elaboração do Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Municipal nº 6.055/2006) e do Plano de Cargos e Carreiras dos trabalhadores em educação docentes do município de São Leopoldo (Lei Municipal nº 6.573/2008), levando muitas das reivindicações da categoria da época. As legislações foram sendo alteradas ao longo do tempo para contemplar os avanços e conquistas de direitos, inclusive para as docentes da Educação Infantil. O CEPROL Sindicato se uniu ao movimento nacional pelo piso salarial do magistério e participou ativamente da elaboração da Lei do Piso Nacional dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Lei Federal nº 11.738/2008) que garantiu um salário base e 1/3 de hora atividade. O CEPROL participou ativamente dos debates e da construção do Plano Municipal de Educação (Lei Municipal nº 8.291/2015), que traz 20 metas e suas respectivas estratégias em cada área da educação para</p>

	os anos de 2015 a 2025, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE).
TECENDO HISTÓRIAS DE LUTAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: A LUTA PELA EDUCAÇÃO INFANTIL (p. 3)	<p>A história de lutas para que a creche e a pré-escola fossem concebidas como espaço educacional também foi por direitos das professoras da Educação Infantil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 instituiu a exigência do atendimento às crianças em instituições escolares e por profissionais com formação em educação, mudando a concepção de cunho assistencial para educacional, obrigando Estados e Municípios a disponibilizar espaços adequados e profissionais capacitados para atender a Educação Infantil, que passou a ser a primeira etapa da Educação Básica. O município de São Leopoldo teve que se adequar a LDB, decretando (Decreto 3379/1999) a alteração das creches para Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e realizando o primeiro concurso público para o cargo de professor/a de Educação Infantil (30h) no ano de 2000. O ingresso das professoras nas EMEIs passou por um processo de adaptação para superar práticas assistenciais e conceber essas instituições como espaços indissociáveis de cuidado e educação.</p> <p>No ano de 2010 ocorre o concurso público em que foi criada a carga horária de 25h para professor/a de Educação Infantil para atuar nas escolas de Ensino Fundamental. Essa carga foi implementada pela administração e não houve discussão com o sindicato.</p>
TECENDO HISTÓRIAS DE LUTAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONQUISTA DE DIREITOS (p. 4)	<p>A história da Educação Infantil é de organização coletiva e luta junto ao sindicato que conquistou:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação dos 200 dias letivos no calendário escolar, anteriormente com 219; • 45 dias de férias para professoras de Educação Infantil; • Isonomia salarial e de direitos com professores/as que atuavam nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs); • Hora-atividade; • Extensão de carga horária para professoras de Educação Infantil; • Gestão democrática. <p>“A Educação Infantil tem sido construída historicamente por meio de lutas, embates e debates que procuraram, ao longo de décadas, o devido reconhecimento desse nível no campo da Educação” (Santaiana; Silva; Gonçalves, 2021, p. 1188).</p>
TECENDO HISTÓRIAS DE LUTAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO COLETIVA ATRAVÉS DO FORPEI (p. 5)	<p>Em julho de 2006, um grupo de professoras de Educação Infantil de São Leopoldo (Andreia Nunes, Caroline Kenpfer Bianchini, Cristiane Maria Mainardi e Zaira Carina Corneli) idealizou um fórum de debates sobre políticas para a Educação Infantil através do CEPROL Sindicato, com a professora Angelita Lucas de presidenta. As inquietações desse grupo levaram a constituição do Fórum Permanente de Educação Infantil de São Leopoldo (FORPEI/SL), um movimento democrático e agregador de pessoas, profissionais, universidades, instituições e movimentos em defesa dos direitos da criança e da qualidade da Educação Infantil. O FORPEI merece o reconhecimento por ter sido protagonista na defesa da infância, na garantia da participação do Estado e da família em ações voltadas para a Educação Infantil, na promoção de propostas pedagógicas que incluíssem a indissociabilidade do educar/cuidar; na definição de políticas de carreira e remuneração digna às/aos profissionais da área; na formulação e implementação de políticas de formação básica, superior e continuada das/os profissionais da Educação Infantil. O FORPEI se integrou a movimentos de discussões sobre Educação Infantil a nível estadual e nacional junto ao Fórum Gaúcho de Educação Infantil (FGEI) e o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB).</p>
TECENDO HISTÓRIAS DE LUTAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O MOVIMENTO SINDICAL (p. 6)	<p>A Educação Infantil passou a atuar fortemente na organização sindical. A professora Andreia Nunes foi a primeira professora de Educação Infantil eleita a presidenta do CEPROL na gestão 2011-2014. Na eleição para a gestão 2014-2017, toda a diretoria liberada para exercer mandato classista era de professoras de Educação Infantil: presidenta Andreia Nunes, vice-presidenta Cristiane Maria Mainardi e tesoureira Dioleni Santana Motta). Em 2015 essa</p>

	<p>gestão protagonizou a maior greve do funcionalismo municipal de São Leopoldo, foram 64 dias de greve com escolas fechadas, mobilizações, caminhadas, assembleias, acampamento na frente da prefeitura e muita resistência a uma administração (PSDB/PMDB) que queria mexer nas nossas leis e ofereceu 0% de reajuste. A diretoria do CEPROL Sindicato permanece até hoje liderada por professoras de Educação Infantil: presidenta Cristiane Maria Mainardi e vice-presidenta Rosi Lopes Petersen. Como professoras de Educação Infantil, compreendemos que é imprescindível a organização coletiva, através do movimento sindical, para avançar nas conquistas de direitos e nos articular por uma educação de qualidade.</p>
<p>LINHAS DE RESISTÊNCIA: OS DIREITOS DO ESTATUTO DOS SERVIDORES (p. 7)</p>	<p>Lei Municipal nº 6.055/2006 – Estatuto dos Servidores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabilidade (Arts. 19, 20 e 21); • Vencimento é valor fixado em lei e Remuneração é o vencimento acrescido das vantagens permanentes, estabelecidas em lei (Arts. 67 à 75); • Data-Base (Art. 67): fica instituído o dia 10 de abril de cada ano para a revisão salarial dos servidores; • Quinquênio (Art. 87): adicional de 5 % do vencimento a cada cinco anos; • Insalubridade (Art. 91): reconhecida por laudo pericial. • Auxílio Transporte (Art. 99): 44 passagens por mês com base na tarifa do transporte coletivo de São Leopoldo; • Programa de alimentação (Art. 107): 22 vales de natureza indenizatória; • Férias (Arts. 110 a 116); • Remuneração das férias – 14º salário (Art. 117): para receber precisa fechar período aquisitivo de 12 meses; <p>Atenção! Não são consideradas faltas ao serviço os afastamentos nos quais o servidor continuar com direito ao vencimento normal. Portanto, há afastamentos que prorrogam o período aquisitivo, como a licença por motivo de doença em pessoa da família (Art. 121), interferindo no direito ao gozo e ao recebimento do salário de férias.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Licença-Prêmio (Arts. 127 a 129). <p>Atenção! Inicia nova contagem de novo decênio os casos previstos no Art. 128.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Licença Nojo (Art. 135): até 08 dias por falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteados e irmãos; até 03 dias por de falecimento de avô ou avó, tios, sogros, cunhados, genros, noras e netos; • Licença Gala (Art. 135): até 08 dias por casamento; • Licença Maternidade: 180 dias. • Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: em caso de acidentes de trabalho preencher a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) para resguardar seus direitos.
<p>LINHAS DE RESISTÊNCIA: OS DIREITOS DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS (p. 8)</p>	<p>Lei Municipal nº 6.573/2008 – Plano de Cargos e Carreiras</p> <ul style="list-style-type: none"> • Progressão Vertical (Arts. 11 a 14): é a mudança de nível concedida gratificação ao/a docente que concluir habilitações na área de educação mediante apresentação de títulos; • Progressão Horizontal (Arts. 15 a 29 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7.208/2012): é a mudança de padrão (letra) concedida gratificação de 3% a cada 1095 dias de efetivo exercício e avaliação de desempenho pela Comissão de Desenvolvimento Funcional através do boletim de merecimento. • Regulamentação das funções do magistério (Art. 31 e Lei nº 8.872/2018); • Conselho Escolar (Art. 36 e Lei nº 7.660/2012): órgão máximo de gestão escolar e exercerá as funções consultiva, deliberativa, fiscalizadora, propositiva e mobilizadora, nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar;

	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração de Designação (Arts. 46 a 52) período estipulado por calendário da SMED; • Férias (Arts. 82 a 85): 45 dias de férias, se em regência de classe, podendo permanecer em recesso entre períodos letivos fixados por calendário escolar, mas à disposição do do/da diretor/a e da SMED. A fixação do período de férias dependerá de Decreto Municipal que estabelece o início e o término do ano letivo. • Jornada de Trabalho (Arts. 89 a 91): obedecerá a carga horária semanal do seu concurso, sendo no máximo 2/3 (dois terços) de carga horária para desempenho das atividades de interação com os estudantes e 1/3 (um terço) de hora atividade, sendo 60% (sessenta por cento) desta, compreendida em Local de Livre Escolha. As horas atividade serão destinadas a: formação, pesquisa e estudo; planejamento e avaliação do trabalho pedagógico; reuniões pedagógicas; e prestar colaboração com a administração da escola. • Extensão de carga horária (Arts. 92 a 94);
<p>PONTOS DE ATENÇÃO: FICA A DICA! TABELA SALARIAL (p. 11)</p>	<p>A Tabela Salarial é parte da Lei Municipal nº 6.573/2008 – Plano de Cargos e Carreiras, contém os vencimentos básicos de acordo com o nível e padrão, é alterada e regulamenta a cada ano por Lei Geral de Revisão Anual, que é aprovada na Câmara de Vereadores, com o reajuste concedido devendo ser negociado em campanha salarial com o sindicato representativo da categoria.</p>
<p>PONTOS DE ATENÇÃO: FICA A DICA! ONDE ENCONTRAR OS DIREITOS? (p. 12)</p>	<p>Onde encontrar as legislações e QRCode.</p>
<p>REDES DE UNIDADE NA LUTA COLETIVA: A CUT (p. 13)</p>	<p>A luta coletiva e a atuação em movimentos por garantia de direitos sempre foram parte da categoria junto ao CEPROL, e para fortalecer a luta nos filiamos à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A nossa força e a nossa voz se intensificaram, ampliando com a defesa da classe trabalhadora e dos serviços públicos. Levantamos importantes bandeiras junto aos movimentos sociais em defesa das mulheres, de moradia, do movimento negro e LGBTQIA+, por respeito e reconhecimento de direitos civis da pessoa humana, do meio ambiente.</p>
<p>REDES DE UNIDADE NA LUTA COLETIVA: RESISTÊNCIA À INVESTIDA DO CAPITAL (p. 14)</p>	<p>Lutamos contra a investida do capital na retirada de direitos com a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu um novo regime fiscal que congelou por 20 anos qualquer aumento real de recursos para a educação, contra a reforma trabalhista (Lei Federal nº 13.467/2017) e previdenciária (EC nº 103/2019), e contra a reforma administrativa (Proposta de Emenda Constitucional nº 32/2020) que retira direitos históricos conquistados por servidores públicos mas mantém privilégios de juízes e promotores, e amplia as vantagens para os militares, contra a reforma do Novo Ensino Médio (Projeto de Lei nº 5.230/2023) devido aos prejuízos aos/as estudantes da rede pública. Essas são um pouco das lutas nacionais que travamos junto à CUT.</p>
<p>AS TRAMAS DA GOVERNAMENTALIDADE E NEOLIBERAL: CAPITALISMO E EDUCAÇÃO p. 15)</p>	<p>Pensar a resistência ao sistema capitalista na educação é compreender que surgimento da escola de massas, e de uma população de profissionais docentes, está associada a economia e se modifica a cada momento histórico. A partir do capitalismo industrial, com o trabalho materno fora do lar, há a emergência do cuidado e educação para os/as filhos/as das mães trabalhadoras. A lógica do capital se reinventa e estamos diante de novas estratégias de poder impostas por um novo sistema capitalista, regido por uma racionalidade neoliberal, que não se restringe mais apenas à esfera econômica, mas atravessa e envolve todas as dimensões da vida humana. Um dos efeitos nocivos do neoliberalismo é governar para atender ao imperativo de lucro do capital através de uma governamentalidade que dispõe de dispositivos e estratégias para conduzir a conduta de indivíduos e populações, como a escola e a docência.</p>
<p>AS TRAMAS DA GOVERNAMENTALIDADE</p>	<p>A dinâmica de governamentalidade neoliberal é muito sutil. Segundo Gadelha (2016), “não só a sociedade e os comportamentos individuais são</p>

<p>E NEOLIBERAL: O ESTADO (p. 16)</p>	<p>governamentabilizados economicamente, mas também o próprio Estado sofre a ação desse processo” (p. 161-162). O autor coloca que houve um tipo de “processo de colonização da política pelo mercado” (p. 164) que reorganizou o Estado e a sociedade, modificando o modo de ser humano e transformando trabalho em capital humano.</p> <p>Segundo Foucault (2008), “de um ponto de vista político, o neoliberalismo nada mais é que uma cobertura para uma intervenção generalizada e administrativa do Estado” (p. 179). Olhar para governamentalidade neoliberal é buscar novas formas de luta e resistência contra essa lógica do capital através do sindicato.</p>
<p>BORDADOS EM COMUM: A REBELIÃO (p. 17)</p>	<p>A perspectiva da história de luta dos/as trabalhadores/as nos mostra que direitos são conquistados através da insurreição, da resistência e da organização coletiva de quem ousou se rebelar contra o sistema de exploração capitalista da época em busca de dignidade e qualidade de vida. A unidade da coletividade através da organização sindical é uma ferramenta poderosa de enfrentamento a racionalidade neoliberal e ao projeto ideológico de uma sociedade estrategicamente pautada por forças políticas e econômicas que incidem sobre a educação para mantê-lo. A luta da Educação Infantil junto ao movimento sindical demonstra nossa capacidade de insurreição, de problematizar paradigmas educacionais existentes, de contestar verdades estabelecidas e nos rebelar contra a ordem vigente.</p>
<p>BORDADOS EM COMUM: A RESISTÊNCIA (p. 18)</p>	<p>Como uma aranha que tece seus fios em rede e forma uma grande teia para se alimentar dos insetos que ali são capturados, o jogo político-econômico devora a todos e a cada um/a. Mas como resistir à investida da governamentalidade neoliberal? Para Lockmann (2020), “o princípio político do comum pode ser uma forma de resistir, de produzir escapes diante dessa forma de racionalidade pautada por práticas de exclusão, de individualização e de responsabilização dos sujeitos” (p. 14). O movimento sindical como força política e de resistência poderia ser um dispositivo para transgressão dos modos de subjetivação capitalista, fortalecendo a luta pelo comum como “princípio filosófico que deve permitir que se conceba um futuro possível para além do neoliberalismo” (Dardot; Laval, 2017, p. 200), como um elemento de resistência que busca uma sociedade mais justa.</p>
<p>COSTURAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A LUTA COLETIVA: CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS (p. 19)</p>	<p>Pensar linhas de resistência exige novas perspectivas, superar a desmobilização política, a individualização e a mercantilização da vida humana e planetária. Para Veiga-Neto (2001), “podemos viver no permanente trabalho político (mas não messiânico) de promover a crítica radical e a insurreição constante. Usando a conhecida máxima de Foucault: ao invés da grande revolução, pequenas revoltas diárias [...]” (p. 25). Através da organização do movimento sindical podemos fazer a diferença, como um campo amplo de luta coletiva e de movimentos contra a investida do capital para que (quem sabe) possamos não somente resistir, mas re-existir e colaborar com uma sociedade mais justa.</p> <p>Gratidão aqueles/as que buscam o comum, aquilo que nos conecta e une em luta para fazer desse mundo um lugar mais humano e sustentável.</p>
<p>REFERÊNCIAS (p. 20)</p>	<p>BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 1-9, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 16 jan. 2023.</p> <p>DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.</p> <p>FOUCAULT, Michael. Nascimento da biopolítica. Tradução: Eduardo Brandão; Revisão: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.</p> <p>GADELHA, Sylvio. Biopolítica, governamentalidade e educação: introduções e conexões, a partir de Michel Foucault. São Paulo: Autentica, 2016.</p>

	<p>LOCKMANN, Kamila. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-18, 2020.</p> <p>SANTAIANA, Rochele da Silva; CAMARGO DA SILVA, Veronice; GONÇALVES, Laila Gabrielle Naymaer. Governo da infância: uma análise da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. esp., p. 1183-1203, ago./ago., 2021.</p> <p>SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 6.573, de 24 de março de 2008. Estabelece o Plano de Cargos e Carreiras dos Trabalhadores em Educação – Docentes, institui o respectivo quadro de cargos e dá outras providências. Sistema Leis Municipais, [S. l.], 28 out. 2022. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/2008/658/6573/lei-ordinaria-n-6573-2008-estabelece-o-plano-de-cargos-e-carreiras-dos-trabalhadores-em-educacao-docentes-institui-o-respectivo-quadro-de-cargos-e-da-outras-providencias. Acesso em: 16 out. 2022.</p> <p>SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 8.291, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de São Leopoldo e dá outras providências. Sistema Leis Municipais, [S. l.], 29 jan. 2016. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/2015/830/8291/lei-ordinaria-n-8291-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-de-sao-leopoldo-e-da-outras-providencias. Acesso em: 22 set. 2022.</p> <p>VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber. Saber para excluir. Proposições, Campinas, v. 12, n. 2-3, p. 22-31, jul./nov. 2001.</p>
--	--

Fonte: Autora (2024).

Como produtos da pesquisa, tanto o “II CONCEPROL: Perspectivas Sociais, Políticas, Econômicas e Ambientais em Educação”, que resultará na revista *CEPROL em Ação*, como a cartilha *Linhas de Resistência da Educação Infantil: tecendo histórias de lutas e direitos*, têm potencial como mecanismos que poderão, além de informar e aproximar dos conhecimentos científicos dessa pesquisa, proporcionar a formação política e mobilizar o engajamento no movimento sindical. Além disso, podem levar a perceber que há sempre formas de resistência “porque poder algum é capaz de tomar absolutamente impossível a revolta” (Foucault, 2004a, p. 46). De certa forma, proponho com esses produtos promover a rebelião, pois o levante se inicia quando se passa a questionar a ordem estabelecida, a contestar verdades únicas e, como consequência, pensar estratégias de resistências.

Historicamente o sindicalismo tem se mostrado uma forma de organização, e a luta coletiva é o que nos une em torno de um objetivo em comum. Então, gosto de pensar esses produtos de pesquisa como ferramentas de insurreição do movimento sindical contra as formas de governamentalidade neoliberal na contemporaneidade. Nesse sentido que os produtos finais apresentados foram pensados para responder ao problema de pesquisa conforme essa dissertação foi sendo desenvolvida, mas também como forma de resistência. A proposta de estrutura do congresso e da cartilha, demonstrados nesta escrita final da dissertação, pretende

ser o resultado material da pesquisa. Cada produto possui sua própria identidade própria e poderá ser entendido integralmente, sem a necessidade de se recorrer à dissertação para a sua compreensão. Separado à dissertação defendida, o produto pode ser divulgado e disponibilizado no formato físico para ser distribuído nas escolas e virtual para download no site do sindicato, podendo ser amplamente compartilhados com a sociedade, de forma a propagar e promover os conhecimentos e o engajamento no movimento sindical.

8 FINALIZANDO COM A UNIDADE NA COLETIVIDADE, LINHAS DE RESISTÊNCIA E BORDADOS EM COMUM

As considerações finais de uma dissertação deveriam trazer conclusões, respostas ao problema de pesquisa proposto, mas não pretendo estabelecer verdades nem mesmo finalizar pensamentos. Trabalhar na oficina de Foucault desacomoda, novamente desestabilizou o que concebia como natural, colocando em suspeita o lugar que ocupo e trazendo ainda mais inquietações. Para este momento de fechamento, me movimente no sentido de propor perspectivas sobre o movimento sindical como propulsor de transformações sociais, capaz de constituir linhas de resistência a governamentalidade neoliberal na contemporaneidade e unir a coletividade de docentes da Educação Infantil de São Leopoldo. Para tanto, busquei nas ferramentas teóricas de Michel Foucault de poder-saber, governamentalidade e governo biopolítico compreender que estratégias de governo constituem as docentes da Educação Infantil de São Leopoldo que provocam a (des)mobilização no movimento sindical e de busca coletiva de direitos. Minha escolha de trilhar o caminho metodológico das teorias pós-críticas e pós-estruturalistas, utilizando como grade de inteligibilidade a racionalidade neoliberal, me levou a perceber a condução da conduta da população docente atravessada por interesses econômicos e mercadológicos como aspectos que podem interferir no engajamento no movimento sindical.

Para evidenciar minha desconfiança em relação à desmobilização do movimento sindical, tracei um perfil da população docente de Educação Infantil de São Leopoldo com investigação documental junto à SMED e ao sindicato, facilitando a comprovação da desmobilização docente no engajamento coletivo, considerando que, mesmo que a categoria esteja amplamente filiada ao sindicato, não se verifica a mesma participação em instâncias de decisão. O desosssego em relação à desmobilização possibilitou olhar as relações de poder e a produção de verdades, um poder-saber indissociável que cria realidades através de regimes jurídicos. A análise dos dispositivos legais municipais que regulamentam a profissão docente, o PCC e o PME, demonstra que o poder encontra em dispositivos legais a possibilidade de governar a população docente, administrando sua vida através do governo biopolítico, conduzindo sua conduta para fazerem de si mesmo capital humano: o *homo economicus* que visa a maximização de sua renda, investindo em formação para obter lucro, reduzindo a mobilização político-coletiva e potencializando a lógica do capital.

A metodologia da Roda de Conversas com as docentes da Educação Infantil de São Leopoldo demonstra os atravessamentos que as constituem, analisando as variáveis e os

atravessamentos de poder-saber que influenciam sua identidade coletiva e a subjetivação, conformando a categoria e levando a desmobilização do movimento sindical. O decorrer da pesquisa, despida de qualquer soberba de apontar uma única razão, me levou a conceber que conhecimentos de ordem regulamentar podem ser considerados estratégias de governo que provocam a desmobilização no movimento sindical e da busca coletiva de direitos, já que são saberes utilizados pela racionalidade neoliberal, legislando de acordo com interesses do capital, conduzindo indivíduos, populações e sociedade. Esses mecanismos de poder com base em princípios mercadológicos são técnicas que individualizam, provocam o enfraquecimento coletivo para engajamento por uma luta em comum, podendo justificar a desmobilização no movimento sindical. O próprio sindicato, que deveria resistir à exploração do capital, acaba capturado pelas teias da governamentalidade neoliberal, pois as relações de poder-saber são sutis, dispersas no tecido social, produzindo consenso, e o jogo político-econômico precisa do aparato jurídico do Estado para governar. Ao mesmo tempo, o neoliberalismo dispensa o Estado de Bem-Estar Social e enfraquece a coletividade que luta por justiça social e pelo bem-comum.

Resistir nesse sentido é re-existir, existir de novo, de outras formas, diferentes daquelas preconizadas e ajustadas a uma governamentalidade neoliberal fascista. Uma re-existência que tome o princípio político do comum como um modo de vida, que nos permita viver junto ao outro, em conjunto ao outro, compartilhando modos de vida outros, diferentes em suas formas, gestos, relações e intensidades. Que sejamos a resistência, por meio de uma forma própria de re-existência! (Lockmann, 2020 p. 14-15).

Quem sou eu? Quem somos nós? Perguntas que certamente fazem parte de muitos projetos pedagógicos da Educação Infantil. Mas quem somos nós docentes da Educação Infantil? Como nos tornamos sujeitos é um problema central nos estudos de Foucault, a forma pela qual um ser humano se torna um sujeito e age sobre si mesmo. De acordo com Foucault, o sujeito humano é “objeto de um saber científico, sujeito submisso a um poder” (Gallo, 2017, p. 79). Assim, me dediquei em pensar uma docência enredada e governada em São Leopoldo através de políticas que implicam na produção de um determinado tipo de sujeito de direitos. A partir da constatação da constituição de sujeitos subjetivados e submissos às relações de poder-saber, da compreensão de que a governamentalidade neoliberal captura a todos/as em processos de individualização que desmobilizam a luta coletiva, busquei pensar novas formas de resistência.

Na governamentalidade neoliberal, o Estado e suas políticas públicas são a base de processos individualização que subjetivam, transformando a população docente submissa a mecanismos de poder que capturam a identidade docente, submetendo-a a regimes de verdade

(leis) sobre si mesma, para ser reconhecida como profissional da educação. Essa população docente é governada porque está sujeitada a formas de governamentalidade que governam suas mentes. É nesse sentido que a resistência se faz necessária, como forma de se rebelar contra essa lógica do biopoder que se aplica às nossas vidas, reconhecendo esses mecanismos de poder-saber que nos assujeitam.

As lutas de resistência às formas de poder são para desgovernar as mentes. Segundo Gallo (2017, p. 92) “[...] escapar, insistir em existir. Resistir à biopolítica é insistir na vida. Este é o campo que está aberto para nós. Recusar esse sujeito de direitos no qual fomos transformados para podermos ser democraticamente governados e insistir na vida para além de direitos e de governos”. É nesse sentido que compreendo ser possível a criação de resistência à submissão, como subversão ao estabelecido, mas principalmente como re-existência. Mas por que não nos rebelamos e permanecemos submissos/as?

Para Frédéric Gros (2018), “aquele que obedece por excelência é o escravo”, e mesmo escravos/as se rebelaram, como as mulheres à submissão que nos coloca em “inteira dependência do outro, o outro que comanda, decide, grita ordens, acaba com você e destrói as vontades” (p. 21). Para o autor “a única razão para obedecer é a impossibilidade de desobedecer”. Porém, Gros (2018, p. 22) também nos coloca a alternativa de que:

A partir do momento em que os submissos conseguem se unir para conspirar contra os senhores, assim que sentem e constroem sua força coletiva, a guerra pode ser retomada. Rebelião, *Re-bellum*: a guerra recomeça, o antigo vencido se recompõe.

Assim, trago as contribuições desse autor para suscitar uma certa rebelião de não mais aceitar quem somos, porque “desobedecer é uma declaração de humanidade” (Gros, 2018, p. 9). A docência deveria desobedecer e assumir sua condição coletiva de vivência comum, se rebelar contra valores mercadológicos que capturam a profissão e o movimento sindical nas teias da governamentalidade neoliberal, levando a renúncia ao princípio do comum. A profissão docente poderia se fortalecer em coletividade através do interesse comum e, mesmo enredada por políticas públicas que governam conduzindo sua conduta, encontrar na *unidade da coletividade* formas de resistir para re-existir pelo direito de ser quem somos. Precisamos nos reorganizar em luta coletiva por aquilo nos conecta; somente unidos fios são capazes de formar um tecido (resistência), mas sem entrelace do comum, os fios são apenas fios. A arte de tecer fios em comum costura ponto a ponto tecidos, que formam fortes de redes de resistência, que estarão em constante transformação porque sempre haverá pontos, nós, emaranhados e tramas na costura.

Trago ao final o apontamento de que minha pesquisa foi atravessada pela crise climática que abateu o Estado do Rio Grande do Sul e ocasionou uma calamidade pública sem precedentes na história do Estado; diversas cidades foram alagadas gerando o caos, a perda de patrimônios e o desalojamento de comunidades inteiras. O município de São Leopoldo foi um dos mais atingidos pelas fortes chuvas, que se transformaram em enchente, e assistimos a cidade ser tomada pelas águas do Rio dos Sinos. Teve início um processo de evacuação da população e procedimentos de resgates de pessoas atingidas, dentre elas os/as professores/as da RME/SL, sujeitos dessa pesquisa. Diversos abrigos foram sendo criados para receber os/as refugiados/as, dentre eles várias escolas municipais. A calamidade trouxe consigo uma onda de solidariedade, e as pessoas se uniram para salvar vidas fazendo resgates de barcos, realizando trabalho voluntário de acolhimento em abrigos, buscando e fazendo doações, garantindo alimentação aos/às desabrigados/as e um mínimo de dignidade. Essa luta em comum para salvar vidas e cuidar das pessoas demonstra laços de solidariedade na luta pelo bem comum, pelo direito à vida, fazendo aflorar a nossa humanidade. É chegado o momento de unirmos a coletividade na defesa da nossa casa em comum, pois os eventos climáticos extremos no planeta Terra estão sendo cada vez mais recorrentes.

A crise ambiental é efeito do capitalismo e os mais afetados são justamente os mais vulneráveis em relação às desigualdades sociais. Admitir a gravidade e a urgência da crise climática como consequência da lógica capitalista de produção é contestar a apropriação de recursos naturais por uma elite de empresários. Dardot e Laval (2017) demonstram que o princípio do comum articula as lutas contra o capitalismo, propondo essa uma alternativa política ao neoliberalismo, como uma revolução para reconstruir a sociedade alinhada com a preservação do planeta Terra e a própria sobrevivência da humanidade. O Estado tem se mostrado ineficaz para a proteção do comum e da justiça social, pois está cooptado pela economia capitalista. Segundo Dardot e Laval (2017, p. 16), “a propriedade pública então deixou de se mostrar como uma proteção do comum e passou a ser uma forma “coletiva” de propriedade privada”. Os autores nos mostram como é urgente pensar as condições além do capitalismo, tratando sobre da urgência em produzir visões novas sobre o além do capitalismo, pensar as condições e as formas possíveis do agir comum, esclarecer os princípios que podem orientar as lutas, unir as práticas” (Dardot; Laval, 2017, p. 17). Ou seja, o agir em comum engajados num mesmo objetivo produz um princípio que pode nos libertar das teias da governamentalidade neoliberal que nos aprisiona, fazendo a resistência a lógica econômica que nos individualiza e destrói a natureza, lutando por direitos em comum como a dignidade, a sustentabilidade do planeta e a vida.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Denise de Jesus. **Organização e luta sindical face ao neoliberalismo no Brasil: do novo sindicalismo à construção de alternativas à esquerda**. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/2695>. Acesso em: 16 out. 2024.
- ANADON, Simone Barreto; SILVA, Simone Gonçalves da. Políticas de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional Docente: uma estratégia de governamentalidade neoliberal empresarial. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.88029>. Acesso em: 16 out. 2024.
- ALVES, Alexandre; KLAUS, Viviane; LOUREIRO, Carine Bueira. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226115>. Acesso em: 16 out. 2024.
- ANFLOR, Patrícia Santos; SANTAIANA, Rochele da Silva. Base Nacional Comum Curricular: estratégias de governo dos infantis e das práticas pedagógicas docentes. **Texturas**, [S. l.], v. 22, n. 51, p. 317-338, jul./set. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5434>. Acesso em: 16 out. 2024.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; Revoga as (RES. 196/96); (RES. 303/00); (RES. 404/08). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 112, p. 59-62, 13 jun. 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 1-9, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 16 jan. 2023.
- BROWN. Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão das políticas antidemocráticas no ocidente**. Tradução: Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.
- CASTRO, Edgardo. Governo, governar, governamentalidade (Gouvernement, Gouverneri Gouvernamentalité). In: CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Tradução: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

DAL'IGNA, Maria Cláudia; SCHERER Renata Porcher; SILVA, Jonathan Vicente da. Docência S/A: gênero e flexibilidade em tempos de educação customizada. *In*: FABRIS, Elí Terezinha Henn, DAL'IGNA, Maria Cláudia; SILVA, Roberto Rafael Dias da (org.). **Modos de ser docente no Brasil Contemporâneo**: articulações entre pesquisa e formação. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 53-74. Disponível em:

<https://www.oikoseditora.com.br/files/Modos%20de%20ser%20docente%20no%20Brasil%20-%20E-book.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

DAL'IGNA, Maria Cláudia; SCHERER, Renata Porcher; SILVA, Miriã Zimmermann da. Trabalho docente, gênero e políticas neoliberais e neoconservadoras: uma leitura crítica da Base Nacional Comum de formação de professores da Educação Básica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-21, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15336.060>. Acesso em: 16 out. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016a.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **O Olho da História**, [S. l.], n. 22, p. 1-15, abr. 2016b. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6978605/mod_resource/content/1/DARDOT%2C%20P.%20e%20LAVAL%2C%20C.%20%20Neoliberalismo%20e%20subjetiva%C3%A7%C3%A3o%20capitalista.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (Brasil). **Carta-Manifesto 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA**. Brasília, DF: jun. 2018.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. v. 9. p. 118-140.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France: 1979-1980: excertos. 2. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

FOUCAULT, Michel. **É importante pensar?** *In*: Repensar a política: Ditos & escritos VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão; Revisão Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. *In*: FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Tradução: Elisa Monteiro e Ines Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

FOUCAULT, Michel. Uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **Verve**, [S. l.], n. 5, p. 260-277, 2004b. Disponível em <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2016/07/10/michel-foucault-uma-entrevista-sexo-poder-e-a-politica-da-identidade-michel-foucault/>. Acesso em: 16 out. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martin, Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **O uso dos prazeres**. *In*: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão Técnica: José Augusto Guilhoh Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998. v. 2.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 5. ed. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FURTADO, Gisély Damasceno. O Estado e as leis como mecanismo de dominação. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 38., 2017, São Luís, MA. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2017. p. 1-16.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introduções e conexões, a partir de Michel Foucault. São Paulo: Autentica, 2016.

GADELHA, Sylvio. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, maio/ago. 2009.

GALLO, Silvio. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 77-94, out./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53865>. Acesso em: 16 out. 2024.

GERHARDT, Cláudio. **Cultura, representação e discurso**: um estudo sobre o governo da docência na região da encosta da serra gaúcha. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, 2020. Disponível em: <https://proppg.uergs.edu.br/mestrados/ppged/dissertacoes-e-produtos>. Acesso em: 16 out. 2024.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Tradução: Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

GROS, Frédéric. Direito dos governados, biopolítica e capitalismo. *In*: NEUTZILNG, Inácio; RUIZ, Castro M. (org.). **O (des)governo biopolítico da vida humana**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2011. p. 105-122.

KINCHELOE, Joe L.; MCLAREN, Peter. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 281-313.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019. (Coleção Estado de Sítio)

LEITE, Carlinda. Prefácio. *In*: FABRIS, Eli Terezinha Henn; DAL'IGNA, Maria Cláudia; SILVA, Roberto Rafael Dias da (org.). **Modos de ser docente no Brasil contemporâneo: articulações entre pesquisa e formação**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 15-20. Disponível em: <https://www.oikoseditora.com.br/files/Modos%20de%20ser%20docente%20no%20Brasil%20-%20E-book.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

LOCKMANN, Kamila. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15408>. Acesso em: 16 out. 2024.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como estratégia e imperativo de Estado: a educação e a escola na produção de sujeitos capazes de incluir. *In*: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 291-304.

LOSA, Lucas Sola. **A educação na Central Única dos Trabalhadores no contexto da crise do sindicalismo brasileiro**: apontamentos sobre a apropriação da pedagogia libertadora. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-20022020-142957/pt-br.php>. Acesso em: 16 out. 2024.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologia de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 47-61.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou Sobre como fazemos nossas investigações. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologia de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 15-22.

MORAIS, Renant Araújo. A escola de primeiras letras no Brasil Império (1822-1889): precariedade e exclusão. **Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 2, p. 127-142, 2017. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/299/246>. Acesso em: 16 out. 2024.

NÓVOA, António. Conhecimento profissional docente e formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 27, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270129>. Acesso em: 16 out. 2024.

OLIVEIRA, Marcos Antônio de. **Fundamentos econômicos da Educação**. 2. ed. Curitiba: IESDE, 2006.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologia de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 23-45.

PERRONE, Rodrigo. **A liberdade sindical no Brasil e sua importância para a formação da identidade coletiva do movimento sindical**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

PEREIRA, Reginaldo Santos; DINIS, Nilson Fernandes. Contribuições da teoria pós-estruturalista e dos estudos culturais para a pesquisa em Educação. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 25, p. 72-93, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/954>. Acesso em: 16 out. 2024.

PIOVEZAN, Patrícia Regina; FRANCISCO, Marcos Vinicius; DAL RI, Neusa Maria. A precarização do trabalho docente e o movimento sindical: atuação da Apeoesp no Estado de São Paulo de 2009 a 2014. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349251243>. Acesso em: 16 out. 2024.

RANKEL, Luiz Fernando; STAHLSCHMIDT, Rosângela Maria. **Profissão Docente**. Curitiba: IESDE, 2009.

SANTAIANA, Rochele da Silva. **Educação Integral no Brasil: a emergência do dispositivo de intersectorialidade**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SANTAIANA, Rochele da Silva; SILVA, Veronice Camargo da; GONÇALVES, Laila Gabrielle Naymaer. Governo da infância: uma análise da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. esp., p. 1183-1203, ago./ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/81126>. Acesso em: 16 out. 2024.

SANTOS, Andreia do Nascimento. **A Base Nacional Comum Curricular como estratégia de governo da docência na Educação Infantil**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, 2022.

SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 6.573, de 24 de março de 2008. Estabelece o Plano de Cargos e Carreiras dos Trabalhadores em Educação – Docentes, institui o respectivo quadro de cargos e dá outras providências. **Sistema Leis Municipais**, [S. l.], 28 out. 2022. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/2008/658/6573/lei-ordinaria-n-6573-2008-estabelece-o-plano-de-cargos-e-carreiras-dos-trabalhadores-em-educacao-docentes-institui-o-respectivo-quadro-de-cargos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 16 out. 2022.

SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 8.291, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de São Leopoldo e dá outras providências. **Sistema Leis Municipais**, [S. l.], 29 jan. 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/2015/830/8291/lei-ordinaria-n-8291-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-de-sao-leopoldo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 set. 2022.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 11-26, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3735>. Acesso em: 16 out. 2024.

SCHOFFEN, Leocádia Inês. **Historicizando a (des)construção da Gestão Democrática em São Leopoldo**: um olhar sobre o papel do CEPROL-sindicato, do executivo municipal e das direções das escolas. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1892>. Acesso em: 16 out. 2024.

SERPA, Ivana Almeida. **Governo e (con)formação inicial docente**: análise dos currículos de Pedagogia da UERGS. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, 2023.

SILVA, Andréa Wahlbrink Padilha da; PALUDO, Conceição. A pedagogia da juventude: forma e conteúdo das lutas juvenis na era da ofensiva neoliberalista. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 40., 2021, Belém do Pará. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021. p. 1-5.

SILVA, Paula Tamyres Veríssimo da. **Movimento sindical urbano na Paraíba**: organização, lutas por direitos e repressão aos trabalhadores (1958-1964). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22704>. Acesso em: 16 out. 2024.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Docência, governo e verdade: elementos para uma análise anarqueológica. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 21, n. 2, p. 403-418, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5335/rep.v21i2.4308>. Acesso em: 16 out. 2024.

SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES. Consolidação do Estatuto do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses – CEPROL. Certidão de averbação em cartório (CASTELLAN) nº 24/518. Livro A-59, protocolado sob o nº 103167. São Leopoldo, [199-].

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TONDIN, Celso Francisco. A educação na pauta de lutas da FRETAF-SUL/CUT. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2015. p. 1-20.

VALLE, Bertha de Borja Reis do. **Políticas públicas em Educação**. Curitiba: IESDE, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 21, p. 90-103, set./dez. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300008>. Acesso em: 16 out. 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo. A liquefação da docência: contemporaneidade e currículo. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 2.; SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 8., 2017, Cruz Alta. **Anais [...]**. Cruz Alta: UERGS, 2017. p. 33-34. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/170177>. Acesso em: 16 out. 2024.

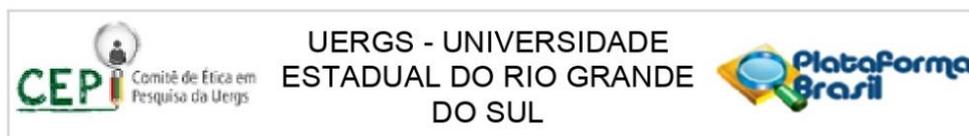
VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou Governmento. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 79-85, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-neto.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber. Saber para excluir. **Pro-posições**, Campinas, v. 12, n. 2-3, p. 22-31, jul./nov. 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643993>. Acesso em: 16 out. 2024.

WANDERER, Fernanda; FREITAS, Juliana Veiga de; PRATES, Maria Eduarda Leidens. A terceirização da formação de professores para a implementação da BNCC: os caminhos para o endividamento da docência. **Cadernos de Aplicação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 1-13, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/124617>. Acesso em: 16 out. 2024.

ANEXOS

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM
PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MOVIMENTO SINDICAL: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA DOCENTE À GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL?

Pesquisador: CRISTIANE MARIA MAINARDI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 77166523.6.0000.8091

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.726.893

Apresentação do Projeto:

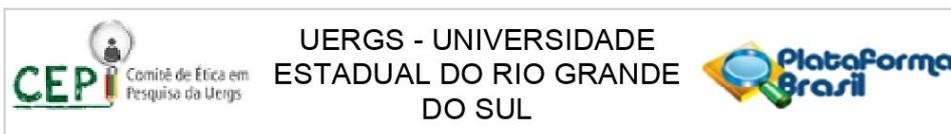
O projeto "MOVIMENTO SINDICAL: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA DOCENTE À GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL?" foi apresentado, em sua segunda versão, por Cristiane Maria Mainardi do Mestrado Profissional em Educação da UERGS em Osório. A pesquisadora responsável, orientada pela professora Rochele da Silva Santaiana é, também, professora da Educação Infantil e participante da diretoria do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses.

Objetivo da Pesquisa:

Na página 3 das Informações Básicas e no TCLE consta : "Objetivo Geral: reconhecer as práticas institucionais que governam e que desmobilizam o docente no engajamento coletivo.

Objetivos específicos, aponto as seguintes questões: a) entender as relações de poder-saber em Foucault que constituem os sujeitos da modernidade; b) compreender as forças de saber e poder que podem ocasionar a desmobilização pela luta coletiva; c) refletir sobre o movimento sindical e a classe trabalhadora como sujeitos da história social; e) compreender como se estabelece a racionalidade neoliberal e as mudanças econômicas e sociais na docência; d) reconhecer como se exerce o governo biopolítico na população docente da Educação Infantil; f) produzir um espaço de formação através do sindicato para fomentar o debate e a reflexão sobre o governamentalidade neoliberal e a importância da resistência coletiva."

Endereço: Conjunto 5215, Sala 5221 - 2º andar do Prédio 5 do Campus Central, na Rua Washington Luiz, 675
Bairro: Centro Histórico **CEP:** 90.010-460
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)98111-5417 **E-mail:** cep@uergs.edu.br



Continuação do Parecer: 6.726.893

Os objetivos específicos foram acrescentados ao projeto, conforme recomendado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Da página 3 das Informações Básicas, do TCLE ou páginas 14,15 do projeto:"Riscos:

Como qualquer pesquisa realizada com seres humanos, ela envolverá alguns riscos, tanto os riscos da pesquisa com as professoras serão mínimos. Os sujeitos da pesquisa durante as entrevistas narrativas, por meio das rodas de conversas, correm o risco de se sentirem constrangidos por não saberem responder a alguma pergunta, por esse motivo, se for do desejo da participante ela poderá ver o roteiro de entrevista para se sentir mais à

vontade e decidir se quer ou não continuar a participar da pesquisa. Caso se identifique algum constrangimento, se procurará desfazê-lo, explicando que a participante pode se sentir à vontade para reformular suas respostas. Durante a roda de conversa, corre o risco da participante se sentir constrangida frente ao grupo, assim, para minimizar este risco, vai da pessoa fazer individualmente.

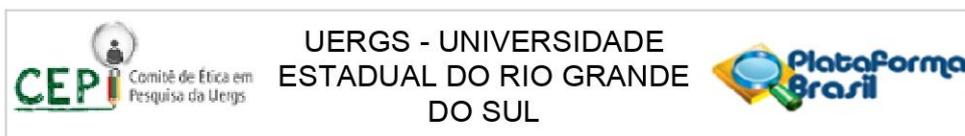
Benefícios: Os benefícios decorrentes da participação na pesquisa é poder fazer a reflexão crítica sobre o sistema capitalista e a racionalidade neoliberal e as formas como somos subjetivadas. Entendo como benéfico poder pensar formas resistência à governamentalidade neoliberal no sentido de combater a individualização, proporcionar a unidade e o fortalecimento da luta coletiva através do movimento sindical. Reconhecer os mecanismos de poder-saber como possibilidade de criação de resistência como forma de reorganização e unidade na luta coletiva por aquilo nos conecta, pelo comum em nós, contribuindo para uma educação que colabore para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Do desenho das Informações Básicas: "O estudo proposto será realizado com professoras da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo, município localizado na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A intervenção da Roda de Conversas proposta para as docentes terá em média de 10 professoras. Como metodologia me utilizei de levantamento de dados da participação das professoras de Educação Infantil no movimento sindical e da metodologia da Roda de Conversa como uma técnica de aproximação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, em que se pode colocar em pauta as percepções de professoras da Educação Infantil sobre a docência e a influência de fatores externos em sua constituição.

O levantamento de dados proporcionará uma visão da participação na luta coletiva através do

Endereço: Conjunto 5215, Sala 5221 - 2º andar do Prédio 5 do Campus Central, na Rua Washington Luiz, 675
Bairro: Centro Histórico **CEP:** 90.010-460
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)98111-5417 **E-mail:** cep@uergs.edu.br



Continuação do Parecer: 6.726.893

sindicato e a Roda de Conversa possibilita criar um espaço de diálogo e de escuta de diferentes percepções, constituindo instrumentos de compreensão de processos de construção de uma determinada realidade por um grupo específico."

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O presente parecer baseou-se nos documentos mais recentes apresentados pela pesquisadora: Documento das Informações Básicas, TCLE, carta de resposta às pendências e projeto de 20/3.

Recomendações:

Constatamos, com satisfação, que a pesquisadora atendeu às recomendações feitas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Segue a análise das pendências apontadas na primeira versão a partir das respostas da pesquisadora:

1) Completar o cronograma no documento das Informações Básicas: Conforme Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.4.1.9, devem constar as etapas e a observação (como no projeto).

Resposta: "O parecer consubstanciado orienta completar o cronograma no documento das Informações Básicas: Conforme Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.4.1.9, devendo constar as etapas e a observação conforme o projeto. Porém o campo "adicionar cronograma" da Plataforma Brasil exige que a data inicial não pode ser menor que a data atual, por isso o cronograma irá se diferenciar do que consta no projeto, pois possui datas anteriores como segue: realização de elaboração de projeto (agosto 2022 - julho de 2023), qualificação do projeto de pesquisa (agosto de 2023) e submissão ao CEP (dezembro de 2023 - março 2024). Informo aqui meu compromisso explícito como pesquisadora de que a pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo CEP-CONEP."

Análise: Verificamos que o trecho transcrito foi adicionado às informações básicas, conforme indicado pela pesquisadora. > Pendência atendida.

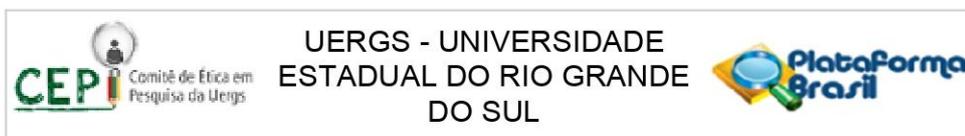
2) Numerar as páginas do TCLE (por exemplo, 1 de 3) e acrescentar aos benefícios trecho semelhante ao que consta nos outros documentos (conforme Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV.3.b).

Resposta: As páginas do TCLE foram devidamente numeradas e acrescentados aos benefícios o trecho semelhante ao que consta nos outros documentos.

Análise: As alterações indicadas foram feitas. > Pendência atendida.

Finalizando, consideramos que não há mais pendências.

Endereço: Conjunto 5215, Sala 5221 - 2º andar do Prédio 5 do Campus Central, na Rua Washington Luiz, 675
Bairro: Centro Histórico **CEP:** 90.010-460
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)98111-5417 **E-mail:** cep@uergs.edu.br



Continuação do Parecer: 6.726.893

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a), seu projeto está APROVADO e poderá iniciar as coletas de dados. Após 30 dias do término do projeto, de acordo com seu cronograma, deverá ser encaminhado um Relatório para apreciação deste CEP.

1. De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CONEP/MS n.º 466/2012, o pesquisador deverá apresentar relatório final (ou parcial, quando pertinente) para apreciação deste CEP. Esse relatório deve conter informações detalhadas nos moldes do relatório final contido no Ofício Circular n. 062/2011:

http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/conep/relatorio_final_encerramento.pdf OU o relatório poderá se adequado de acordo com os resultados finais do projeto que segue a Resolução 510/2016;

2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, identificando-se, por cor, negrito ou sublinhado, a parte do documento a ser modificada, isto é, além de apresentar o resumo das alterações, juntamente com a justificativa, é necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).

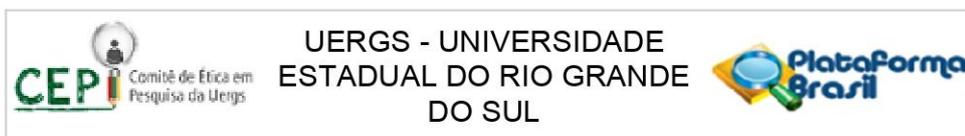
3. A aprovação deste projeto no CEP não garante aprovação em Editais internos ou externos da UERGS, pois depende de avaliações específicas de mérito científico.

4. A fim de publicação de artigo, após obtenção dos resultados da pesquisa, o pesquisador deverá informar na metodologia a aprovação deste CEP e o número do CAAE.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2263975.pdf	20/03/2024 15:51:13		Aceito
Outros	RESPOSTASASPENDENCIAS.docx	20/03/2024 15:47:48	CRISTIANE MARIA MAINARDI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoCristiane.docx	20/03/2024 15:40:58	CRISTIANE MARIA MAINARDI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	20/03/2024 15:40:34	CRISTIANE MARIA MAINARDI	Aceito

Endereço: Conjunto 5215, Sala 5221 - 2º andar do Prédio 5 do Campus Central, na Rua Washington Luiz, 675
Bairro: Centro Histórico **CEP:** 90.010-460
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)98111-5417 **E-mail:** cep@uergs.edu.br



Continuação do Parecer: 6.726.893

Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	17/01/2024 10:32:47	CRISTIANE MARIA MAINARDI	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	14/12/2023 08:20:52	CRISTIANE MARIA MAINARDI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 26 de Março de 2024

Assinado por:
MARCOS KAN MOORI
(Coordenador(a))

Endereço: Conjunto 5215, Sala 5221 - 2º andar do Prédio 5 do Campus Central, na Rua Washington Luiz, 675
Bairro: Centro Histórico **CEP:** 90.010-460
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)98111-5417 **E-mail:** cep@uergs.edu.br

ANEXO 2 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL SMED**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO**

Estado do Rio Grande do Sul

SMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Praça Tiradentes, 119 – Centro – São Leopoldo

(51) 2200-0800 | (51) 2200-0826 | (51) 3554-0383

smed.gabinete@saoleopoldo.rs.gov.br

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Declaramos para os devidos fins que concordamos e autorizamos o desenvolvimento da pesquisa "MOVIMENTO SINDICAL: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA DOCENTE À GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL?" a ser desenvolvido na Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo pela pesquisadora responsável Cristiane Maria Mainardi, orientada pela professora/doutora Rochele da Silva Santaiana, para o Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional (PPGED-MP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS). Informamos que conhecemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será assinado pelos sujeitos da pesquisa. Cumpriremos o que determina as resoluções vigentes do Conselho Nacional de Saúde - CNS (466/2012 e 510/2016), e contribuiremos com a pesquisa mencionada sempre que necessário, fornecendo informações. Antes do início da metodologia da Roda de Conversas, a pesquisadora responsável deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Sabemos que a instituição (SMED/SL) poderá a qualquer fase desta pesquisa retirar esse consentimento e, neste caso, informaremos a pesquisadora acima mencionada. Além disto, concordamos que os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e/ou revistas científicas, garantindo o sigilo e a privacidade de participantes envolvidos na pesquisa.

Declaramos ainda que fomos informados, pela responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança das informações.

Renata de M. B. Matias

080880 / 080658

São Leopoldo, 12 de Janeiro de 2024.

Renata de Mattos Batillana
CPF 711.118.830-68
Secretária Adjunta da SMED/SL

ANEXO 3 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL CEPROL SINDICATO



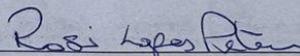
TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Declaramos para os devidos fins que concordamos e autorizamos o desenvolvimento da pesquisa "MOVIMENTO SINDICAL: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA DOCENTE À GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL?" a ser desenvolvido em nossa instituição pela pesquisadora responsável Cristiane Maria Mainardi, orientada pela professora/doutora Rochele da Silva Santaiana, para o Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional (PPGED-MP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS). Informamos que conhecemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será assinado pelos sujeitos da pesquisa. Cumpriremos o que determina as resoluções vigentes do CNS (466/2012 e 510/2016), e contribuiremos com a pesquisa mencionada sempre que necessário, fornecendo informações. Antes do início da coleta dos dados a pesquisadora responsável deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Sabemos que a instituição (CEPROL) poderá a qualquer fase desta pesquisa retirar esse consentimento e, neste caso, informaremos a pesquisadora acima mencionada. Além disto, concordamos que os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e/ou revistas científicas, garantindo o sigilo e a privacidade de participantes envolvidos na pesquisa.

Declaramos ainda que fomos informados, pela responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança das informações.

São Leopoldo, 13 de dezembro de 2023.



Rosi Lopes Petersen (CPF 334.729.200-68)

Diretora / vice-presidente

CEPROL - SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES

whatsapp: (51) 99378-1262- Fone: (51) 3592-0118 e-mail: ceprolsindicatovivo@gmail.com - Rua Primeiro de Março 113/802
Centro/São Leopoldo-RS CEP 93010 010

Em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), este documento pode conter informações sigilosas e/ou internas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-lo, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nele contida. Qualquer uso não autorizado, cópia, divulgação ou distribuição do conteúdo deste documento é estritamente proibido e pode ser ilegal.